



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA**

**NICOLÒ GIANGRANDE**

**AS POSIÇÕES, AS PROPOSTAS E AS AÇÕES DA  
CGIL PARA COMBATER O DESEMPREGO NA  
ITÁLIA (2004-2013)**

**CAMPINAS  
2016**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA**

**NICOLÒ GIANGRANDE**

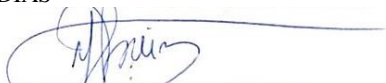
**AS POSIÇÕES, AS PROPOSTAS E AS AÇÕES DA  
CGIL PARA COMBATER O DESEMPREGO NA  
ITÁLIA (2004-2013)**

**Prof. Dr. José Dari Krein – Orientador**

**Prof. Dr. Hugo Miguel Oliveira Rodrigues Dias – Coorientador**

Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, na área de Economia Social e do Trabalho.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL  
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO NICOLÒ  
GIANGRANDE, ORIENTADO PELO PROF. DR. JOSÉ  
DARI KREIN E COORIENTADO DO PROF. DR. HUGO  
DIAS

  
Orientador

**CAMPINAS  
2016**

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s):** Não se aplica.

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Economia  
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

G348p      Giangrande, Nicolò, 1985-  
As posições, as propostas e as ações da CGIL para combater o  
desemprego na Itália (2004-2013) / Nicolò Giangrande. – Campinas, SP : [s.n.],  
2016.

Orientador: José Dari Krein.  
Coorientador: Hugo Miguel Oliveira Rodrigues Dias.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de  
Economia.

1. Mercado de trabalho. 2. Desemprego - Itália. 3. Sindicalismo - Itália. I.  
Krein, José Dari, 1961-. II. Dias, Hugo Miguel Oliveira Rodrigues, 1978-. III.  
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The CGIL's positions, proposals and actions to tackle the  
unemployment in Italy (2004-2013)

**Palavras-chave em inglês:**

Labour market

Unemployment - Italy

Trade unionism - Italy

**Área de concentração:** Economia Social e do Trabalho

**Titulação:** Mestre em Desenvolvimento Econômico

**Banca examinadora:**

José Dari Krein [Orientador]

Marcelo Soares de Carvalho

Bárbara Geraldo de Castro

**Data de defesa:** 15-01-2016

**Programa de Pós-Graduação:** Desenvolvimento Econômico



## **DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**NICOLÒ GIANGRANDE**

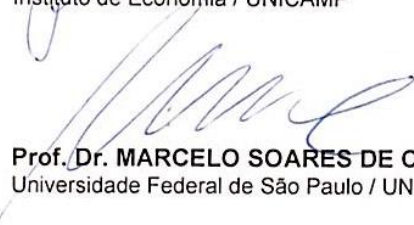
### **AS POSIÇÕES, AS PROPOSTAS E AS AÇÕES DA CGIL PARA COMBATER O DESEMPREGO NA ITÁLIA (2004-2013)**

**Defendida em 15/01/2016**

**COMISSÃO JULGADORA**



**Prof. Dr. JOSÉ DARI KREIN**  
Instituto de Economia / UNICAMP



**Prof. Dr. MARCELO SOARES DE CARVALHO**  
Universidade Federal de São Paulo / UNIFESP



**Profª. Drª. BARBARA GERALDO DE CASTRO**  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / UNICAMP

Dedico esta dissertação à minha companheira, Victoria,  
sem a qual este trabalho não teria visto a luz do dia tão cedo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Prof. José Dari Krein e ao meu corientador Prof. Hugo Dias por terem me guiado com muita experiência e empenho no desenvolvimento desta dissertação. Foi um prazer trabalhar juntos!

Agradeço a todos os professores e professoras do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT) do Instituto de Economia (IE) da Universidade de Campinas (UNICAMP) pelas aulas e ensinamentos, que levarei comigo para toda a vida.

Agradeço aos companheiros e às companheiras do mestrado organizado pela Global Labour University (GLU) por terem compartilhado comigo momentos de estudos, diversão e amizade.

Agradeço aos companheiros e às companheiras da *Confederazione Generale Italiana del Lavoro* (CGIL), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Friedrich Ebert Stiftung (FES) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) pelos trabalhos desenvolvidos juntos.

Agradeço a todos os funcionários e funcionárias da UNICAMP pelo suporte essencial à vida acadêmica.

Por último, mas não menos importante, agradeço à minha família por todo o apoio, mesmo que à distância. Agradeço também à minha companheira, Victoria, por toda a ajuda e suporte nestes anos, e aos seus pais, Marisa e Waldir, pelo apoio local.

## RESUMO

A presente dissertação pretende analisar as posições, as propostas e as ações da *Confederazione Generale Italiana del Lavoro* (CGIL) no enfrentamento do desemprego existente na Itália entre o ano 2004 e 2013.

A nossa hipótese é de que a CGIL conseguiu elaborar uma análise crítica em relação à crise e ao desemprego, mas as suas propostas em poucos momentos foram levadas em consideração pelos governos italianos e as suas estratégias não foram capazes de mudar a correlação de forças para influir nas políticas governamentais.

A dissertação está estruturada em duas partes. A primeira é uma análise do comportamento do mercado de trabalho com destaque à evolução do desemprego e se baseia em dados e índices fornecido pelo Instituto Italiano de Estatística (ISTAT). Na segunda parte, discute-se as posições e as estratégias da CGIL que foram avaliadas através da análise da publicação semanal (*Rassegna Sindacale*), dos documentos congressuais e do *Piano del Lavoro*.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the positions, the proposals and the actions of *Confederazione Generale Italiana del Lavoro* (CGIL) in addressing the existing unemployment in Italy from 2004 to 2013.

Our hypothesis is that the CGIL was able to develop a critical analysis regarding the crisis and the unemployment, but its proposals were taken into consideration only in a few moments by the Italian government, and its strategies were not able to change the balance of power to influence the government policies.

The dissertation is structured in two parts. The first is an analysis of the labor market performance with emphasis on the evolution of unemployment and is based on data and indexes provided by the Italian Statistics Institute (ISTAT). In the second part, the CGIL positions and strategies were evaluated by inspecting the weekly publications of *Rassegna Sindacale*, the congressional documents, and the *Piano del Lavoro* (Program for Jobs).



## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Gráfico 1. Crescimento real do PIB (2004-2013)	17
Gráfico 2. Taxa de inflação 2004-2013	19
Gráfico 3. Empregados por Gênero	24
Gráfico 4. Desempregados por Regiões	27
Gráfico 5. Empregados, Desempregados, Inativos 15-24	30
Gráfico 6. Empregados, Desempregados, Inativos 55-64	30
Gráfico 7. Inativos por Escolaridade	34
Gráfico 8. Empregados por jornada de trabalho	37
Gráfico 9. Desempregados por duração	39
Gráfico 10. Inativos por categoria	40

## **LISTA DE TABELAS E QUADROS**

Tabela 1. Crescimento real do PIB (2004-2013)	17
Tabela 2. Taxa de inflação 2004-2013	19
Tabela 3. Taxa de Emprego e Desemprego	21
Tabela 4. Taxa de Atividade e Inatividade	21
Tabela 5. Empregados, Desempregados e Inativos por Gênero	23
Tabela 6. Empregados, Desempregados e Inativos por Regiões	26
Tabela 7. Empregados, Desempregados e Inativos por Faixa Etária	29
Tabela 8. Empregados, Desempregados e Inativos por Escolaridade	33
Tabela 9. Empregados, Desempregados e Inativos por Nacionalidade	35
Tabela 10. Empregados por jornada de trabalho	36
Tabela 11. Desempregados por perfil e por duração	38
Tabela 12. Inativos por categoria	39
Quadro 1. Resumo das Legislaturas e dos Governos (2004 - 2013)	45
Tabela 13. O cenário econômico e social do <i>Piano del Lavoro</i>	92
Quadro 2. Resumo das ações da CGIL (2004-2013)	93
Quadro 3. Esquema da relação entre os Governos e a CGIL (2004-2013)	98

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b><u>ABREVIATURAS E SIGLAS</u></b>	<b><u>NOME POR EXTENSO</u></b>
ABT-CGIL	Associação Bruno Trentin
ADO	Área do Mal-Estar Empregatício
AN	Aliança Nacional
ASO	Área do Sofrimento Empregatício
BCE	Banco Central Europeu
CER	Centro Europa Pesquisas
CES	Confederação Europeia dos Sindicatos
CGIL	Confederação Geral Italiana do Trabalho
CIG	Caixa de Compensação Salarial
CISL	Confederação Italiana Sindicatos dos Trabalhadores
CONFINDUSTRIA	Confederação Geral da Industria Italiana
DC	Democracia Cristiana
FEEF	Fundo Europeu de Estabilização Financeira
FIAT	Fabrica Italiana Automóveis Turim
FILCAMS-CGIL	Federação Italiana Trabalhadores Comercio, Turismo e Serviços
FILCTEM-CGIL	Federação Italiana Trabalhadores Química Têxtil Energia Manufaturas
FIOM-CGIL	Federação Funcionários Operários Metalúrgicos
FISAC-CGIL	Federação Italiana Sindicato Assegurador Credito
FLC	Federação Trabalhadores do Conhecimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
FP-CGIL	Função Publica
IDV	Itália dos Valores
IRES-CGIL	Instituto Pesquisas Econômicas e Sociais
ISTAT	Instituto Italiano de Estadística
IVA	Imposto sobre o Valor Agregado
LN	Liga Norte
M5S	Movimento 5 Estrelas
MEE	Mecanismo Europeu de Estabilidade
NIDiL-CGIL	Novas Identidade de Trabalho
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PCI	Partido Comunista Italiano

PD	Partido Democrático
PDS	Partido Democrático da Esquerda
PEC	Pacto de Estabilidade e Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PRC	Partido da Refundação Comunista
PSI	Partido Socialista Italiano
SME	Sistema Monetário Europeu
SPI-CGIL	Sindicato Aposentados Italianos
UDC	União de Centro
UE	União Europeia
UEM	União Económica e Monetária
UIL	União Italiana do Trabalho
FLAI-CGIL	Federação Trabalhadores Agroindústria
FILLEA-CGIL	Federação Italiana Trabalhadores da Madeira e da Construção Civil
FILT-CGIL	Federação Italiana Trabalhadores Transporte
SLC-CGIL	Sindicato Trabalhadores Comunicação

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>01</b>
<b>1º capítulo – Panorama do Mercado de Trabalho</b>	<b>07</b>
1. Contexto e a economia italiana	07
2. O mercado de trabalho na Itália	10
2.1. A dimensão de gênero	12
2.2. Mercado do trabalho por regiões	14
2.3. Faixas etárias	18
2.4. Escolaridade	21
2.5. Nacionalidade	23
2.6. Jornada	25
2.7. Perfil dos desempregados	26
2.8. Perfil dos inativos	28
<b>2º capítulo – As posições, as propostas e as ações sindicais da CGIL</b>	<b>33</b>
1. Introdução	33
2. Análise da atuação da CGIL por governo	34
2.1. Período Pré-Crise	35
- Governo Berlusconi II e III	35
- Governo Prodi II	46
2.2. Período da Crise	53
- Governo Berlusconi IV	53
- Governo Monti	69
- Governo Letta	73
2.3. <i>Piano del Lavoro</i> (2013)	74

- Objetivos	77
- Sustentabilidade	78
- Impacto	80
<b>Conclusões</b>	<b>89</b>
<b>Referências</b>	<b>93</b>
<b>Anexos</b>	<b>103</b>

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século passado, mudanças econômicas e sociais marcantes atingiram as economias mais globalizadas, incluindo a Itália. Na Europa, o modelo social europeu foi duramente atingido pela globalização. As políticas neoliberais, caracterizadas por um rigor orçamental, a manutenção dos preços estáveis para gerar competitividade nos mercados internacionais, o progressivo dismantelamento do Estado de Bem-Estar, a privatização dos serviços públicos e a flexibilização das relações de trabalho, colocaram sob pressão os sindicatos e levaram a diferentes resultados nos países da União Europeia, como mostram estudos de Bernaciak, Gumbell-McCormic e Hyman (2015). De fato, o impacto e a escala da crise aumentaram a desigualdade entre os países - principalmente entre aqueles que estão na área do Euro - e dentro deles próprios. Na Itália, assim como em outros países do sul da Europa, as pressões para continuar dentro da moeda única levaram a cortes das despesas públicas, dos serviços públicos e mudanças no sistema de proteção social e das relações de trabalho.

Este período foi caracterizado por um desempenho pífio da economia, com um crescimento do PIB lento ou negativo, um declínio da indústria manufatureira e por privatizações dos serviços públicos, sendo que em ambos setores (indústrias e empresas públicas) os sindicatos possuíam uma forte afiliação. Essas mudanças contribuíram para constituir um ambiente de insegurança no mercado de trabalho, com o crescimento do desemprego e das formas de emprego atípicas e precárias.

Nesse cenário dos anos 2000 é necessário considerar que a Itália vinha promovendo uma flexibilidade gradual das relações de trabalho e de diminuição da proteção social desde os anos 1980. As primeiras medidas, nos anos 80, foram introduzidas na legislação através de negociações com os agentes sociais, sendo principalmente a reforma dos contratos a tempo determinado para que as empresas pudessem utilizá-los com mais frequência e a regulamentação do horário de regime parcial. Se nos anos 80 a flexibilidade era considerada negativa, nos anos 90 era vista como necessária para responder às exigências dos sistemas produtivos e do mercado global, criando novas relações de trabalho despadronizadas e economicamente incentivadoras e mudando, assim, um dos pilares da relação padrão, ou seja, a concomitância entre o patrão e quem utiliza a prestação de trabalho. A partir dos anos 2000, a flexibilidade foi introduzida de forma maciça através de uma nova legislação que a considerava imprescindível, mudando a possibilidade de utilizar o contrato a tempo determinado por razões técnicas, produtivas e organizativas e alterando a excepcionalidade da

sua utilização. Isto alterou a composição do mercado de trabalho, caracterizando-o por uma difusão de formas contratuais diferentes do contrato padrão <sup>1</sup>, uma descontinuidade ocupacional e uma mobilidade entre diferentes profissões, gerando incertezas, aprofundando as desigualdades sociais e territoriais e produzindo novas formas de segmentação do mercado (ALTIERI, 2009). Esta evolução da flexibilização, porém, não foi acompanhada por uma reforma estrutural do sistema de proteção social, que tradicionalmente protege o trabalhador adulto com contrato a tempo indeterminado da grande indústria e que exclui trabalhadores atípicos e com contrato a tempo determinado (LEONARDI, 2009).

Na Itália, cuja densidade sindical é de 36% e a cobertura da negociação coletiva é de 85% (dados de 2010), a regulamentação do emprego depende muito mais da legislação do que da negociação coletiva, o que faz com que os sindicatos estejam mais interessados em influenciar as políticas do governo do que negociar com as organizações empresariais e patronais. (BERNACIAK, GUMBELL-MCCORMIC e HYMAN, 2015)

A *Confederazione Generale Italiana del Lavoro* (CGIL) é a maior central sindical italiana em termos de filiação sindical e de capacidade de ações coletivas. De fato, em comparação às outras duas centrais sindicais italianas – a *Confederazione Italiana Sindacati Lavoratori* (CISL) e a *Unione Italiana del Lavoro* (UIL) – historicamente a CGIL sempre teve mais afiliados. Em 2013, a CGIL tinha 5,6 milhões de afiliados, a CISL 4,3 e a UIL 2,2. Esta divisão em três centrais sindicais é resultado da Guerra Fria: em 1944, com o Pacto de Roma, as três principais correntes sindicais – comunista, socialista e democrata cristã – fundaram a CGIL, uma central sindical única e unitária; depois, em 1948 e 1950, houve cisões que levaram à criação da CISL, constituída pelos sindicalistas cristãos, e da UIL, feita pelos republicanos e socialdemocráticos, enquanto na CGIL se estruturaram uma corrente comunista, uma socialista e uma terceira componente mais à esquerda. Houve várias tentativas de reconstituir uma central unitária mas sem nenhum resultado: entre eles é importante mencionar a “Federação CGIL-CISL-UIL”, organização paritária entre as três centrais, que operou de 1972 até 1984 (PEPE et al, 2003). A CGIL e a CISL se diferenciam no próprio nome: de fato, a primeira tem ênfase no “trabalho”, enquanto a segunda enfatiza os “sindicatos”. A CGIL tem uma estrutura horizontal bem difundida no território, ao passo que a CISL tem uma estrutura vertical, dividida por categorias, que privilegia a ação nos lugares de trabalho. Além disso, nas questões como a democracia sindical e a descentralização da negociação coletiva, as duas centrais tem posições divergentes (BACCARO L.;

---

<sup>1</sup> Contrato de 8 horas diárias, de no máximo 40 horas semanais, salário fixo e por prazo indeterminado com estabilidade no emprego (Krein, 2013)

PULIGNANO V. (2009). Accornero (1992) identifica a CGIL com a defesa dos direitos dos trabalhadores, a CISL com a busca da solidariedade social e a UIL com a representação dos trabalhadores como cidadãos.

Desta forma, a presente dissertação tem como objetivo discutir o conteúdo da intervenção da CGIL nos elementos definidores das políticas econômicas que afetam o emprego e o desemprego dos governos italianos entre 2004 e 2013. O enfoque é a observação e o entendimento de como a CGIL se posicionou e quais foram as propostas e as ações em relação às políticas econômicas adotadas pelos seis governos que se sucederam nos dez anos de análise.

A discussão é realizada em um contexto em que há diferentes composições parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado da República e também nos governos. De fato, entre 2004 e 2013 houve quatro legislaturas (sendo que a primeira começou em 2001 e a última ainda não terminou) e seis governos com várias composições: Centro-Direita, Centro-Esquerda, “Técnico” e de Grande Coalizão.

O processo de globalização que, na Itália, foi caracterizado principalmente por retiradas de direitos trabalhistas e ataques ao Estado Social, aconteceu de forma mais forte nos governos de Silvio Berlusconi e de Mario Monti. Estes foram caracterizados, de forma geral, como portadores de políticas neoliberais e conservadoras, como a flexibilização das relações de trabalho, as privatizações, a proteção dos patrimônios e dos com altas rendas, a obsessão pelo rigor na gestão das contas públicas, a recusa da concertação com os atores sociais – principalmente com a CGIL – e, por fim, por uma tentativa constante de enfraquecer e dividir o movimento sindical.

Por outro lado, as eleições de 2006 que levaram ao governo Romano Prodi, pela segunda vez, geraram uma forte expectativa na CGIL devido ao fato de que existiam, no Parlamento e no Executivo, pessoas provenientes do movimento sindical com maior sensibilidade às questões do trabalho e com uma disponibilidade à concertação diretamente do Presidente do Conselho dos Ministros. Isto levou a uma aproximação da CGIL com o governo que permitiu um diálogo sobre questões comuns a estes, diminuindo, assim, o conflito.

Após deflagração da crise econômica internacional, em 2008, as principais confederações sindicais divergiram sobre as medidas para enfrentar o novo contexto – *in primis* sobre a negociação ao âmbito da empresa - o que comprometeu a ação unitária sindical, fazendo com que a CGIL restasse como a única confederação a enfrentar frontalmente o governo em um cenário de aumento do desemprego. Apesar disto, a CGIL manteve sempre uma postura de buscar construir ações unitárias com a CISL e a UIL.



Na história recente fica evidente uma tendência do sindicalismo italiano ter uma ação mais conjunta nos momentos em que a Centro-Esquerda está no governo. As três confederações compartilham a responsabilidade, tendem a firmar um acordo com o governo. Ao passo que, quando o governo é de Centro-Direita, a CISL e a UIL tendem a assinar um acordo com o governo e a CGIL adota uma postura de oposição. Desta forma, parece que a CGIL, normalmente, tem dificuldade em negociar com governos nos quais ela não confia, recorrendo a várias formas de ação coletiva (BACCARO e PULIGNANO, 2009).

A crise internacional de 2008 agravou o contexto nacional e trouxe novas dificuldades que se somaram às estruturais típicas da Itália que a CGIL já havia denunciado, em 2003, na realização de uma greve geral, que tinha como palavra de ordem “contra o declínio do país”. Desde 2003 e durante todo este período, a CGIL mostrou sempre uma postura propositiva para reivindicar mudanças nas políticas econômicas e sociais, além de trabalhar para ampliar as alianças sociais no país, envolvendo também jovens, estudantes, desempregados e os não organizados.

Entre 2004-2013, a CGIL registrou, apesar da crise econômica, um aumento dos afiliados, chegando ao valor de 5,6 milhões (ver Anexos). Durante este período, a CGIL também encontrou um modo de fundir diversas federações sindicais, saindo de 30 nos anos 70 (BERNACIAK, GUMBELL-MCCORMIC e HYMAN, 2015), 19 em 1985 (BACCARO e PULIGNANO, 2009) e chegando, hoje em dia, a 12 Federações. De fato, neste período, houve fusões nos setores químico, têxtil, energético e manufatureiro, que levaram à criação da *Federazione Italiana Lavoratori Chimica Tessile Energia Manifatture* (FILCTEM), e nos setores da educação, formação e pesquisa, levando à criação da *Federazione Lavoratori della Conoscenza* (FLC). Mais da metade dos afiliados à CGIL, apesar de uma pequena queda durante os 10 anos considerados, são aposentados. Além disto, neste período, a Federação com mais afiliados ativos passou da *Funzione Pubblica* (FP, funcionários públicos) à *Federazione Italiana Lavoratori Commercio, Turismo e Servizi* (FILCAMS, setor terciário, serviços e turismo). A CGIL possui, inclusive, uma Federação sindical específica para os trabalhadores atípicos (*Nuove Identità di Lavoro*, NIDiL), que teve um aumento da afiliação passando dos 18.640 afiliados em 2004 até 67.632 em 2013 (+48.992 em 10 anos).

Nestes dez anos, a CGIL teve uma postura propositiva com todos os governos para reivindicar uma mudança nas políticas econômicas e sociais, recorrendo ao conflito através de diferentes formas de mobilizações - greves gerais, manifestações, etc – quando não havia a possibilidade de dialogar com o governo. Neste período, a CGIL realizou várias propostas que tinham como centro a valorização do trabalho, do emprego e da renda, por meio de um

crescimento econômico que fosse baseado no fortalecimento da demanda interna, em investimentos públicos e em um fisco mais justo. Considerando este contexto, a hipótese deste trabalho é de que, apesar das posições que a CGIL adotou neste período de instabilidade econômica e crise empregatícia, as propostas apresentadas aos governos italianos não foram, em sua maioria, levadas em consideração. Desta forma a CGIL não conseguiu, não obstante a sua forte mobilização – às vezes de forma unitária com a CISL e a UIL –, interferir substancialmente nas políticas econômicas dos governos e obter mudanças que pudessem orientar o modelo de desenvolvimento e abrir um ciclo de crescimento que tivesse no centro o trabalho.

Para avaliar as posições da CGIL em relação ao desemprego, em um primeiro momento esta dissertação apresenta uma análise do mercado de trabalho italiano entre 2004-2013. Desta forma, esta dissertação está estruturada em duas partes. Na primeira, oferece-se um quadro global sobre o mercado de trabalho italiano: os jovens com dificuldades para conseguir um emprego, o aumento do desemprego de longa duração, a massiva participação feminina para repor as perdas de trabalho dos homens, o crescimento dos contratos de meio período e o colapso do *Mezzogiorno*. O recorte geográfico seguido é aquele tradicional usado pelo ISTAT, o Instituto Italiano de Estatística, que divide o território italiano em três grandes macrorregiões: o Norte (*Valle d'Aosta, Piemonte, Liguria, Lombardia, Emilia-Romagna, Friuli-Venezia Giulia, Trentino-Alto Adige e Veneto*), o Centro (*Lazio, Marche, Toscana e Umbria*) e o *Mezzogiorno* (*Abruzzo, Basilicata, Calabria, Campania, Molise, Puglia, Sardegna e Sicilia*). Nesta parte, analisa-se a evolução do mercado de trabalho italiano de 2004 a 2013, compreendendo um período antes da explosão da crise financeira de 2008 (2004-2008), e outro que chama atenção para as mudanças que ocorreram no período entre 2008 e 2013. Em particular, destaca quais foram as transformações relacionadas aos segmentos sociais e áreas geográficas tradicionalmente mais fracos no contexto italiano. Por fim, apresentam-se observações da CGIL a respeito da evolução do mercado de trabalho italiano.

Na segunda parte, explora-se quais foram as posições da CGIL sobre a situação econômica, quais foram as propostas de políticas econômicas, industriais, fiscais e sociais apresentadas aos governos para relançar o desenvolvimento e combater o desemprego e as subsequentes ações para sustentá-las. Este capítulo foi dividido em dois períodos (pré-crise, de 2004-2008 e pós-crise, de 2008-2013) que, por sua vez, foram subdivididos de acordo com a ordem de sucessão cronológica dos governos. O período pré-crise compreende os governos Berlusconi II e III e Prodi II, enquanto o período da crise abrange os governos Berlusconi IV,

do Mario Monti e do Enrico Letta. Esta periodização tem como objetivo ressaltar a dinâmica econômica e política da Itália e a relação entre a CGIL e os governos na elaboração de políticas públicas, através de negociações ou mobilizações. Este estudo ajuda a entender como a CGIL interpretou as causas e os efeitos do fenômeno do desemprego, quais os fatores que foram mais responsáveis por sua ascensão e quais foram as principais propostas sugeridas por esta confederação sindical.

A análise do mercado de trabalho se baseia em dados e índices fornecidos pelo ISTAT que publica estimativas oficiais sobre o número de pessoas empregadas, as que procuram emprego e os inativos. Os dados foram coletados do site oficial do ISTAT e analisados segundo o gênero, a distribuição geográfica, as faixas etárias, a escolaridade, a nacionalidade, a forma de contratação e a categoria de desemprego e de inativos, das pessoas com 15 anos de idade em diante. A partir destes dados, foi possível traçar um perfil das mudanças ocorridas no mercado de trabalho italiano ao longo dos dez anos analisados.

As posições, as propostas e as ações da CGIL foram avaliadas através de uma revisão bibliográfica da *Rassegna Sindacale*, a publicação semanal da CGIL, de 2004 a 2013. Além disso, foram analisados os documentos aprovados durante os dois Congressos Nacionais da CGIL que ocorreram em 2006 e 2010 e, finalmente, o *Piano del Lavoro* (Plano de Trabalho) da CGIL lançado em Janeiro de 2013. Também foram realizadas entrevistas com dirigentes sindicais.

## 1º CAPÍTULO

### PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO

Este capítulo apresenta uma análise do mercado de trabalho a partir dos dados gerais do PIB, de emprego, de desemprego e de inatividade, no contexto da Itália como membro da União Europeia. Depois, é feita uma descrição da evolução do desemprego e da inatividade por gênero, região, escolaridade, nacionalidade, forma de contrato e faixa etária.

Desta forma, é possível entender melhor qual foi o contexto econômico e do mercado de trabalho no qual a CGIL elaborou as posições, propostas e ações para enfrentar o crescente desemprego, levando em conta os efeitos da crise financeira, iniciada simbolicamente com a falência do banco norte americano *Lehman Brothers* em setembro de 2008. Assim, é possível olhar com mais atenção para as mudanças que ocorreram no mercado de trabalho logo após a crise, observando as transformações e impactos nos diferentes segmentos da população trabalhadora italiana, especialmente os historicamente mais frágeis, tais como os jovens, as mulheres e os habitantes do *Mezzogiorno*.

Além disso, a exposição foi enriquecida com observações e críticas que a CGIL fez em relação aos problemas de mensuração das estatísticas oficiais e sua análise sobre os problemas do trabalho nos dois períodos analisados (antes e depois da crise de 2008).

#### 1. Contexto e a economia Italiana

Dos anos 1970 até os anos 1990, a dinâmica do emprego europeu não estava em sintonia com a evolução do PIB. De fato, o desemprego aumentou apesar de um desempenho positivo da produção, tanto na Itália como na Europa. O crescente desemprego consolidava a ideia de que o mercado de trabalho da Europa tinha características que bloqueavam o desenvolvimento apesar do crescimento e, portanto, as economias ocidentais estavam encaminhando-se para o *jobless growth* (ALTIERI e FERRUCCI, 2009).

Nos anos 1990, depois da estagnação do PIB e da saída da Itália do Sistema Monetário Europeu (SME), governos, empresas e sindicatos fizeram um acordo para reestruturar o sistema produtivo e decidir novas regras de negociação coletiva. Em 1994, a economia italiana apresenta uma leve recuperação do crescimento do PIB (2%) e, a partir deste momento, a taxa de crescimento oscilou entre 1 e 2% (ALTIERI e FERRUCCI, 2009).

Já em 2002, ano do início da circulação do Euro na Itália, a fase expansiva iniciada em meados dos anos 1990 começa a desacelerar. Segundo os dados do Fundo Monetário

Internacional (FMI), o crescimento real do PIB italiano no período considerado (2004-2013) foi sempre menor daquele da União Europeia e da Área do Euro, como pode ser observado no Gráfico 1 abaixo.

Na Itália, de fato, de 2004 a 2007 o crescimento foi sempre abaixo de 2% ao ano. No período entre 2008 e 2013 houve uma severa recessão com o ponto mais baixo em 2009, quando o produto apresentou uma queda de -5,5%. Esse período de recessão econômica foi interrompido só por uma hesitante recuperação em 2010 (1,7%) e também 2011 (0,9%), voltando a cair de forma expressiva em 2012 (-2,8%) e 2013 (-1,7%).

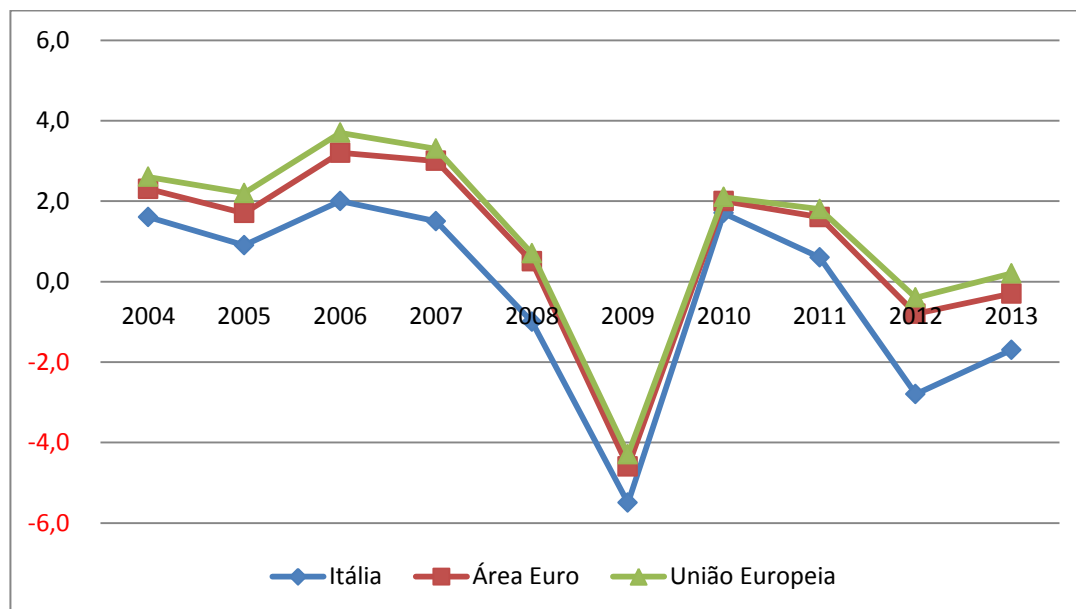
Entre 2004 e 2008, houve um desempenho lento no contexto da União Europeia que, para a Itália, foi ainda menor, enquanto na crise, os efeitos negativos para a economia italiana foram ainda piores.

**Tabela 1. Crescimento real do PIB (2004-2013)**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Itália	1,6	0,9	2,0	1,5	-1,0	-5,5	1,7	0,6	-2,8	-1,7
Área Euro	2,3	1,7	3,2	3,0	0,5	-4,6	2,0	1,6	-0,8	-0,3
União Europeia	2,6	2,2	3,7	3,3	0,7	-4,3	2,1	1,8	-0,4	0,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do FMI.

**Gráfico 1. Crescimento real do PIB (2004-2013)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do FMI.

O Tratado de Maastricht de 1992 contribuiu para o enfraquecimento da capacidade do sistema econômico dos países da UE de absorver o desemprego, na medida em que tinha

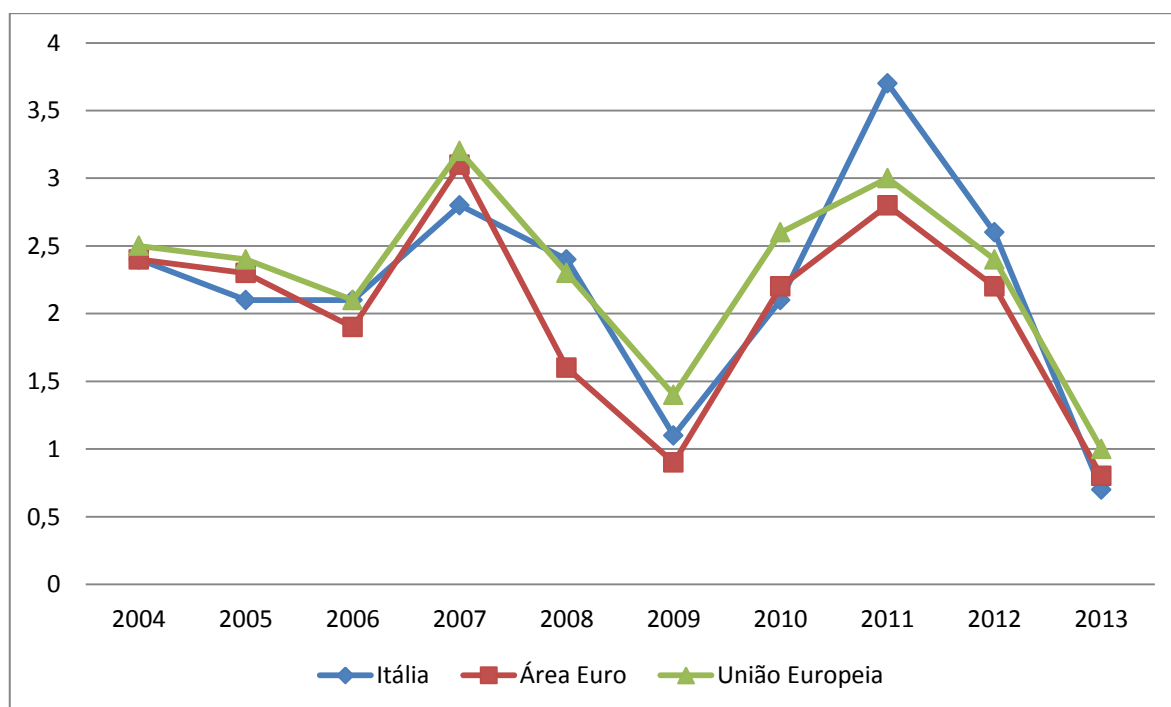
como objetivos políticas monetárias e orçamentais restritivas, que produziram reflexos negativos sobre o crescimento econômico e o emprego. Tais efeitos, em uma economia como a italiana, caracterizada historicamente por uma alta inflação e alto endividamento, foram particularmente graves (ISTAT, 2011). A entrada em circulação da moeda única na Itália, em 2002, contribuiu para abaixar a taxa de inflação nacional e para levá-la a um nível mais próximo ao registrado na Área do Euro na União Europeia, como mostram a Tabela 2 e o Gráfico 2.

**Tabela 2. Taxa de inflação 2004-2013 (preço ao consumidor, porcentagem anual)**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Itália	2,4	2,1	2,1	2,8	2,4	1,1	2,1	3,7	2,6	0,7
Área Euro	2,4	2,3	1,9	3,1	1,6	0,9	2,2	2,8	2,2	0,8
União Europeia	2,5	2,4	2,1	3,2	2,3	1,4	2,6	3,0	2,4	1,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do FMI.

**Gráfico 2. Taxa de inflação 2004-2013 (preço ao consumidor, porcentagem anual)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do FMI.

Também é importante destacar que as características do capitalismo contemporâneo trouxeram significativas restrições para os países desenvolvidos, ao estimular a liberalização econômica e abrir os seus mercados para produtos estrangeiros, pós houve uma redefinição

geopolítica em que a Ásia, especialmente a China, torna-se fornecedores de produtos manufaturados. É um processo ditado pelo avanço da financeirização, que redefine o papel do Estado ao estimular os mecanismos de mercado como espaço de regulação econômica, na crença de que ele seria mais eficiente de alocar os recursos disponíveis. Belluzzo (2014) responsabiliza essa nova arquitetura da ordem econômica pelo baixo desempenho econômico de muitos países, especialmente da Europa e pelo aumento da desigualdade social. É uma ordem que amarra os estados nacionais, pois prevalece uma lógica fiscalista e de condenação de qualquer ação pública pelo desenvolvimento econômico e social. É um processo que define uma nova divisão internacional do trabalho, em que países, como a Itália, tendem a perder competitividade, especialmente quando torna-se hegemonia uma visão neoliberal de enfrentar os problemas econômicos e sociais.

## **2. O mercado de trabalho na Itália**

Após uma longa fase de emprego pleno na Itália, em meados dos anos 1970 a taxa de desemprego começou a crescer devido à crise econômica e as políticas adotadas para a sua superação. Nos anos 1980, a reestruturação industrial, apesar da compensação salarial, levou a uma queda do emprego que foi reabsorvida apenas parcialmente no setor terciário. O emprego gerado pelo setor terciário, porém, não é estável e duradouro como aquele da indústria e, portanto, houve uma interrupção dos históricos fluxos migratórios do *Mezzogiorno* para o Norte. Desta forma, houve um aumento do desemprego no próprio *Mezzogiorno* (ISTAT, 2011).

Nos anos 1990, a crise levou a um crescimento do desemprego que atingiu os homens chefes de família (*strong male breadwinners*) que, até então, eram protegidos das turbulências que afetavam o mercado de trabalho (ISTAT, 2011). O aumento do desemprego entre os anos 70 e 90 foi consequência, também, do crescente ingresso das mulheres no mercado de trabalho, gerado pelo crescimento do nível de instrução, por novos padrões culturais e pela expansão do setor terciário.

A recuperação econômica dos meados dos anos 1990 não coincidiu com a redução do desemprego, que começou a cair apenas a partir de 1999, iniciando uma temporada positiva para o emprego que se estendeu até 2007, quando a taxa de desemprego apresentou o seu nível mais baixo (6,1%, Tabela 3) (ISTAT, 2011).

A partir de 2008, com a crise, a taxa de desemprego volta a aumentar, chegando aos 12,15% em 2013. Ou seja, a taxa dobrou em 6 anos, o que mostra um crescimento muito acelerado. O aumento das pessoas em busca de um emprego foi proporcionalmente menos intenso do que a queda dos postos de trabalho (ISTAT, 2011). Mas, o desemprego não explica toda a dinâmica do mercado de trabalho, pois faz-se necessário observar também a taxa de inatividade, principalmente entre os segmentos de inativos mais próximos do mercado de trabalho, chamados pelo ISTAT de “zona cinzenta”, ou seja, aqueles que estão disponíveis mas não procuram e aqueles que procuram mas não estão disponíveis. Durante o período analisado (2004-2013), houve um aumento da taxa de inatividade e uma diminuição da taxa de atividade, o que agrava a situação do mercado de trabalho, pois reduziu a taxa de participação, o que atenuou a taxa de desemprego oficial.

**Tabela 3. Taxa de Emprego e Desemprego (valores em porcentagem)**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Emprego	45,51	45,26	45,75	45,79	45,80	44,72	44,17	44,12	43,85	42,87
Desemprego	8,00	7,73	6,78	6,08	6,72	7,75	8,36	8,36	10,65	12,15

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ISTAT.

**Tabela 4. Taxa de Atividade e Inatividade (valores em porcentagem)**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Atividade	49,47	49,05	49,08	48,75	49,10	48,48	48,21	48,14	49,08	48,79
Inatividade	50,53	50,95	50,92	51,25	50,90	51,52	51,79	51,86	50,92	51,21
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ISTAT.

Nos últimos anos, portanto, apresentaram-se novas dinâmicas econômicas e sociais, como o envelhecimento da população e a presença dos trabalhadores estrangeiros, que criaram três tendências que mudaram o mercado de trabalho italiano (ALTIERI e FERRUCCI, 2009): 1. Aumento do setor terciário e queda da indústria; 2. Processo de flexibilização do trabalho, aumentando as formas contratuais diferentes do padrão,



especialmente por meio da introdução de contratos atípicos; 3. Crescente participação das mulheres.

No livro “Um mercado de trabalho atípico: Histórias e efeitos da flexibilidade na Itália”, organizado por Giovanna Altieri (2009), descreve-se a evolução do mercado de trabalho italiano, chamando atenção para seus aspectos mais críticos: dinâmicas de emprego, modificações normativas, proteções do emprego e do *welfare*. Entre as várias modificações descritas, existe a passagem do desemprego ao trabalho temporário, que ocorre em um contexto no qual a instabilidade do trabalho se torna estrutural. O mundo do trabalho descrito é mais complexo do que o do passado e, apesar de ser possível quantificar a precariedade, torna-se complicado retratar o novo sistema através de categorias definidas que simplificam uma realidade composta, na verdade, por tantas nuances. Este contexto, caracterizado pela multiplicação das tipologias contratuais e de modificações legislativas contínuas que não se inserem em uma reforma orgânica e abrangente, leva a um quadro de normativas vazias, tratamentos diferenciados entre os trabalhadores e menos tutelas, entre os quais um sistema de proteção social que se torna insuficiente em relação a um mercado de trabalho cada vez mais atípico (ALTIERI, 2009).

## **2.1. A dimensão de gênero**

Na Itália, de 2004 a 2013, o número de empregados caiu em (-)172 mil pessoas. Isto é resultado de uma drástica queda do emprego masculino, no qual houve uma perda de 639 mil empregados no período analisado. Ao mesmo tempo, houve um crescimento de 467 mil empregos das mulheres, conforme Tabela 5 abaixo.

A queda foi provocada, fundamentalmente, após a crise de 2008. Entre 2004 e 2008 houve um saldo positivo de 728 mil novos empregos. O crescimento foi mais intenso entre as mulheres do que entre os homens, com aumento respectivo de 461 mil e 267 mil pessoas. Após a crise, o total dos empregados caiu pouco mais de 23 milhões para 22,2 milhões. Esta redução drástica no número de empregados (-900 mil) se concentra exclusivamente no segmento masculino (-906 mil unidades), enquanto o feminino praticamente se manteve (+6 mil).

O número de desempregados, no período 2004-2008, apresenta uma queda de 280 mil pessoas, diminuindo mais fortemente entre as mulheres, com uma redução de 170 mil desempregadas. Entre os homens a queda foi menor, com uma diminuição de 109 desempregados.

Após a crise, houve um crescimento do desemprego, que se passa de 1,6 milhões de desempregados em 2008 para pouco mais de 3 milhões em 2013, com um aumento total de 1,4 milhões de pessoas. Este aumento se concentra majoritariamente nos homens (+871 mil desempregados). As desempregadas aumentaram em 534 mil.

Em 2004 os inativos representavam um estoque de 24,8 milhões de pessoas. No período 2004-08, eles aumentaram em 834 mil, sendo mais acentuado entre os homens (+461 mil) do que entre as mulheres (+374 mil).

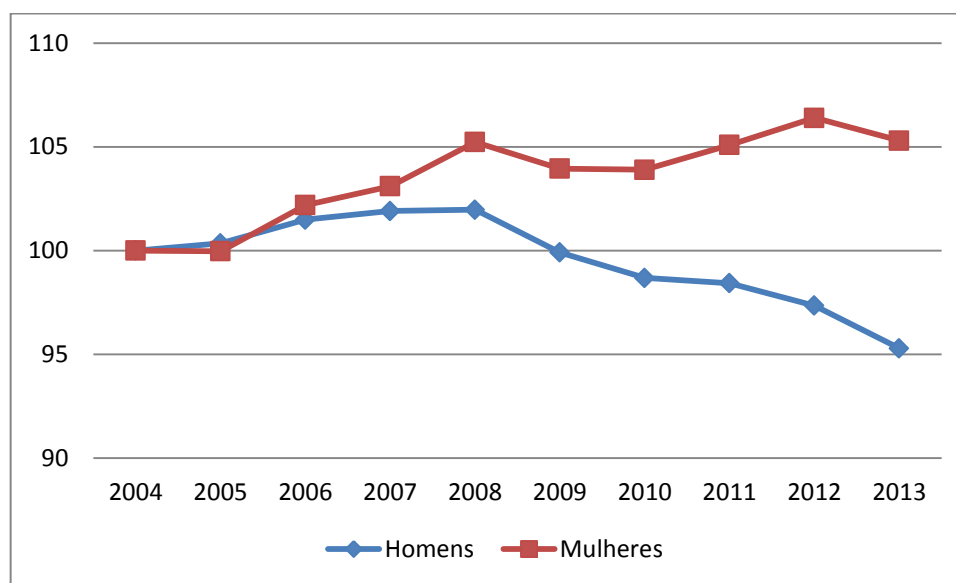
Durante a crise, houve um aumento adicional de +848 mil inativos que se concentravam quase exclusivamente nos homens (+695 mil unidades) em relação às mulheres (+153 mil unidades).

**Tabela 5. Empregados, Desempregados e Inativos por Gênero (valores absolutos em milhares)**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 04-08	Var. 08-13
<b>Empregados</b>												
Homens	13.553	13.601	13.755	13.812	13.820	13.541	13.375	13.340	13.194	12.914	267	-906
Mulheres	8.809	8.806	9.002	9.083	9.270	9.158	9.152	9.258	9.372	9.276	461	6
<b>Total</b>	<b>22.363</b>	<b>22.407</b>	<b>22.758</b>	<b>22.894</b>	<b>23.090</b>	<b>22.699</b>	<b>22.527</b>	<b>22.598</b>	<b>22.566</b>	<b>22.191</b>	<b>728</b>	<b>-900</b>
<b>Desempregados</b>												
Homens	913	894	788	708	804	976	1.084	1.084	1.434	1.674	-109	871
Mulheres	1.031	983	866	773	861	930	972	977	1.257	1.394	-170	534
<b>Total</b>	<b>1.944</b>	<b>1.877</b>	<b>1.654</b>	<b>1.481</b>	<b>1.664</b>	<b>1.907</b>	<b>2.056</b>	<b>2.061</b>	<b>2.691</b>	<b>3.069</b>	<b>-280</b>	<b>1.404</b>
<b>Inativos</b>												
Homens	9.131	9.294	9.360	9.503	9.591	9.852	10.013	10.142	10.064	10.286	461	695
Mulheres	15.695	15.927	15.970	16.120	16.069	16.299	16.400	16.419	16.136	16.222	374	153
<b>Total</b>	<b>24.826</b>	<b>25.221</b>	<b>25.330</b>	<b>25.623</b>	<b>25.661</b>	<b>26.151</b>	<b>26.413</b>	<b>26.562</b>	<b>26.200</b>	<b>26.509</b>	<b>834</b>	<b>848</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ISTAT.

O divisor de águas entre os empregados do sexo masculino e feminino é o ano 2008. Ao passo que, anteriormente, houve um crescimento com uma diferença mínima entre eles, a partir da crise o emprego masculino cai duramente, enquanto o feminino resiste e em 2011 retorna aos níveis de 2008, para depois voltar a crescer em 2012 e apresenta uma pequena queda em 2013, conforme Gráfico 3.

**Gráfico 3. Empregados por Gênero (ano 2004 = 100)**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ISTAT.

Estes dados nos mostram, portanto, que as mulheres, que antes eram a maioria dos desempregados, a partir de 2010 deixam de sê-lo. Isto é devido, também, à recessão, que afetou o setor industrial e o trabalhador autônomo, nos quais o peso dos homens empregados é maior (ISTAT, 2011). A cota de mulheres empregadas, apesar de ser baixa, é a única que se manteve com a crise em termos numéricos (ISTAT, 2014).

De fato, houve um aumento das mulheres *breadwinner*, ou seja, famílias na qual uma mulher entre 15 e 64 anos é a única que trabalha e, no *Mezzogiorno*, o aumento delas está associado à redução das famílias sustentadas apenas pelos homens (ISTAT, 2014).

Esta mudança afeta a dinâmica familiar, levando a uma modificação da organização da família na medida em que adiciona mais tensão na administração dos trabalhos domésticos e familiares (ALTIERI, 2009).

## 2.2. O mercado de trabalho por Regiões

A Itália é administrativamente subdividida em 20 Regiões, que podem ser agrupadas em três macro áreas pelas suas semelhanças em termos econômicos e de desenvolvimento: Norte, Centro e *Mezzogiorno*. A Itália possui um diferencial territorial muito acentuado, cuja base histórica é a unificação da Itália em 1861. Estas diferenças aparecem na economia do Norte, que é parte integrante do tecido produtivo continental mais dinâmico e sólido,

enquanto a economia do *Mezzogiorno* é prisioneira de mecanismos que bloqueiam o seu desenvolvimento (ALTIERI e FERRUCCI, 2009). Estes seriam a presença da máfia, a difusão do trabalho informal, menor infraestrutura, a baixa propensão ao risco, etc. De fato, a realidade do *Mezzogiorno* parece ser diferente daquela do resto da Itália, sendo difícil interpretá-la com os instrumentos tradicionais de análise, porque apresenta um alto nível de inatividade entre as pessoas que poderiam trabalhar, uma difusão do trabalho não declarado incentivado pela imigração irregular e por um mercado de trabalho mais precário (ALTIERI e FERRUCCI, 2009).

No período anterior à crise (2004-08), o crescimento do emprego se concentrou unicamente no Norte e no Centro, com um aumento de 494 mil e 228 mil pessoas, respectivamente. No *Mezzogiorno*, por sua vez, foi registrado o crescimento mínimo de apenas 6 mil empregos novos (Tabela 6).

A partir de 2008, o número de empregados cai na Itália toda, mas com uma intensidade territorial diferente: no *Mezzogiorno* se reduz em 531 mil postos de trabalho, no Norte em (-)331 mil e no Centro em (-)38 mil. No *Mezzogiorno*, nos dez anos considerados, mais de meio milhão de empregos foram perdidos.

Em 2004, o estoque total de desempregados (1,9 milhões) se concentra majoritariamente no *Mezzogiorno* (1,1 milhões, correspondendo a 57,41% do total). No Centro e no Norte, por sua vez, os desempregados eram de 512 e 316 mil, o que correspondiam a 26,34% e 16,24% do total da Itália, respectivamente.

No período 2004-08, a queda no número de desempregados se concentra no *Mezzogiorno* (239 mil). Nas regiões Norte e Centro, por sua vez, a queda foi mais contida (respectivamente de 34 e 7 mil).

O número de desempregados, após crise, aumentou substantivamente, atingindo mais de 3 milhões de pessoas. O aumento intenso se concentra no *Mezzogiorno* e no Norte, com uma elevação de 570 e 579 mil novos desempregados, respectivamente. Enquanto no Centro o aumento é de 255 mil desempregados. Em 2013, aproximadamente metade dos desempregados totais se encontram no *Mezzogiorno* (1,4 milhões). O restante se distribui principalmente no Norte (1 milhão) do que no Centro (564 mil unidades).

Os inativos já estavam crescendo no período anterior à crise, principalmente no *Mezzogiorno* (559 mil em relação a 2004). Neste mesmo período (2004-08), o aumento dos inativos foi mais contido tanto no Norte (172 mil) como no Centro (104 mil), regiões que são economicamente mais estruturadas.

Após a crise, por sua vez, o crescimento dos inativos (+848 mil em relação a 2008) se distribui principalmente no Norte (+371 mil unidades) e no *Mezzogiorno* (+291 mil unidades).

É interessante destacar que, no período 2004-08, a diminuição no *Mezzogiorno* dos desempregados (-239 mil) não é devido a um aumento no número de empregos (que, de fato, cresce em apenas 6 mil), mas é acompanhado de um crescimento no número de inativos (559 mil). Além disso, no período entre 2008 e 2013, a queda no número de empregados (-531 mil) no *Mezzogiorno* corresponde a um aumento dos desempregados (+570 mil) e dos inativos (+291 mil).

**Tabela 6. Empregados, Desempregados e Inativos por Regiões (valores absolutos em milhares)**

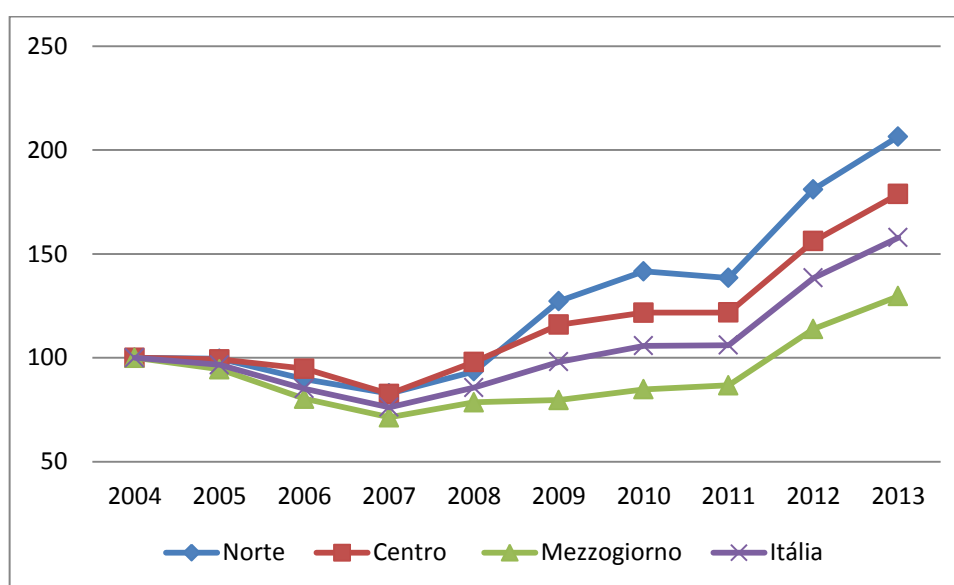
	Empregados										Var. 04-08	Var. 08-13
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013		
Norte	11.402	11.485	11.659	11.754	11.896	11.709	11.633	11.696	11.668	11.565	494	-331
Centro	4.535	4.555	4.634	4.674	4.763	4.740	4.731	4.723	4.742	4.724	228	-38
Mezzogiorno	6.426	6.367	6.465	6.466	6.432	6.250	6.163	6.179	6.156	5.901	6	-531
<b>Itália</b>	<b>22.363</b>	<b>22.407</b>	<b>22.758</b>	<b>22.894</b>	<b>23.090</b>	<b>22.699</b>	<b>22.527</b>	<b>22.598</b>	<b>22.566</b>	<b>22.191</b>	728	-900
	Desempregados											
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013		
Norte	512	510	460	424	478	652	725	709	927	1.057	-34	579
Centro	316	313	299	261	309	366	384	384	493	564	-7	255
Mezzogiorno	1.116	1.054	896	796	877	889	946	968	1.271	1.447	-239	570
<b>Itália</b>	<b>1.944</b>	<b>1.877</b>	<b>1.654</b>	<b>1.481</b>	<b>1.664</b>	<b>1.907</b>	<b>2.056</b>	<b>2.061</b>	<b>2.691</b>	<b>3.069</b>	-280	1.404
	Inativos											
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013		
Norte	10.510	10.627	10.619	10.681	10.683	10.863	10.983	11.034	10.952	11.053	172	371
Centro	4.713	4.782	4.777	4.842	4.817	4.879	4.925	4.995	4.940	5.003	104	186
Mezzogiorno	9.603	9.813	9.934	10.100	10.161	10.409	10.505	10.532	10.308	10.452	559	291
<b>Itália</b>	<b>24.826</b>	<b>25.221</b>	<b>25.330</b>	<b>25.623</b>	<b>25.661</b>	<b>26.151</b>	<b>26.413</b>	<b>26.562</b>	<b>26.200</b>	<b>26.509</b>	834	848

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ISTAT.

O número de desempregados se reduz no período antes da crise. A partir de 2008 e até 2011, os desempregados crescem mais rapidamente no Norte e no Centro, enquanto que no *Mezzogiorno* o crescimento é mais contido. Em 2012, o desemprego volta a crescer em

todas as três macrorregiões (Gráfico 4). Existia, portanto, um novo equilíbrio entre Centro-Norte e *Mezzogiorno* – no primeiro havia um desemprego adulto referente à perda do trabalho enquanto, no segundo, o desemprego era juvenil e de quem estava em busca do primeiro trabalho – e, contemporaneamente, criava-se um desemprego consistente de pessoas que tinham dificuldade em voltar para os processos produtivos, que possuíam idade avançada e que tinham dependentes (CARRA, 2009).

**Gráfico 4. Desempregados por Regiões (ano 2004 = 100)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ISTAT.

Alessandro Genovesi, responsável pelo Departamento de Políticas Ativas do Trabalho da CGIL, defende que, em 2004, a tendência de emprego positiva iniciada em 1998 foi interrompida e que o crescimento do emprego sinalizava uma diminuição muito grande em determinados setores e territórios, somada a um *Mezzogiorno* que registrava aumento do desemprego pela primeira vez desde 1997. A indisponibilidade para procurar trabalho de forma concreta, devido ao crescimento do desemprego por desalento, afeta –segundo Genovesi– as classes mais jovens, menos escolarizadas e o segmento feminino do *Mezzogiorno* (GENOVESI, 2005).

A multiplicação das formas contratuais atípicas não produziu nem crescimento ocupacional, nem menos imersão no trabalho não declarado. Estes são dados muito preocupantes que são sintomas de uma crise grave (GENOVESI, 2005a) e que se somam ao fato de que torna a ocorrer um fluxo migratório das pessoas mais instruídas do *Mezzogiorno*

em direção às regiões centrais e setentrionais (CENTORRINO, 2005), empobrecendo o capital humano do *Mezzogiorno* (ISTAT, 2011).

Além disto, segundo a CGIL, as escolhas de política econômica precisavam levar em conta duas questões: a quantidade de vagas de trabalho criados e a área de inatividade. De fato, quando o desemprego diminuía, crescia a área de inativos, principalmente no *Mezzogiorno* (TREVES, 2007).

### **2.3. Faixas etárias: Quem paga o preço mais alto são os jovens**

No primeiro período analisado (2004-08), a diminuição dos empregados ocorre exclusivamente entre os mais jovens<sup>2</sup>: entre aqueles de 15-24 anos há uma diminuição de 213 mil pessoas, enquanto na faixa de etária de 25-34 a queda foi ainda maior, em 459 mil empregos (Tabela 7).

No período da crise (2008-13), a queda dos empregados afeta fortemente os mais jovens. Na faixa etária de 15-24 houve a eliminação de 467 mil postos de trabalho e na faixa entre 25-34 a perda foi 1,3 milhões. Na faixa de 35-44 a diminuição foi de 551 mil empregos. Portanto, durante a crise a diminuição no número de empregados afeta exclusivamente as faixas *under 45* (2,3 milhões no total em relação a 2008). Contraditoriamente, o número de empregados aumentou em 1,4 milhões postos de trabalho nas faixas acima de 45 anos.

No período 2004-08, a diminuição do desemprego ocorre principalmente nos jovens da faixa de 15-34 anos (-271 mil). No período sucessivo, de 2004 a 2013, porém, há um aumento drástico (1,4 milhões de desempregados) que afeta as faixas etárias jovens, particularmente aquela entre 25-34 anos (+370 mil).

Antes da crise, os inativos entre 15-24 anos e entre 35-44 aumentaram respectivamente em 223 mil unidades e 112 mil unidades, ao passo que aqueles entre 25-34 anos diminuiram em -56 mil unidades. Isto pode ser explicado pelo fato de que os mais jovens podiam contar com o suporte familiar, ficando na espera de uma possibilidade de emprego mais adequada ao seu nível de formação (ISTAT, 2011). Além disto, uma elevação média do nível de formação e o prolongamento do período de estudo tende a postergar o ingresso no mercado de trabalho dos mais jovens (ISTAT, 2011). Também Andrea Cammelli, diretor de AlmaLaurea, o consórcio interuniversitário que favorece e analisa a entrada dos graduados no mercado de trabalho, confirma que a recuperação econômica ainda não abrangia os jovens

---

<sup>2</sup> No estudo, são considerados jovens os que se apresentam na faixa etária entre 15 e 34 anos.

saídos das Universidades, criando, assim, uma verdadeira geração invisível (CAMMELLI, 2007) que pode se tornar “nem-nem”<sup>3</sup>.

Além disso, há também um aumento considerável de inativos entre os *over 65* anos (+776 mil). A queda mais significativa é registrada na faixa entre 45-64 anos (-221 mil).

**Tabela 7. Empregados, Desempregados e Inativos por Faixa Etária (valores absolutos em milhares)**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 04-08	Var. 08-13
<b>Empregados</b>												
15-24	1.657	1.530	1.507	1.456	1.443	1.288	1.211	1.149	1.107	976	-213	-467
25-34	5.977	5.837	5.778	5.627	5.519	5.187	4.881	4.739	4.531	4.207	-459	-1.311
35-44	6.961	7.079	7.213	7.257	7.315	7.217	7.156	7.100	6.950	6.764	354	-551
45-54	5.300	5.418	5.612	5.793	5.967	6.050	6.210	6.390	6.532	6.586	667	619
55-64	2.126	2.196	2.278	2.385	2.455	2.582	2.693	2.836	3.028	3.222	330	767
65+	343	347	369	377	392	374	375	383	417	435	49	43
<b>Total</b>	<b>22.363</b>	<b>22.407</b>	<b>22.758</b>	<b>22.894</b>	<b>23.090</b>	<b>22.699</b>	<b>22.527</b>	<b>22.598</b>	<b>22.566</b>	<b>22.191</b>	<b>728</b>	<b>-900</b>
<b>Desempregados</b>												
15-24	509	486	419	372	388	437	469	473	604	652	-121	263
25-34	686	664	582	507	536	612	661	627	792	906	-150	370
35-44	424	421	377	353	419	478	499	506	652	736	-5	318
45-54	226	223	205	187	236	284	322	338	467	571	10	335
55-64	93	80	68	59	79	91	100	113	168	196	-14	117
65+	6	4	5	3	6	4	4	4	8	8	1	1
<b>Total</b>	<b>1.944</b>	<b>1.877</b>	<b>1.654</b>	<b>1.481</b>	<b>1.664</b>	<b>1.907</b>	<b>2.056</b>	<b>2.061</b>	<b>2.691</b>	<b>3.069</b>	<b>-280</b>	<b>1.404</b>
<b>Inativos</b>												
15-24	3.903	3.987	4.028	4.102	4.126	4.255	4.302	4.362	4.281	4.369	223	243
25-34	1.875	1.918	1.873	1.888	1.820	1.888	1.917	1.894	1.777	1.883	-56	64
35-44	1.721	1.781	1.793	1.858	1.833	1.912	1.923	1.911	1.825	1.838	112	6
45-54	2.060	2.035	1.970	1.970	1.957	2.057	2.101	2.128	2.074	2.135	-103	178
55-64	4.739	4.717	4.676	4.638	4.622	4.574	4.582	4.547	4.318	4.130	-117	-492
65+	10.528	10.784	10.991	11.167	11.304	11.466	11.588	11.719	11.925	12.153	776	849
<b>Total</b>	<b>24.826</b>	<b>25.221</b>	<b>25.330</b>	<b>25.623</b>	<b>25.661</b>	<b>26.151</b>	<b>26.413</b>	<b>26.562</b>	<b>26.200</b>	<b>26.509</b>	<b>834</b>	<b>848</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ISTAT.

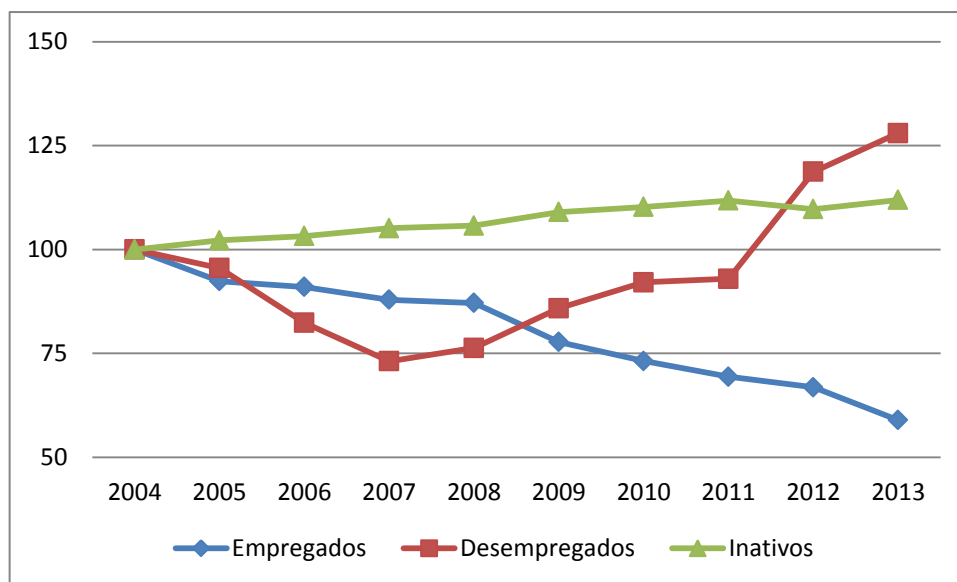
No período da crise, os inativos aumentaram em todas as faixas etárias, menos naquela dos 55-64 anos (-492 mil). Os gráficos 3 e 4 permitem comparar as faixas 15-24 e 55-64: na primeira o número de empregados está diminuindo, enquanto na segunda está aumentando. A queda do emprego nos mais jovens gera um aumento da inatividade e um aumento mais contido do desemprego. Nos mais velhos, o desemprego aumenta de forma mais acentuada enquanto a inatividade diminui. Isto pode ser explicado pelo aumento dos

<sup>3</sup> Com o termo “nem-nem” se entende os jovens que não trabalham, não estudam e não fazem estágio (em inglês são chamados de NEET, ou seja “Not in Employment, Education or Training”)



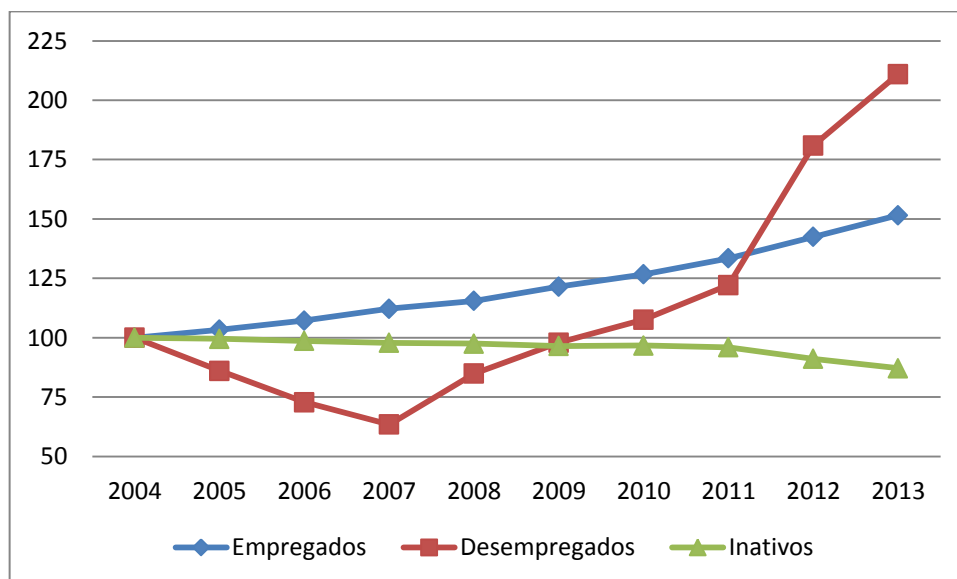
requisitos para conseguir a aposentadoria, principalmente pelo aumento da idade para se aposentar (ISTAT, 2014).

**Gráfico 5. Empregados, Desempregados, Inativos 15-24 (ano 2004 = 100)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ISTAT.

**Gráfico 6. Empregados, Desempregados, Inativos 55-64 (ano 2004 = 100)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ISTAT.

Estes dados mostram, portanto, que os jovens foram, em termos absolutos, os mais afetados pela crise na Itália, assim como em quase todos os países da União Europeia,

sobretudo aqueles do Mediterrâneo (ISTAT, 2014). Isto reflete a dificuldade dos jovens em encontrar trabalho e de mantê-lo (ISTAT, 2014).

Além disto, os jovens são afetados pelo desalento, pela desconfiança e pelas forma de trabalho atípicas que, em um período de crise, são as primeiras a não serem renovadas. Isto constringe os jovens a ter posições de trabalho instáveis e a buscarem o apoio da família de origem, postergando eventos da vida como a maternidade e a paternidade (ALTIERI, 2009).

## 2.4. Escolaridade

O ensino na Itália é obrigatório dos 6 aos 16 anos e é dividido em diferentes níveis: a *Scuola primaria* (nível primário), que vai dos 6 aos 11 anos (duração de 5 anos); a *Scuola secondaria* de primeiro grau (nível secundário), que vai dos 11 aos 14 anos (duração de 3 anos); a *Scuola secondaria* de segundo grau (nível médio), que vai dos 14 aos 19 anos (duração de 5 anos); a Universidade (nível superior), que vai dos 19 anos em diante (graduação, mestrado e doutorado).

A queda de empregos afeta principalmente os empregados menos instruídos, ou seja, que possuem formação até o ensino secundário, com uma redução de 722 mil empregos no período 2004-08 e com uma queda adicional de -1,3 milhões no período pós crise (2008-13). Para aqueles com ensino médio e superior completo é registrado um crescimento de empregos de pouco mais de 1,4 milhões no período antes da crise e um aumento de 473 mil unidades a partir de 2008, concentrados exclusivamente entre os graduados (+458 mil), conforme Tabela 8.

No período 2004-08, o número de desempregados diminui entre os menos instruídos (-203 mil) e para aqueles com ensino médio (-85 mil unidades). Ao passo que, para os graduados há um pequeno aumento (+8 mil desempregados). A partir da crise de 2008, o crescimento total do desemprego (+1,4 milhões) afeta todos os segmentos: menos instruídos (+591 mil), ensino médio (+659 mil) e graduados (+154 mil).

A inatividade possui uma dinâmica muito particular. Os inativos do primeiro segmento dos menos instruídos diminuem em 2 milhões no total: antes da crise há uma queda de 699 mil inativos e depois em 1,3 milhões. Para todos os outros, se registra um aumento em ambos os períodos.

De fato, os inativos com ensino secundário aumentam em 762 mil no período 2004-08 e em 750 mil no período sucessivo. Nos inativos com ensino médio o crescimento é menor no período pré-crise (+393 mil), mas é massivo no período sucessivo a 2008 (+1 milhão).

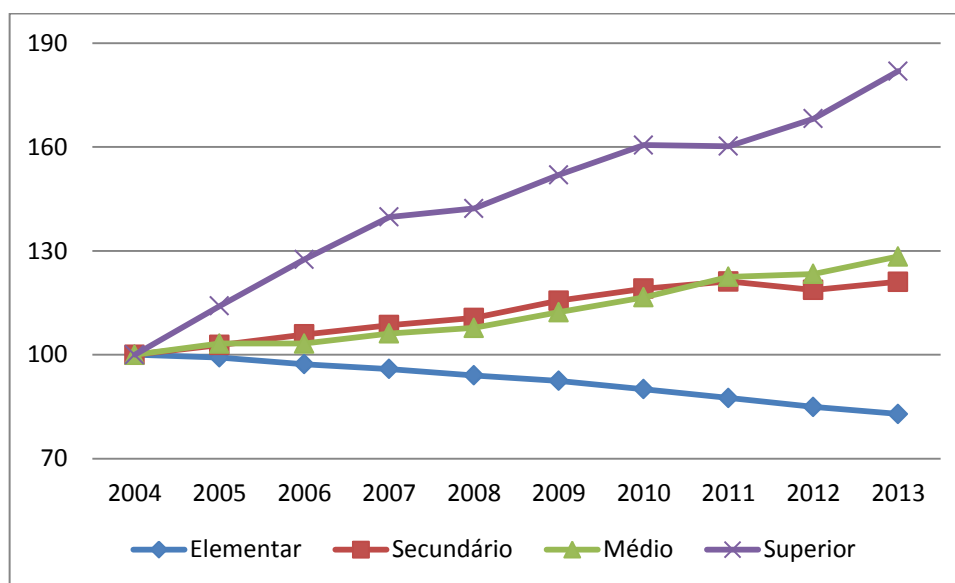
Os graduados inativos crescem em 379 mil entre 2004-08 e em 356 no período da crise. Nos dez anos considerados (2004-13), o número de inativos com ensino superior dobra de valor, passando de 896 mil para mais de 1,6 milhões.

**Tabela 8. Empregados, Desempregados e Inativos por Escolaridade (valores absolutos em milhares)**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 04-08	Var. 08-13
<b>Empregados</b>												
Primário	2.090	1.928	1.764	1.655	1.511	1.363	1.256	1.178	1.086	981	-580	-529
Secundário	7.453	7.322	7.371	7.366	7.312	7.061	6.878	6.828	6.716	6.469	-142	-843
Médio	9.667	9.852	10.132	10.200	10.330	10.352	10.424	10.537	10.499	10.344	663	15
Superior	3.152	3.305	3.491	3.673	3.938	3.923	3.970	4.055	4.265	4.396	786	458
<b>Total</b>	<b>22.363</b>	<b>22.407</b>	<b>22.758</b>	<b>22.894</b>	<b>23.090</b>	<b>22.699</b>	<b>22.527</b>	<b>22.598</b>	<b>22.566</b>	<b>22.191</b>	<b>728</b>	<b>-900</b>
<b>Desempregados</b>												
Primário	233	196	163	132	148	151	156	156	195	221	-85	72
Secundário	776	739	639	580	659	729	773	786	1.031	1.177	-118	519
Médio	756	730	663	600	671	804	888	891	1.164	1.329	-85	659
Superior	179	213	189	168	187	224	238	228	301	341	8	154
<b>Total</b>	<b>1.944</b>	<b>1.877</b>	<b>1.654</b>	<b>1.481</b>	<b>1.664</b>	<b>1.907</b>	<b>2.056</b>	<b>2.061</b>	<b>2.691</b>	<b>3.069</b>	<b>-280</b>	<b>1.404</b>
<b>Inativos</b>												
Primário	11.687	11.592	11.363	11.205	10.987	10.802	10.523	10.228	9.926	9.687	-699	-1.301
Secundário	7.180	7.383	7.599	7.792	7.942	8.302	8.549	8.698	8.525	8.692	762	750
Médio	5.063	5.224	5.224	5.372	5.456	5.685	5.902	6.200	6.243	6.499	393	1.043
Superior	896	1.023	1.143	1.253	1.275	1.362	1.439	1.436	1.507	1.631	379	356
<b>Total</b>	<b>24.826</b>	<b>25.221</b>	<b>25.330</b>	<b>25.623</b>	<b>25.661</b>	<b>26.151</b>	<b>26.413</b>	<b>26.562</b>	<b>26.200</b>	<b>26.509</b>	<b>834</b>	<b>848</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ISTAT.

O número de inativos com ensino primário diminui durante todos os dez anos, enquanto que para os outros cresce de maneira diferente. De fato, os inativos com ensino secundário e médio possuem a mesma tendência, ao passo que os inativos com ensino superior crescem já antes da crise e, a partir de 2008, consolida-se o seu crescimento (Gráfico 7).

**Gráfico 7. Inativos por Escolaridade (ano 2004 = 100)**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ISTAT.

Estes dados demonstram, portanto, que o aumento do desemprego atingiu mais fortemente as pessoas com instrução média. O aumento da inatividade entre os mais instruídos, por sua vez, ocorre devido a uma maior seletividade na escolha do trabalho para evitar um trabalho desqualificante, ao passo que a diminuição dos inativos entre os menos instruídos se dá por uma inserção na força trabalho por falta de alternativas (ALTIERI, 2009).

## 2.5 Nacionalidade

O número de empregados no período 2004-08 cresce exclusivamente entre os estrangeiros<sup>4</sup> (+725 mil). A partir de 2008, os empregos diminuem unicamente entre os italianos (quase -1,4 milhões), ao passo que para os estrangeiros continua a crescer (+493 mil), conforme Tabela 9.

O desemprego diminui entre os italianos no período anterior à crise (-331 mil), ao passo que aumenta no período seguinte (+1,1 milhões). Entre os estrangeiros, por sua vez, o desemprego aumenta ligeiramente no primeiro período (+52 mil) e de maneira mais marcante no segundo período (+298 mil).

Os inativos crescem em ambos períodos e segmentos, mas com algumas diferenças. De 2004-08 crescem mais os inativos italianos (+525 mil) em relação aos estrangeiros (+309

<sup>4</sup> Com o termo “estrangeiro” definem-se as pessoas que não possuem nacionalidade italiana.

mil). A partir da crise os dados se invertem: os inativos estrangeiros crescem mais (+449 mil) do que entre os italianos (+399 mil).

**Tabela 9. Empregados, Desempregados e Inativos por Nacionalidade (valores absolutos em milhares)**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 04-08	Var. 08-13
<b>Empregados</b>												
Italianos	21.398	21.249	21.458	21.447	21.400	20.909	20.615	20.568	20.456	20.008	3	-1.393
Estrangeiros	965	1.158	1.299	1.447	1.690	1.790	1.912	2.030	2.110	2.183	725	493
<b>Total</b>	<b>22.363</b>	<b>22.407</b>	<b>22.758</b>	<b>22.894</b>	<b>23.090</b>	<b>22.699</b>	<b>22.527</b>	<b>22.598</b>	<b>22.566</b>	<b>22.191</b>	<b>728</b>	<b>-900</b>
<b>Desempregados</b>												
Italianos	1.839	1.744	1.531	1.350	1.508	1.680	1.805	1.783	2.345	2.614	-331	1.106
Estrangeiros	105	133	123	131	157	226	250	278	346	455	52	298
<b>Total</b>	<b>1.944</b>	<b>1.877</b>	<b>1.654</b>	<b>1.481</b>	<b>1.664</b>	<b>1.907</b>	<b>2.056</b>	<b>2.061</b>	<b>2.691</b>	<b>3.069</b>	<b>-280</b>	<b>1.404</b>
<b>Inativos</b>												
Italianos	24.415	24.709	24.783	25.012	24.940	25.335	25.489	25.557	25.114	25.339	525	399
Estrangeiros	412	512	547	611	721	816	924	1.005	1.086	1.170	309	449
<b>Total</b>	<b>24.826</b>	<b>25.221</b>	<b>25.330</b>	<b>25.623</b>	<b>25.661</b>	<b>26.151</b>	<b>26.413</b>	<b>26.562</b>	<b>26.200</b>	<b>26.509</b>	<b>834</b>	<b>848</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ISTAT.

O crescimento do emprego observado é devido principalmente à regulamentação dos estrangeiros e, considerando que praticamente todos estes já eram empregados, isto determina um aumento no emprego que na verdade não existia (CARRA, 2005). Nestes anos, portanto, o censo da força de trabalho foi influenciado pela regularização dos imigrantes, ou melhor, de uma emersão de emprego que já existia mas que estava submerso.

O mercado de trabalho italiano se apresenta, portanto, preso entre dois fenômenos: de uma lado, a regularização dos estrangeiros que trabalham na Itália não contribui para melhorar a estatística do crescimento econômico porque esta é uma população que já trabalhava, e, do outro lado, há o desalento na procura do trabalho, que se concentra principalmente entre os jovens e as mulheres do *Mezzogiorno*.

A análise do desemprego estrangeiro deve ser vista a partir do fluxo migratório, que é caracterizado pela razão da entrada na Itália, pelo modelo de como os estrangeiros se estabelecem nela e, também, pela cidadania destes (ISTAT, 2011). Por exemplo, 60% dos pedidos de visto são para trabalhar, enquanto 30% são para se estabelecer com um familiar já residente. Além disto, no caso dos cidadãos marroquinos e filipinos, que compõem as

comunidades mais antigas da Itália, ocorre primeiro a migração do homem para os marroquinos, ao passo que, para os filipinos, as mulheres migram antes. Neste caso, quando a mulher marroquina chega na Itália, dificilmente encontra trabalho, ao passo que o homem filipino encontra trabalho rapidamente (ISTAT, 2011). A diferença na proximidade do mercado de trabalho nasce no contexto cultural: por exemplo, na mulher marroquina, estabelecida na Itália, prevalece o seu rol de mulher e mãe típico do país de origem.

## 2.6 Jornada

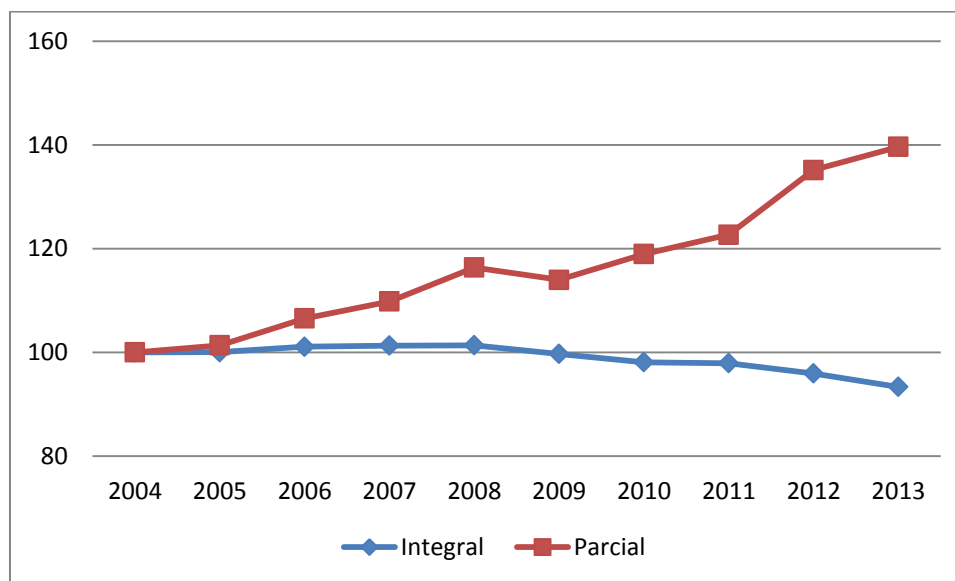
A jornada de trabalho dos empregados em 2004 é majoritariamente integral (87,29%), mas a partir de então o horário parcial mostra uma tendência de aumento. No período 2008-13, os empregados em horário integral diminuem em mais de -1,5 milhões, enquanto os empregados em horário parcial aumentam em 661 mil (Tabela 10). Em 2013, o regime de horário integral representa 82,12% do total de empregados, enquanto o de horário parcial representa 17,88%.

**Tabela 10. Empregados por jornada de trabalho (valores absolutos em milhares)**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 04-08	Var. 08-13
Integral	19.521	19.527	19.730	19.774	19.784	19.460	19.147	19.112	18.725	18.223	263	-1.560
Parcial	2.842	2.880	3.028	3.120	3.307	3.239	3.380	3.486	3.841	3.967	465	661
<b>Total</b>	<b>22.363</b>	<b>22.407</b>	<b>22.758</b>	<b>22.894</b>	<b>23.090</b>	<b>22.699</b>	<b>22.527</b>	<b>22.598</b>	<b>22.566</b>	<b>22.191</b>	<b>728</b>	<b>-900</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ISTAT.

O horário parcial começou a crescer antes da crise, enquanto o horário integral se mantinha. A partir de 2008, porém, há um aumento do horário parcial com uma queda concomitante do horário integral (Gráfico 8).

**Gráfico 8. Empregados por jornada de trabalho (ano 2004 = 100)**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ISTAT.

Estes dados demonstram, portanto, que houve uma queda do emprego a tempo indeterminado e de jornada de trabalho integral. Esta queda se deu principalmente nos setores de agricultura, construção civil e no setor terciário, sendo que mais da metade dos afetados eram do *Mezzogiorno* (ISTAT, 2014). A única forma de trabalho que cresceu foi a de trabalho a tempo determinado e com jornada parcial. Esta foi uma estratégia das empresas para enfrentar a crise, sendo que o aumento da jornada a tempo parcial era involuntário, constringindo os trabalhadores a trabalharem meio período (ISTAT, 2014).

## 2.7 Perfil dos desempregados

Em 2004, 40,48% dos desempregados são ex-empregados, ao passo que os ex-inativos e as pessoas que estão procurando trabalho pela primeira vez representam 27,29% e 32,23%, respectivamente (Tabela 11).

Em 2013, o cenário do desemprego é muito diferente: os ex-empregados aumentaram de forma notável (53,39%) e diminuíram tanto os ex-inativos (20,29%) como as pessoas sem experiência de trabalho (26,32%).

O dado mais alarmante no crescimento do desemprego é o aumento no segmento dos desempregados de longa duração, ou seja, aqueles que estão procurando trabalho a mais de 12 meses.

Em 2004, os desempregados de longa duração representavam 47,52% dos desempregados totais, ao passo que em 2013 eram 56,36%. 2006 foi o ano em que a diferença nos valores absolutos entre os dois segmentos foi a mais baixa (52 mil), enquanto em 2013 foi a mais alta (390 mil).

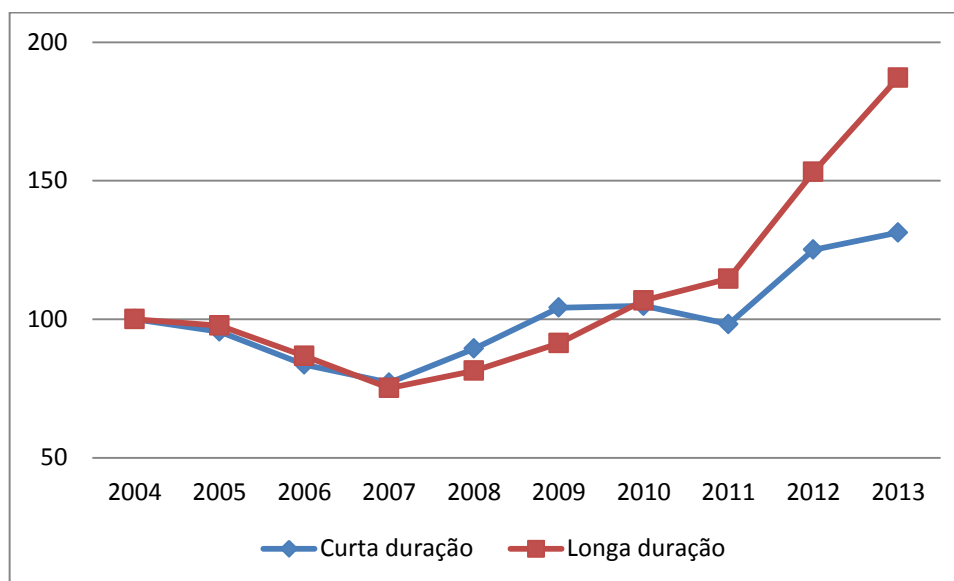
**Tabela 11. Desempregados por categoria e por duração (valores absolutos em milhares)**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 04-08	Var. 08-13
<b>Categoria</b>												
Ex-Empregados	787	738	650	623	729	943	1.025	992	1.349	1.638	-58	909
Ex-Inativos	531	512	445	396	441	452	499	482	609	623	-90	182
Sem experiência	627	627	560	462	494	511	531	587	733	808	-132	313
<b>Total</b>	<b>1.944</b>	<b>1.877</b>	<b>1.654</b>	<b>1.481</b>	<b>1.664</b>	<b>1.907</b>	<b>2.056</b>	<b>2.061</b>	<b>2.691</b>	<b>3.069</b>	<b>-280</b>	<b>1.404</b>
<b>Duração</b>												
Curta duração	1.020	974	853	786	912	1.063	1.069	1.002	1.276	1.339	-108	427
Longa duração	924	903	801	695	752	844	986	1.059	1.415	1.730	-172	977
<b>Total</b>	<b>1.944</b>	<b>1.877</b>	<b>1.654</b>	<b>1.481</b>	<b>1.664</b>	<b>1.907</b>	<b>2.056</b>	<b>2.061</b>	<b>2.691</b>	<b>3.069</b>	<b>-280</b>	<b>1.404</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ISTAT.

Em 2011, o estoque de desempregados de longa duração superou aqueles de curta duração. Nos anos sucessivos (2012-13), este estoque se consolidou ao passo que, em 2013, o desemprego de curta duração registrou uma pequena flexão (Gráfico 9).



**Gráfico 9. Desempregados por duração (ano 2004 = 100)**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ISTAT.

## 2.8 Perfil dos inativos

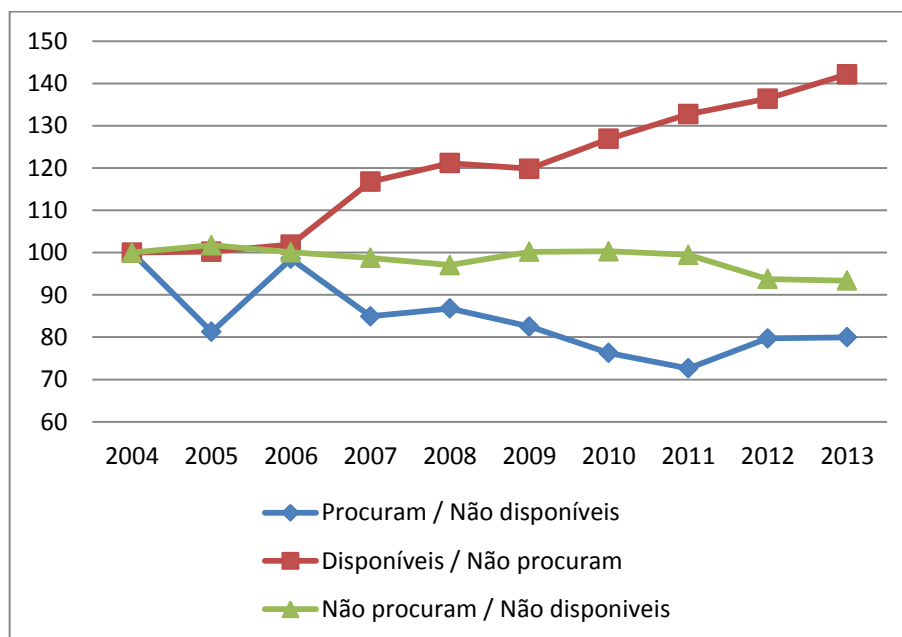
Dentro dos inativos (15-64 anos) há uma diminuição das pessoas que “não procuram mas estão disponíveis”, tanto no período 2004-08 (-350 mil) como no período 2008-13 (-431 mil) (Tabela 12).

Os dois segmentos de inativos mais próximos do mercado de trabalho, que seriam aqueles que “procuram mas não estão disponíveis” e aqueles que “estão disponíveis mas não procuram” possuem duas tendências diferentes e opostas. Os primeiros diminuem em quantidades diferentes antes e pós crise, respectivamente em 50 e 26 mil unidades, ao passo que os segundos aumentam em ambos os períodos (antes da crise em 458 mil e 456 mil após 2008).

**Tabela 12. Inativos por categoria (valores absolutos em milhares)**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 04-08	Var. 08-13
Procuram / Não disp.	376	306	371	319	326	310	287	273	300	301	-50	-26
Disponíveis / Não proc.	2.167	2.172	2.208	2.531	2.625	2.596	2.750	2.877	2.956	3.081	458	456
Não procuram / Não disp.	11.755	11.960	11.761	11.606	11.405	11.778	11.788	11.693	11.019	10.973	-350	-431
65+	10.528	10.784	10.991	11.167	11.304	11.466	11.588	11.719	11.925	12.153	776	849
<b>Total</b>	<b>24.826</b>	<b>25.221</b>	<b>25.330</b>	<b>25.623</b>	<b>25.661</b>	<b>26.151</b>	<b>26.413</b>	<b>26.562</b>	<b>26.200</b>	<b>26.509</b>	<b>834</b>	<b>848</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ISTAT.

**Gráfico 10. Inativos por categoria (ano 2004 = 100)**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ISTAT.

Além destes dados apresentados pelo ISTAT, o IRES-CGIL lançou um alarme sobre o desemprego, com um cálculo que se baseava na soma dos desempregados oficiais com os inativos próximos ao mercado de trabalho e levava a uma taxa de desemprego muito superior àquela calculada pelo ISTAT (ANDRUCCIOLI, 2009).

Segundo Aldo Carra, a definição de “desempregado” adotada pelo ISTAT e baseada na Organização Internacional do Trabalho (OIT) é restritiva e não representa adequadamente as diferentes nuances do desemprego. Inclusive o Banco da Itália começou a falar em “trabalho disponível inutilizado”, referindo-se às pessoas que estavam em compensação salarial e que estavam desmotivadas. De fato, na Itália existia uma quantidade consistente de pessoas que não buscavam ativamente o trabalho (principalmente as mulheres jovens no *Mezzogiorno*) e que, ao não se enquadrarem nos critérios previstos para serem considerados “desempregados”, não entravam nesta categoria. (CARRA, 2010).

Trabalhadores regularizados e desencorajados representam dois fenômenos diferentes que agem sobre as dinâmicas dos indicadores do mercado de trabalho: os primeiros atenuam a inflexão do emprego, enquanto os segundos escondem o desemprego. Ambos fazem a situação parecer menos grave daquilo que realmente é (CARRA, 2010a).

Ao descrever a fronteira entre desemprego e inatividade na Itália, Aldo Carra alega que os inativos agregam uma parte de verdadeiro desemprego e que, por este motivo, a taxa

de desemprego na Itália se torna mais baixa em relação aos outros países. Além disto, quando os desempregados diminuem é porque, na realidade, uma parte destes desistiu de procurar trabalho. Portanto, a ideia era de adicionar o dado do “não empregado” (ou seja, desempregados e inativos) nas classificações dinâmicas do mercado de trabalho, para poder entender este fenômeno e intervir de maneira eficaz (CARRA, 2010b).

De fato, segundo Aldo Carra (2012), os dados oficiais que medem o desemprego não conseguem expressar a dimensão justa de uma situação dramática que tende a piorar cada vez mais. Por este motivo, Carra considera que os critérios tradicionais não sejam mais adequados para representar a realidade do emprego, do desemprego e da inatividade e, portanto, julga necessário que sejam feitas propostas concretas para adotar novos parâmetros. A definição de “desemprego” adotada pelo ISTAT é fortemente restritiva, em um contexto de mercado de trabalho no qual a maior parte das pessoas encontra um trabalho por indicação de conhecidos, em que as profissões mais bem remuneradas passam de pai para filho e que exclui pessoas que buscam e querem trabalho mas que não sabem quais ações tomarem para consegui-lo. Além da população ativa (empregados e desempregados), o ISTAT calcula também a chamada “força de trabalho potencial”, que são pessoas que se enquadram na área de inatividade mas que são mais próximas à situação de desempregado do que de inativo (ou seja, pessoas que estão disponíveis para trabalhar mas não procuram trabalho e pessoas que não estão disponíveis mas procuram). Se a estes últimos se soma também aqueles que trabalham em horário parcial mas que gostariam de trabalhar mais, emerge uma taxa de desemprego oculta que aumentaria muito a taxa de desemprego real. Se entre os inativos se escondem pessoas que gostariam de trabalhar mas que esperam uma boa ocasião para fazê-lo, a anomalia italiana está em possuir um mercado de trabalho desencorajador e uma metodologia de cálculo do desemprego que distorce a realidade. Por estes motivos, considera-se importante criar uma proposta para rever os critérios utilizados, para incluir as áreas excluídas no “desemprego”.

Dadas estas características, e visto que as razões para não procurar trabalho são diferentes e não sempre são diretamente ligadas às dificuldades encontradas ou temidas do mercado de trabalho (espera pela resposta de tentativas anteriores de busca de trabalho, cuidar de familiares e filhos, estudo e formação, espera para voltar a trabalhar, saúde etc), e levando em conta que nem todos os desencorajados estão imediatamente disponíveis para trabalhar (ou seja, que nem todos fazem parte da “força de trabalho potencial”), o IRES-CGIL elaborou, em Setembro de 2012, o indicador “Área do Sofrimento Empregatício” (*Area Sofferenza Occupazionale*, ASO), que considera os desempregados, os desencorajados disponíveis para

trabalhar e os empregados em compensação salarial, na tentativa de representar de maneira mais satisfatória o quadro completo das problemáticas do emprego (FERRUCCI, 2012).

Sucessivamente, o IRES-CGIL elaborou um indicador relativo à “Área do Mal-Estar Empregatício” (*Area Disagio Occupazionale*, ADO), ou seja, de quem trabalha em condições de precariedade ou menos do que gostaria. Este conjunto abrange os trabalhadores assalariados temporários e os colaboradores de idade entre 15 e 64 anos que alegam trabalhar em tempo determinado por não encontrar um emprego a tempo indeterminado (trabalho temporário voluntário) e os empregados (assalariados ou autônomos) que trabalham em tempo parcial porque não encontraram um trabalho em tempo integral (*part-time* involuntário) (IRES-CGIL, 2014).

Os indicadores ASO e ADO foram elaborados por Giuliano Ferrucci, estatístico e pesquisador do IRES-CGIL e foram utilizados pela primeira vez nos relatórios do Observatórios sobre o Mercado de Trabalho da ABT-CGIL, em Setembro de 2012 (ASO) e Maio 2013 (ADO)

O objetivo da CGIL com os indicadores ASO e ADO é de propor, respectivamente, uma estimativa completa do número de pessoas com menos de 65 anos que são obrigadas a ficar fora do mercado de trabalho e uma estimativa das pessoas presas em forma de trabalho diferentes das desejadas, porque a duração da relação de trabalho é limitada ou porque o trabalho é em tempo parcial.

As dinâmicas do mercado de trabalho evidenciam diversas contradições, que caracterizam a Itália e algumas áreas geográficas em particular. A crise atingiu os grupos sociais mais vulneráveis (trabalhadores temporários e precários, jovens e mulheres, nas áreas menos desenvolvidas e frágeis do país) e amplificou alguns aspectos do mercado de trabalho (pouca participação, instabilidade do trabalho e desencorajamento), tornando ainda mais claro o dualismo<sup>5</sup> típico da economia italiana (DOTA, 2010).

No novo contexto de queda do emprego, a perda e a falta de trabalho atingem cada vez mais pessoas do que no passado, com uma mudança nos tempos de permanência e com os fenômenos de desencorajamento e de expulsão do mercado de trabalho. As diferenças no mundo do trabalho aumentaram, assim como a segmentação do mercado de trabalho: os jovens e as mulheres são atingidos pela instabilidade do trabalho, piorada pelo acesso insuficiente ao sistema de proteção social que, em muitos casos, acaba sendo a própria família de origem. A crise atingiu o emprego mas também alimentou de forma preponderante a

---

<sup>5</sup> Na economia italiana, o dualismo mais forte é aquele territorial, ou seja, o diferente nível de desenvolvimento entre a macrorregião do Centro-Norte e do *Mezzogiorno*.

inatividade, enquanto o desemprego foi contido pela *Cassa Integrazione Guadagni*<sup>6</sup> (ALTIERI, 2010). Se até os anos 90 o desemprego era majoritariamente caracterizado por jovens sem experiência de trabalho (ISTAT, 2011), em 2013 este mudou, sendo composto por ex-empregados.

Em síntese, os problemas do mercado de trabalho italiano são mais graves do que indicam as estatísticas oficiais, pois elas não conseguem captar uma série de situações de precariedade e alocação forçada das pessoas a ocupações que não gostariam de exercer. Assim, a instabilidade e a insegurança são características do mercado de trabalho contemporâneo na Itália e também em boa parte dos países da Europa.

---

<sup>6</sup> Forma de compensação salarial paga pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que pode ser de tipo ordinário, extraordinário ou especial e que permite os trabalhadores de manter a relação de trabalho com a empresa, evitando a sua demissão. Esta se aplica a todas as empresas em crise, exceto aquelas dos setores financeiro, agrícola e terciário.

## **2º CAPÍTULO**

### **AS POSIÇÕES, AS PROPOSTAS E AS AÇÕES SINDICAIS DA CGIL**

#### **1. Introdução**

No primeiro capítulo, nos concentramos em caracterizar o mercado de trabalho italiano, sublinhando a sua evolução a longo de dez anos (2004-2013), tendo como foco os segmentos sociais, territoriais e etários que são mais expostos ao fenômeno do desemprego. A finalidade do capítulo é explicar o contexto geral no qual a CGIL tomou as suas posições, elaborou suas propostas e desenvolveu as suas ações para combater um desemprego que na Itália é estrutural, mas que se agravou fortemente com a crise de 2008.

No presente capítulo, que é o cerne da nossa dissertação, analisamos as posições, as propostas e as ações da CGIL em relação aos vários governos italianos que se sucederam no período considerado, conforme pode ser observado no quadro 1 abaixo. O capítulo - respeitando a ordem cronológica das legislaturas nacionais e dos governos-, está subdividido em duas partes.

A primeira refere-se ao período anterior à crise de 2008, quando o desemprego, nas estatísticas oficiais, apresentou um declínio, apesar do processo de precarização do trabalho continuar avançando. O segundo é o pós-crise de 2008, que afeta fortemente a economia e o mercado de trabalho italiano. Nos dois períodos, o desempenho econômico da Itália foi inferior não somente em relação ao desempenho do mundo, como também da Zona do Euro. O ambiente de instabilidade provocou muitas mudanças políticas, pois nenhum governo ou coalizão no poder foi capaz de promover a estabilidade e o crescimento sustentado. A Confederação sindical basicamente manteve suas posições, mas alterou suas ações dependendo do tipo de coalizão no poder.

### Quadro 1. Resumo das Legislaturas e dos Governos (2004 - 2013)

Legislatura	Pres. Câmara	Pres. Senado	Governo	Posse Renúncia	Min. Fazenda	Min. Trabalho	Composição
<b>XIV</b> Eleições: 13/05/01 Início: 30/05/01 Fim: 27/04/06	Pierferdinando Casini	Marcello Pera	Berlusconi II	11/06/01 23/04/05	-Giulio Tremonti -Silvio Berlusconi -Domenico Siniscalco	Roberto Maroni	<b>Centro- Direita</b>
			Berlusconi III	23/04/05 17/05/06	-Domenico Siniscalco -Giulio Tremonti Silvio Berlusconi	Roberto Maroni	<b>Centro- Direita</b>
<b>XV</b> Eleições: 9- 10/04/06 Início: 28/04/06 Fim: 6/02/08	Fausto Bertinotti	Franco Marini	Prodi II	17/05/06 06/05/08	-Tommaso Padoa Schioppa	Cesare Damiano	<b>Centro- Esquerda</b>
<b>XVI</b> Eleições: 13- 14/04/08 Início: 29/04/08 Fim: 23/12/12	Gianfranco Fini	Renato Schifani	Berlusconi IV	08/05/08 16/11/11	-Giulio Tremonti	Maurizio Sacconi	<b>Centro- Direita</b>
			Monti	16/11/11 27/04/13	-Mario Monti -Vittorio Grilli	Elsa Fornero	<b>“Técnico”</b>
<b>XVII</b> Eleições: 24- 25/02/13 Início: 15/03/13 Fim: (em curso)	Laura Boldrini	Pietro Grasso	Letta	28/04/13 21/02/14	-Fabrizio Saccomanni	Enrico Giovannini	<b>Grande Coalizão</b>

Fonte: Elaboração própria.

## 2. Análise da atuação da CGIL por governo

A Itália, a partir do segundo pós-guerra até 1992, teve uma trajetória política caracterizada por partidos fortes com uma clara base social e uma polarização ideológica intensa, sendo o cenário político hegemonizado pela *Democrazia Cristiana* (DC), mas com respeitável presença do *Partito Comunista Italiano* (PCI) e do *Partito Socialista Italiano* (PSI).

A queda do Muro de Berlim e a operação judiciária de “*Mani Pulite*” (Mãos Limpas) feita pelos promotores de Milão levaram à reconfiguração respectivamente do PCI, que virou o *Partito Democratico della Sinistra* (PDS), da DC e do PSI, que se dissolveram, e houve a criação de diversas novas legendas partidárias sem clara configuração ideológica.

Desta forma, os partidos perderam progressivamente as próprias bases e se iniciou um percurso de instabilidade política que foi caracterizado, primeiramente, pela crise econômica de 1992 – ano no qual a Itália teve que sair do Sistema Monetário Europeu (SME) - e, depois, por um governo “técnico” em 1993, liderado por Carlo Azeglio Ciampi, o ex-presidente do Banco da Itália. Neste contexto de crise, houve a ascensão ao poder do ‘empreendedor’ Silvio Berlusconi, que chegou à Presidência do Governo por meio de uma aliança no Norte, com os separatistas da *Lega Nord* (LN), e no Sul, com os neofascistas da *Alleanza Nazionale* (AN).

O primeiro governo liderado pelo Silvio Berlusconi caiu no final de 1994, deixando em seu lugar outro governo “técnico” liderado pelo Ministro do Tesouro, Lamberto Dini. Este último levou o país a eleições antecipadas em 1996, nas quais ganhou a coalizão de Centro-Esquerda liderada por Romano Prodi.

Depois de cinco anos de legislatura, caracterizados pela mudança de quatro governos e várias crises, inclusive a saída do *Partito della Rifondazione Comunista* (PRC) da maioria parlamentar, em 2001, a coalizão de Centro-Direita liderada por Berlusconi volta ao poder.

## **2.1. Período Pré-crise**

### **Governo Berlusconi II e III**

Após um período de desempenho econômico negativo, a recuperação que o governo Berlusconi vinha anunciando, usando o slogan de “novo renascimento”, não chegou e os setores produtivos em dificuldades aumentaram. Muitas empresas declararam que estavam em crise, outras fecharam e outras se deslocalizaram, com intensidades diferentes nas várias regiões italianas.

A quebra na produção causou uma expulsão dos trabalhadores mais estáveis, que foram substituídos por trabalhadores precários, ao abrigo das novas leis trabalhistas aprovadas no governo Berlusconi II, em exercício desde 2001. Os ataques do governo Berlusconi II ao nível do mercado de trabalho procuraram transformar e flexibilizar a legislação trabalhista, abandonando a perspectiva da assimetria de poder entre trabalhador e empregador. Volta-se a insistir nas chamadas “*gabbie salariali*” – ou seja, um piso salarial diferente por região - e no enfraquecimento da negociação coletiva nacional para romper com a unidade e a coesão dos trabalhadores. Encontra-se ainda, sempre presente, o discurso da “guerra



geracional”, no qual as péssimas condições de inserção laboral dos filhos era devida à excessiva proteção beneficiada pelos seus pais.

Segundo Guglielmo Epifani, secretário geral da CGIL de 2002 a 2010, 2003 foi um ano difícil do ponto de vista internacional devido à guerra no Iraque e consequente deslegitimação da ONU e à falência da Convenção Europeia<sup>7</sup>. Do ponto de vista econômico, Epifani considera que foi um ano complicado, pois, a partir de 2002, não houve crescimento e, portanto, por dois anos consecutivos o país não produziu riqueza e não pôde distribuí-la (EPIFANI, 2004). Além disso, a política econômica do governo Berlusconi II, concentrada nos interesses dos grandes patrimônios, foi responsável pelos danos ocorridos no sistema produtivo e na distribuição de renda. O resultado de tal política teria levado a Itália a se tornar num país mais pobre, dividido e inseguro (EPIFANI, 2004).

O diretor da *Rassegna Sindacale*, Enrico Galantini, também considerava cada vez mais preocupante o desempenho da economia italiana e que os sinais de risco de declínio que a CGIL denunciava desde a greve geral de fevereiro de 2003 estavam se tornando cada vez mais evidentes, tanto para os setores expostos à concorrência internacional, quanto para uma parte daqueles mais protegidos, como o transporte local e aéreo (GALANTINI, 2004). Galantini também indica que a diminuição do peso do rendimento de trabalho e da aposentadoria era um dado reconhecido e que era resultado do enriquecimento de uma parte do país em detrimento do empobrecimento da maioria da população (GALANTINI, 2004).

Desta forma, o mais longo período de estagnação econômica desde o pós-guerra é caracterizada pela ausência de uma política industrial e econômica e pelo aumento da desigualdade de renda. Segundo Epifani, os rendimentos de trabalho e da aposentadoria cresceram menos do que a inflação, o rendimento das mulheres menos do que o dos homens, o dos jovens menos do que o dos adultos, o do *Mezzogiorno* menos do que o do Norte. O quadro descrito pelo secretário geral, portanto, era de uma Itália cada vez mais dividida e empobrecida (EPIFANI, 2004a).

Para Epifani (2004b), a situação produtiva, econômica e social mostrava sinais de degradação progressiva na qual a baixa do consumo, dos investimentos e da produtividade correspondia à alta de dívidas, de níveis de preços e da taxa de desemprego. O secretário geral também evidencia que quase todos os setores industriais em dificuldade estavam restringidos por uma competitividade baixa, dado os custos mais competitivos típicos dos países em desenvolvimento que são capazes de atrair investimentos e empresas, pois apresentam

---

<sup>7</sup> A sua falência decorreu da não aprovação dos referendos realizados na França e nos Países Baixos sobre a realização de um tratado para ter uma Constituição da União Europeia.

condições mais favoráveis do que as da Itália, e por uma competitividade alta, dada a qualidade superior das produções de outros países em relação à italiana.

O aparato produtivo italiano continuava a perder posições dentro da divisão internacional do trabalho e a insuficiência da capacidade inovativa não era devida apenas à falta de investimentos, mas principalmente aos erros na orientação do desenvolvimento na avaliação da CGIL. As desigualdades produzidas pelo processo de globalização não encontraram respostas convincentes na cultura “desenvolvimentista”, sendo necessário apostar em um desenvolvimento igualitário e sustentável que contemplasse os aspectos qualitativos do crescimento econômico e não apenas aqueles quantitativos, além de construir políticas reivindicativas baseadas em uma visão crítica da globalização (NENCINI e DURANTE, 2004).

No governo italiano, assim como em muitos outros a nível europeu, prevaleceu a ideia de que seria possível sair da crise de competitividade que o Velho Continente sofria através de uma economia de custos, considerando o trabalho quase exclusivamente como um custo. Isto, porém, era uma ilusão, porque do ponto de vista de “custo” não havia qualquer tipo de competição possível em relação aos países emergentes, que estavam aumentando a qualidade das suas produções. Existia, portanto, uma batalha sindical também a nível europeu, que possuía efeitos importantes ao âmbito de cada país, para defender o “modelo social europeu” como paradigma de uma globalização social e solidária.

A introdução do Euro (2002), por sua vez, levou a um aumento dos preços que causou uma perda do poder aquisitivo dos trabalhadores e dos aposentados e gerou dificuldades nos diversos setores da economia italiana, com consequentes problemas empregatícios. A responsabilidade sobre esta situação foi do governo Berlusconi II, que não evitou que isto acontecesse (PASSONI, 2004). Achille Passoni, secretário confederal da CGIL, estava convencido, ainda, de que apenas mantendo juntas as questões do declínio industrial, do trabalho e do Estado social em uma única estratégia reivindicativa seria possível falar de desenvolvimento, defesa da renda e redistribuição de riqueza no país (PASSONI, 2004).

Enquanto isso, as eleições europeias, regionais, provinciais e municipais de 12 e 13 de Junho de 2004 induziram a maioria do Centro-Direita –que saiu derrotada das urnas- a rever os equilíbrios internos e a política econômica do governo. O diretor da *Rassegna Sindacale* Galantini destaca que, apesar do Ministro da Fazenda Giulio Tremonti ter sido substituído por Domenico Siniscalco, a política econômica do governo não mudou em conteúdo, continuando a insistir em uma redução dos impostos, que privilegiava as classes sociais mais abastadas e prejudicava o Estado social (GALANTINI, 2004a).

A CONFINDUSTRIA é a organização empresarial e patronal mais importante da Itália, possuindo duas orientações internas principais: por um lado, as grandes empresas, que enfrentam cotidianamente questões com os sindicatos locais e que, portanto, não são contra um diálogo com as confederações sindicais a nível nacional; e, por outro, as pequenas e médias empresas, que enfrentam uma ação sindical fraca ou inexistente e que, assim, preferem um confronto mais duro a nível nacional (BACCARO e PULIGNANO, 2009). Em 2000, Antonio D'Amato foi eleito o Presidente da CONFINDUSTRIA, baseado em um programa que desse voz às pequenas e médias empresas. O resultado foi uma mudança na política da CONFINDUSTRIA em relação à concertação, que passou a apoiar abertamente o governo Berlusconi II e as tentativas deste de flexibilizar o mercado de trabalho através de medidas unilaterais (BACCARO e PULIGNANO, 2009).

Em 2002, o acordo conhecido como “Pacto pela Itália” (*Patto per l'Italia*) foi assinado entre o governo, a CONFINDUSTRIA, a CISL e a UIL, que tratava de competitividade, inclusão social e abolição parcial e temporária do Estatuto dos Trabalhadores para as novas contratações e demissões nas pequenas empresas. A CGIL se recusou a assinar o acordo, criando uma forte mobilização que induziu o governo a não implementar as novas normas negociadas com os demais. (BACCARO e PULIGNANO, 2009).

Em 2004, em contraposição ao governo Berlusconi II, a CGIL percebe uma mudança nas prioridades da CONFINDUSTRIA, expostas pelo novo presidente Luca Cordero di Montezemolo, em Julho de 2004. Os acordos ligados à ideia do desenvolvimento e da competitividade e o aumento dos salários associado a um crescimento da produtividade da empresa prevaleceram em relação à crise (CANTONE, 2004). Além disso, o artigo 18 do Estatuto dos Trabalhadores<sup>8</sup> - que determina que a demissão só é válida quando for por justa causa ou por justificativa objetiva - e que sempre foi uma obsessão do Governo Berlusconi e da CONFINDUSTRIA liderada por D'Amato, não era mais um objetivo da nova presidência da confederação patronal. Montezemolo, contrariamente ao seu predecessor, pede ao Governo uma agenda econômica baseada em três pontos: o *Mezzogiorno*, o poder aquisitivo e a competitividade (GALANTINI 2004b).

O discurso de posse de Montezemolo, que substitui o pró-governista Antonio D'Amato na presidência da CONFINDUSTRIA, é, segundo Carla Cantone (2004a), em parte autocrítico sobre os erros do passado e, ao mesmo tempo, propositivo sobre a estratégia que as

---

<sup>8</sup> Estatuto dos Trabalhadores é o Código Trabalhista, equivalente à CLT brasileira.

empresas deveriam assumir para sair do declínio e da decadência nos quais o sistema produtivo e o país estavam presos.

Se antes apenas a CGIL falava de declínio industrial, a partir de 2004 a gravidade da crise começa a ser percebida e difundida em todo o país. A falta de confiança no Governo, o retorno da unidade sindical e a mudança da presidência da CONFINDUSTRIA deixam transparecer a possibilidade de uma convergência entre as prioridades das organizações sindicais e da maior organização empresarial.

Desta forma, foi premiada a coerência e a determinação da CGIL na defesa do artigo 18, um direito fundamental do sistema jurídico italiano, e se reconheceu que a questão principal era o combate ao declínio econômico do país, tendo como objetivo um desenvolvimento de qualidade e ampliando a regulação pública de um mundo de trabalho em mutação (FAMMONI, 2004).

Segundo o sociólogo Luciano Gallino (2005), considerando a existência de um declínio da Itália, seria necessário que se criassem ideias no âmbito de política econômica e industrial e que se dispusessem dos meios para implementá-las, por meio de um diálogo sistemático e permanente entre todos os entes interessados – dos ministérios às universidades, dos institutos de pesquisa científica e tecnologia públicos e privados às Regiões, dos sindicatos às organizações empreendedoras – com o objetivo de evidenciar os pontos de força e de fraqueza do sistema econômico.

O desaceleramento da taxa de inflação – gerado pela diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores e por um emprego que se precarizava - era um indicador de crise (CARRA, 2005a). De fato, a estabilidade da inflação de que o governo se orgulhava demonstrava, por sua vez, um risco de deflação e, portanto, de uma contração econômica e produtiva (MAULUCCI, 2005).

À queda do consumo das famílias se somava também a redução dos investimentos e uma política econômica baseada na redução dos impostos sobre os altos rendimentos, além de não combater o diferencial de inflação em relação aos outros países europeus (LAPADULA, 2005). Surgia, claramente, o quadro de uma economia que não possuía um setor dinâmico e que estava à beira de uma queda recessiva (LAPADULA, 2005a).

Um país com crescimento igual a zero mas com lucros elevados e um emprego cada vez mais precário representava um paradoxo, mas era também uma confirmação da tradição italiana: um emaranhado entre lucros e rendas, em que a segunda atrai o primeiro (TREVES, 2006). A situação italiana era bem representada por um aumento das rendas em detrimento dos salários e das aposentadorias e por uma financeirização da economia, na qual o papel da

empresa como fator de desenvolvimento perdeu a sua predominância. Estes aspectos tiveram origem em um modelo de desenvolvimento baseado na compressão de custos, nomeadamente salariais, e na redução dos direitos (FAMMONI, 2006).

O trabalho assalariado se empobreceu porque a desestruturação das relações de trabalho, através da introdução de legislação flexibilizadora, enfraqueceu a capacidade contratual do trabalho e, portanto, a possibilidade de assegurar uma fatia maior de renda. Um exemplo é a lei n. 30/2003<sup>9</sup> que, através da multiplicação das tipologias contratuais, tinha como objetivo inverter a relação entre as regulações coletivas e os direitos individuais e destruir o papel da negociação coletiva nacional, que sempre teve uma função redistribuidora e solidária. Nos anos de Berlusconi, não se verificou concertação social, tornando, portanto, fundamental uma política de rendimentos, ou seja, um aumento das retribuições de acordo com o crescimento da produtividade (ARTONI, 2005).

A este panorama negativo se acrescentava uma previsão desencorajadora para os anos sucessivos. A descrição era aquela de uma Itália que não conseguia competir nem com o modelo neofordista dos países emergentes, caracterizado por trabalho de baixo custo, nem com aquele de alta tecnologia dos países mais avançados, onde existiam níveis elevados de pesquisa, inovação e qualificação profissional (GNETTI, 2006).

A Itália deixou de poder recorrer a uma desvalorização competitiva da sua moeda, desde o início do processo de criação de uma União Econômica e Monetária e demais compromissos de pertença à União Europeia. Cumulativamente, a produtividade acumulava incrementos baixos. A falta de controle do governo Berlusconi sobre os preços e sobre as tarifas levaram a uma perda acumulada devido à queda do poder aquisitivo e à falta da atualização das faixas de correção do imposto de renda. Isto acentuou as diferenças entre os trabalhadores do *Mezzogiorno*, das pequenas empresas, jovens, imigrantes e entre as mulheres (MEGALE, 2006).

Nas eleições regionais de Abril de 2005, o Centro-Esquerda conquista 12 das 14 Regiões italianas. Esta derrota do Centro-Direita é clara e leva a uma crise no Governo Berlusconi II, que fica na encruzilhada entre as eleições antecipadas e uma mudança na composição do governo para chegar ao final da legislatura e às eleições políticas de 2006. A coalizão parlamentar de Centro-Direita, no final de Abril de 2005, lança o novo governo, Berlusconi III, mas não existe, segundo a CGIL, nenhum reposicionamento autocrítico. De

---

<sup>9</sup> A lei ampliou as formas de contratação, possibilitando 36 novas formas de contratações atípicas.

fato, o governo Berlusconi não apenas negou a existência da crise por anos, mas também acusou sistematicamente os sindicatos e a oposição de difundir o pessimismo.

É bom destacar que, no início do governo Berlusconi II em 2001, assim como a CONFINDUSTRIA liderada por D'Amato, também o Diretor do Banco da Itália (*Banca d'Italia*), Antonio Fazio, falou em um novo milagre econômico. Depois de quatro anos, porém, além da CONFINDUSTRIA de Montezemolo, as considerações do Diretor do Banco Central eram um boletim de guerra: baixo crescimento do PIB, redução das vendas no exterior, diminuição da cota italiana no mercado mundial e queda da produção industrial (LIUZZI, 2005). Após mais de 50 meses caracterizados por uma queda na produção industrial, a Itália não apenas não conquistou novos espaços no comércio mundial, como também perdeu uma parte das posições que havia possuído no passado.

A piora da economia italiana demonstra, portanto, que a hipótese sobre a qual se baseava a política do Governo Berlusconi – voltar a ser competitivo através de salários mais baixos e menos direitos de trabalho – se mostrou errada. Da mesma forma, também se mostrou desastrosa a ideia de estimular o crescimento agindo sobre o corte de impostos sobre os altos rendimentos (LAPADULA, 2005b).

O ano de 2005 terminou com uma tentativa do Governo Berlusconi III de negar a crise, não sendo implementado qualquer tipo de intervenção na política econômica que fosse capaz de inverter o andamento da crise e modificar o modelo de especialização produtiva e de desenvolvimento.

Berlusconi tinha prometido um novo milagre econômico e, ao invés disso, obteve o crescimento mais baixo desde o pós-guerra. Os cinco anos de governo Berlusconi (II e III) coincidiram com cinco anos de estagnação econômica (CARRA, 2006).

O quadro completo demonstrou que quem sofreu duramente as consequências foram os trabalhadores, os aposentados e os jovens. Para tentar sair desta armadilha, a CGIL acreditava que eram necessárias mudanças do ponto de vista econômico, industrial e social.

Epifani (2004b), ao criticar a agenda neoliberal baseada na redução dos impostos, dos salários e da regulação do mercado de trabalho em uma flexibilidade que se traduzia em precariedade, indica a necessidade de uma política econômica que tivesse como objetivo o aumento dos investimentos, tanto públicos como privados. De fato, o líder da CGIL defende que os investimentos públicos eram fundamentais, especialmente se os privados não se recuperassem. Outro ponto que foi destacado era a necessidade de relançar uma política de rendimentos que tivesse como objetivo principal a proteção dos salários e das aposentadorias, que foram duramente atingidos pela inflação e por uma política tributária desigual.

A batalha por um desenvolvimento de qualidade e por um novo Estado social representava, para a CGIL, um aspecto fundamental para remediar os danos provocados pelas políticas neoliberais. Não havendo a possibilidade de repetir o amplo programa de inovação baseado nos bens de consumo de massa como ocorreu nos anos 50 e 60, o novo desenvolvimento e os novos empregos deveriam, portanto, se desenvolver através de uma extensão da produção a setores periféricos em relação ao mercado tradicional. Era necessário, portanto, resolver a contradição de um desemprego que convive com uma série de necessidades não satisfeitas, contemplando esta demanda potencial que poderia oferecer um melhoramento da qualidade de vida e, ao mesmo tempo, novas oportunidades de geração de emprego (DEL FATTORE, 2004).

Era necessário, além disso, um projeto que tivesse como objetivo o desenvolvimento e a manutenção da indústria na Itália, de forma a recolocar o país entre os grandes países industrializados. O risco que Carla Cantone, secretária confederal da CGIL nacional, enxergava era de uma mudança na vocação da Itália, que passaria de um país industrial a um vilarejo turístico para as férias dos outros países que, por sua vez, continuavam a produzir e a aumentar a sua própria competitividade (CANTONE, 2004b).

Ainda segundo Carla Cantone (2004c), a competitividade das empresas no mercado global se baseava em dois elementos essenciais: os custos e as competências. O sistema econômico italiano deveria apostar nestas competências, através de um investimento na formação e na pesquisa para poder, desta forma, combater o desemprego e favorecer o encontro entre a demanda e a oferta de trabalho. A ideia, portanto, seria de apostar no binômio pesquisa-formação para permitir que a Itália continuasse na vanguarda e para que possuísse uma força de trabalho capaz de satisfazer a demanda das empresas.

Desta forma, a proposta sindical foi sustentada por protestos difusos em toda a Itália durante os governos Berlusconi II e III contra o declínio industrial e contra as políticas dos governos regionais, principalmente sobre os temas de emprego e serviços públicos (*Rassegna Sindacale* n.8, 2004).

Em fevereiro de 2003, a CGIL organizou uma greve geral para chamar a atenção do governo contra o declínio da Itália. Naquela época, porém, vários setores sindicais e políticos consideraram excessiva e pessimista a análise da CGIL.

Em 2004, no XXIII Congresso da FIOM-CGIL, realizado em Livorno (1-4 junho), enfrentaram-se duas posições representadas por dois documentos congressuais opostos. O documento da corrente majoritária da FIOM, levando em conta a crise da concertação, considerava inevitável abrir uma nova temporada de conflito social, enquanto a corrente

minoritária achava importante o lançamento de uma nova política de rendimentos. Eram duas posições bem diferentes nas quais a CGIL não podia ser neutra, sobretudo naquele momento, em que a central estava retomando as relações com a CISL e a UIL exatamente sobre uma nova política de rendimentos (LAPADULA, 2004). Essa foi uma das disputas internas mais fortes e que caracterizou, nos anos sucessivos, as relações entre a Central e a maioria da FIOM-CGIL.

De fato, em 2004, a CGIL retomou o diálogo com as outras duas confederações sindicais italianas, CISL e UIL, que, em Julho de 2002, haviam assinado o chamado “Pacto pela Itália” com o Governo Berlusconi II e com a CONFINDUSTRIA de D’Amato. Após cerca de 21 meses, CGIL, CISL e UIL, através da assembleia unitária dos quadros e dos delegados, reabrem uma nova fase de iniciativa sindical. As três confederações tentam, desta forma, voltar a serem protagonistas de uma temporada de relançamento da economia italiana, estabelecendo uma agenda própria centrada no emprego e no desenvolvimento.

Para se opor à estratégia do Governo Berlusconi II e de uma CONFINDUSTRIA liderada pelo Presidente Antonio D’Amato, segundo a qual o declínio poderia ser impedido através da redução do custo de trabalho e dos direitos e do aumento da precariedade, as três confederações sindicais italianas decidem anunciar uma greve geral para o dia 26 de Março de 2004 (de 4 horas), que unia as três prioridades em que, segundo CGIL, CISL e UIL, se encontravam ausentes da política do governo (*Rassegna Sindacale* n.10, 2004a):

1. Política econômica: para suspender o declínio industrial deveria existir um papel ativo do Governo que pudesse reforçar as grandes empresas italianas e ajudar as pequenas e as médias através do aumento do gasto nacional em pesquisa e desenvolvimento e com maior investimento na formação e no sistema de proteção social, de forma a reduzir a precariedade laboral;

2. Política de rendimentos: esta política deveria ter como finalidade o crescimento, o desenvolvimento e o trabalho com direitos através de uma política fiscal igualitária e redistributiva, na qual o Governo tivesse as funções de controlar as dinâmicas de preços e tarifas e de fornecer um quadro contratual com o objetivo de proteger e aumentar o rendimento dos trabalhadores assalariados e das aposentadorias.

3. Políticas sociais: estas não eram um custo que deveria ser reduzido ou um sacrifício pela paz social, mas uma condição necessária para garantir os direitos de cidadania e para que exista um crescimento econômico duradouro e sustentável (*Rassegna Sindacale* n.10, 2004a).



Além disso, CGIL, CISL e UIL redigiram um documento que continha críticas bem duras contra a Proposta Orçamentária e as políticas econômicas do governo Berlusconi II. O ajuste econômico foi considerado injusto, errado e incapaz de atender as exigências do país. Para responder ao Governo, as três confederações sindicais italianas decidiram anunciar uma greve geral para o dia 30 de Novembro, nos quais os trabalhadores pararam por quatro horas.

A CGIL, após ter denunciado sozinha e por muito tempo o risco do declínio industrial da Itália e após ter indicado o caminho de saída desta situação com um discurso em que o desenvolvimento, o emprego e o Estado social estavam fortemente interligados, termina 2004 com uma unidade sindical recuperada com CISL e UIL e uma plataforma unitária que permitiu o anúncio de duas greves gerais que chamaram a atenção do governo para a política econômica. É importante destacar a mudança da CONFINDUSTRIA, que passaria a centrar a sua atuação na procura de reverter a crise profunda do aparato industrial, adotando a não conflitualidade (vide a decisão sobre o artigo 18) com as organizações sindicais (NEROZZI, 2004).

Em Janeiro de 2005, a CGIL, a CISL e a UIL chamaram a atenção do Governo para a questão do “*Mezzogiorno*”, organizando uma mobilização de dois dias (19 e 20 de Janeiro de 2005) em Roma com participantes externos ao mundo sindical (economistas, estudiosos, magistrados e representantes de instituições locais, da Pastoral do trabalho e de empresas) (NEROZZI, 2005). Realizaram-se ainda, ao longo do ano, atos a nível local, dos quais se destacam os Estados Gerais do *Mezzogiorno* promovidos em Reggio Calabria em 17 de Dezembro de 2005 pelas Regiões meridionais, pela CGIL, CISL e UIL e pela CONFINDUSTRIA (NEROZZI, 2005a). O *Mezzogiorno*, para a CGIL, é uma questão nacional desde sempre, pois esta está convencida de que não é possível nenhum desenvolvimento da Itália sem atender à situação do *Mezzogiorno* (NEROZZI, 2005).

A apresentação da pesquisa “Inovação e *Mezzogiorno*: limites e oportunidades” feita pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais da CGIL (IRES-CGIL) foi a ocasião para discutir a crise da indústria meridional e para enunciar uma série de propostas – benefícios fiscais, incentivos às empresas, investimentos em infraestrutura, promoção da pesquisa e da inovação, luta contra o trabalho não declarado e desenvolvimento do regime de horário parcial por tempo indeterminado - com o objetivo de aumentar o emprego e a competitividade do *Mezzogiorno*. Stefano Palmieri, responsável pela área de pesquisa em desenvolvimento local e política industrial do IRES-CGIL, estava convencido de que o relançamento da difusão da inovação tecnológica no *Mezzogiorno*, através de investimentos, poderia reforçar a

produção em uma área do país que acumulou muitos atrasos nos decênios precedentes (PALMIERI, 2005).

Visando combater um perfil de emprego precário e de baixo valor agregado, a CGIL propôs um desafio para criar emprego de qualidade, a tempo inteiro e estável, como premissa de uma maior democracia e coesão social. Para atingir este objetivo, pediram o cancelamento da lei n. 30/2003 e de todas as normas que precarizavam as relações de trabalho, enfraqueciam a negociação coletiva e empobreciam também as empresas (FAMMONI, 2005).

Considerando a grave condição do país, as três confederações sindicais pedem ao Governo que adote uma estratégia articulada de política industrial para resolver os problemas estruturais que nunca foram resolvidos pelo sistema industrial italiano: especialização produtiva muito concentrada em setores de baixo valor agregado, a pequena dimensão da empresa, a baixa capitalização das empresas e o consequente endividamento. As propostas sindicais vão desde a proteção do emprego ao refinanciamento do sistema de proteção social, à redução dos encargos fiscais sobre o trabalho e sobre o rendimento proveniente do trabalho, à requisição de uma política de crédito que suporte o desenvolvimento e, por fim, uma política para outros investimentos em pesquisa, formação e infraestrutura. Ademais, segundo as três confederações, o *Mezzogiorno* representa uma prioridade para todo o país e também um parâmetro da política do Governo como um todo (*Rassegna Sindacale* n.6, 2005).

CGIL, CISL e UIL, que não foram envolvidas na preparação do Planejamento Orçamentário, responderam com propostas corretivas que foram apresentadas ao governo, às forças políticas e aos parceiros sociais, mas que não foram levadas em consideração. Tais propostas sindicais iam desde um controle renovado dos preços e das tarifas até a atualização das faixas de correção do imposto de renda, de uma diminuição da taxa sobre o trabalho assalariado ao aumento da taxa sobre rendimentos financeiros e imobiliários, até o requerimento de maiores recursos para as políticas sociais e para o relançamento do *Mezzogiorno* (*Rassegna Sindacale* n.37, 2005a).

A resposta unitária dos sindicatos à Política de Orçamento do governo Berlusconi III foi a convocação de uma greve geral para o dia 25 de Novembro de 2005, a sexta greve geral desde 2001 contra o Centro-Direita e a sua política econômica (GALANTINI, 2005).

Desta forma, foi aberto um campo de luta sindical contra a redução dos direitos e, de forma mais ampla, contra a redução da democracia no mundo do trabalho e do papel do sindicalismo na sociedade.

Em 2006, ocorreu o XV Congresso da CGIL de 1 a 4 de Março em Rimini. A escolha da data foi uma questão muito debatida na CGIL: foi necessário decidir entre realizar o

congresso no seu prazo natural e, portanto, antes das eleições políticas de 2006, ou posteriormente. A CGIL considerou prioritário, dada a situação do país, divulgar as suas análises e propostas de reformas a todas as coalizões antes das eleições, particularmente – embora com plena autonomia – aos partidos da então oposição, visto que o governo havia feito exatamente o contrário nos anos anteriores.

A novidade do XV Congresso, que ocorreu no ano do centenário da CGIL, foi a apresentação de um documento único constituído por um “preâmbulo” e dez teses, com três teses alternativas (duas sobre a “democracia” e uma sobre “políticas contratuais”). O centro do documento é a tese número 4, relativa ao projeto da CGIL de um novo projeto para o país através da redefinição da relação construtiva entre o governo e os parceiros sociais, de um novo modelo de desenvolvimento e de uma nova política econômica e de rendimentos, recuperando o controle das finanças públicas mas evitando uma “*politica dei due tempi*”, ou seja, a de realizar primeiro os sacrifícios para depois crescer.

As reformas apresentadas pela CGIL em Rimini se baseavam em um novo pacto para retomar o crescimento iniciado nos anos 90 - embora com sacrifício dos trabalhadores e dos aposentados que consentiram a entrada no Euro -, e que foi interrompido pelo Centro-Direita, que dissipou os frutos da recuperação econômica para reduzir os impostos dos mais ricos sem permitir o crescimento do país (LAPADULA, 2006).

### **Governo Prodi II**

Nas eleições gerais de 2006, o Centro-Esquerda liderado por Romano Prodi – ex-Presidente do Conselho dos Ministros e ex-Presidente da Comissão Europeia - obteve uma clara maioria na Câmara dos Deputados e um empate no Senado da República.

Para a presidência da Câmara e do Senado foram eleitos Fausto Bertinotti e Franco Marini, respectivamente ex-secretário confederal da CGIL Nacional e ex-secretário geral da CISL Nacional. Giorgio Napolitano, ex-dirigente do PCI, foi eleito Presidente da República. Além disto, o Ministro do Trabalho do governo Prodi II era Cesare Damiano, ex-secretário geral adjunto da FIOM nacional, a federação dos metalúrgicos da CGIL. Desta forma, parecia se delinear, dentro das Instituições e do governo, uma maior atenção ao mundo do trabalho.

Após cinco anos, nos quais o governo Berlusconi tentou sistematicamente desvalorizar o papel do sindicato, o executivo liderado por Prodi confirmou, por sua vez, a valorização da concertação social e a recusa da chamada “*politica dei due tempi*”, ou seja, articulando o

saneamento das contas públicas, com o crescimento econômico e a distribuição da riqueza (GALANTINI, 2006).

A concertação social e a decisão de se concentrar simultaneamente no saneamento e no crescimento econômico foram considerados elementos importantes para pequenos sinais de melhora econômica (CARRA, 2006a) e para a redução do peso do déficit (IUCCI, 2006). Apesar da recuperação das exportações ser um dado positivo, a CGIL aponta a necessidade de acompanhar a melhora econômica com um estímulo à demanda interna (CARRA, 2006b).

O governo Prodi II colocou de pé um ajuste de dimensões grandes (cerca de 40 bilhões de Euros) equivalente a três pontos do PIB: dois de correção, ou seja, cortes e economias, e um canalizado para o desenvolvimento (GALANTINI, 2006a). O caráter estrutural e as áreas de intervenção do Planejamento Orçamentário de 2007 foram considerados um fator positivo, principalmente em relação ao Planejamento Orçamentário de Berlusconi (MAULUCCI, 2006).

Segundo a CGIL, o novo Planejamento Orçamentário inverte a tendência de cinco anos de governo Berlusconi, porque redistribui a renda para os mais fracos e encontra os recursos para tentar relançar o desenvolvimento. Foi um Planejamento Orçamentário avaliado positivamente pelos sindicalistas mas que não convenceu a CONFINDUSTRIA, as prefeituras e o Centro-Direita, que o classificou como um ataque à classe média (GALANTINI, 2006b).

Em 2006, a Itália estava saindo da estagnação mais longa desde o pós-guerra. A análise do ciclo econômico feita pela CGIL aponta para a sua duração extraordinária de mais de 50 meses, enquanto que a média dos ciclos dos últimos 30 anos tinha sido de 17 meses, tendo a crise mais longa (1980-1983) durado 36 meses (CARRA, 2006c). A recuperação econômica em curso era inferior à dos principais países da União Europeia e era dependente do exterior, além de ser impulsionada pelos setores maduros, automobilístico *in primis* (CARRA, 2006d).

A recuperação econômica existia, mas era impulsionada principalmente pelo mercado externo; de fato, a produção industrial cresceu principalmente nos setores mais orientados para a exportação (CARRA, 2007). O convite de Aldo Carra era de usar a tranquilidade de uma fase conjuntural mais favorável para favorecer uma recuperação produtiva nos setores de alto conteúdo tecnológico já existentes e de encontrar um lugar para a Itália nos setores emergentes (CARRA, 2007a).

Era necessário, portanto, renovar a capacidade de exportar e ser menos sensível às oscilações conjunturais dos outros países. Este último elemento se obtinha alimentando a demanda interna com incrementos salariais e diminuindo os preços de alguns produtos e

serviços (CARRA, 2006g). Isto se referia às grandes empresas que, possuindo lucros altos, não precisavam de incentivos, que por sua vez poderiam ser destinados a uma redução dos preços de luz, água, telefonia, rodovias e gasolina, dando, assim, oxigênio às famílias (CARRA, 2006e).

A expectativa da CGIL era de que um governo de Centro-Esquerda implementasse políticas públicas que pudessem favorecer a demanda e estimular a oferta, com o objetivo de inovar para colocar-se no mercado global com uma capacidade competitiva própria. Apesar dos atrasos acumulados e das fraquezas estruturais típicas da economia italiana, os sindicatos acreditavam que a recuperação econômica em curso demonstrava a necessidade de reorganizar as políticas que tivessem o objetivo de aumentar os investimentos e a produtividade, o trabalho de qualidade e de dar ao *Mezzogiorno* uma perspectiva de aumento do desenvolvimento e do emprego.

O ano de 2006 termina com um efeito estimulante exercido pelas economias asiáticas que parecia ter contagiado a Europa e inclusive a Itália, mas as perspectivas para 2007 eram de desaceleração econômica (CARRA, 2006f).

A recuperação das exportações italianas deveu-se ao fato de algumas empresas terem voltado-se mais para a qualidade e para os preços do que para a quantidade e, portanto, houve uma requalificação da especialização produtiva que levou a Itália a se inserir em nichos do mercado externo que ainda não tinham sido invadidos pelas economias emergentes. A questão é que as quantidades exportadas e, portanto, produzidas (ou seja, aquelas que geravam trabalho) não cresciam na mesma medida e, assim, a empresa gerava mais lucros que não se traduziam em investimento e não possuíam um efeito positivo sobre o trabalho (CARRA, 2007b).

Foram avaliados positivamente os atos do Ministro do Trabalho e também do Ministro do Desenvolvimento Econômico, Pierluigi Bersani, principalmente o plano “*Industria 2015*”, que tratava de políticas industriais e econômicas com as quais o governo voltava a exercer uma capacidade de orientação sobre o aparato produtivo para recuperar o espaço perdido nos mercados internacionais (*Rassegna Sindacale* n.42, 2006).

O Plano “*Industria 2015*”, que partia da constatação de que o setor industrial italiano era caracterizado por uma rigidez de especialização setorial e por uma excessiva fragmentação das empresas, tinha como objetivo favorecer a presença da indústria nos setores de alta tecnologia, ajudando as empresas a se internacionalizarem e estimulando o reposicionamento estratégico daquelas que operavam no *Made in Italy* através da pesquisa, do *design* e da valorização da marca.

Uma parte da indústria procurou se especializar, passando do *Made in Italy* de massa aos produtos de qualidade mais alta, buscando novos segmentos de mercado com maior poder aquisitivo. Isto explicaria o fato de que as quantidades exportadas cresciam pouco, enquanto o valor das exportações crescia muito. Sendo assim, a indústria tornava-se mais competitiva, mas sem aumento quantitativo da produção e, portanto, menos geradora de empregos (CARRA, 2007c).

O ritmo de crescimento da economia italiana, apesar de ter melhorado, era mais lento e incerto em relação ao resto da Europa. A explicação que a CGIL oferece é aquela de um sistema produtivo que ainda se movia dentro de um modelo antigo de especialização produtiva: melhoravam as produções nas quais a Itália era tradicionalmente presente, mas subsistiam dificuldades em entrar nos setores de maior valor agregado. Esta explicação é a base da situação laboral, que estava nos últimos lugares entre os países da UE e que mostrava baixa participação no mercado de trabalho dos jovens e das mulheres (LAPADULA, 2007).

Neste contexto, a taxa de emprego estava estagnada e a de inatividade crescia. A diminuição do desemprego – que chegou ao valor mais baixo dos últimos 15 anos – não era, portanto, real. De fato, esta queda não se deveu à criação de novos empregos, mas sim ao crescente desalento de um setor crescente da população desempregada, que fez com que estes acabassem entre a população inativa. Esta crescia principalmente no *Mezzogiorno*, onde, já naquele momento, uma em cada duas pessoas com idade para trabalhar nem procuravam emprego. A proposta era de suspender, por hora, o uso da taxa de desemprego e de valorizar o uso das taxas de emprego e de inatividade (CARRA, 2007d).

Desta forma, torna-se evidente uma tendência de fundo que a CGIL apontava fazia tempo: uma estagnação substancial, uma precarização forte, um agravamento da distância entre Norte e Sul e uma flexibilização da população ativa devido à desistência, principalmente no *Mezzogiorno*, da busca de trabalho. Esta situação colocava de forma premente a necessidade de uma mudança nas políticas salariais, redistributivas e ocupacionais (CARRA, 2007e).

Uma das questões que a CGIL considerava não resolvida era a de transformar a recuperação econômica em crescimento estável e desenvolvimento duradouro. Mauro Guzzonato, secretário confederal da CGIL, indica, portanto, a necessidade de enfrentar aquilo que condiciona a economia italiana: pouca infraestruturação, pequena dimensão das empresas, baixos investimentos em pesquisa, inovação e formação (GUZZONATO, 2007).

Outro problema sério era o dos salários, que estava ligado ao baixo crescimento e à baixa produtividade e que não podia ser atribuído ao custo do trabalho, mas sim ao

desaceleramento do *input* de capital e à falta de investimentos. Sergio Marchionne, administrador delegado da FIAT, e Mario Draghi, Diretor do Banco da Itália, também reconheceram que os salários eram baixos (Rassegna Sindacale, 2007). Agostino Megale, presidente do IRES-CGIL, indica as causas: uma inflação programada mais baixa do que aquela efetiva, os atrasos na renovação das negociações coletivas, a falta da atualização das faixas de correção do imposto de renda e a reduzida redistribuição da produtividade (GALANTINI, 2007).

Em 2007, o crescimento do PIB abrandou (1,5% contra 2% em 2006) e a CGIL pede intervenções para favorecer a expansão do consumo das famílias. Não é algo simples, porém, porque apesar dos quinze anos de ajustes para o saneamento econômico, a Itália, para poder respeitar os parâmetros europeus de controle das finanças públicas, foi obrigada a ter um longo período de austeridade obrigatória. O país deveria, então, manter uma elevada pressão fiscal sem poder efetuar os investimentos necessários para aumentar o PIB. A proposta era a de conter e racionar os gastos públicos, implementando algumas intervenções sobre o lado do patrimônio que fossem capazes de abater o estoque da dívida e encontrar recursos para novos investimentos públicos (LAPADULA, 2007a).

O Planejamento Orçamentário de 2008 foi considerado “suave” (11 bilhões) tanto do lado do investimento como do lado do consumo. Infelizmente, as fortes tensões políticas dentro da maioria parlamentar de Centro-Esquerda impediram a concentração no combate à crise internacional que afetava a economia italiana.

A CGIL avaliou positivamente a sua relação com a CISL e a UIL e a retomada do diálogo com o governo sobre a política econômica que, apesar de constituir um avanço em relação à indisponibilidade dos governos Berlusconi, foi constituído por regras e etapas formais de negociação. Além disso, a CGIL reconheceu que o ajuste fiscal se caracterizava por uma luta à evasão e à elusão, por um aumento da taxa sobre os rendimentos financeiros, por uma reestruturação do sistema fiscal, reforçando a progressividade, por uma distribuição dos recursos do trabalho assalariado e das aposentadorias e por intervenções para o *Mezzogiorno*.

Guglielmo Epifani, secretário geral da CGIL, reconheceu, entre os méritos do governo Prodi II, o melhoramento das contas públicas e convidou o executivo a reforçar o crescimento, através dos investimentos e das políticas públicas sociais e de desenvolvimento, para combater as desigualdades fiscais, de renda e reforçar o Estado social. A CGIL propõe a reconvocação de diversas mesas de negociação, com destaque para aquela dedicada às políticas de trabalho, porque, segundo a CGIL, a luta contra a precariedade não podia ser feita

apenas pelo Planejamento Orçamentário, necessitando de uma reforma completa (GALANTINI, 2007a).

Os encontros entre CGIL, CISL e UIL e o Governo permitiram a constituição de três mesas de negociação: desenvolvimento (infraestrutura, competitividade, *Mezzogiorno* e pesquisa), *welfare* (proteção social e aposentadorias) e emprego público (*Rassegna Sindacale* n.7, 2007). A CONFINDUSTRIA gostaria de ter discutido, também, o aumento e flexibilização dos horários de trabalho, mas os sindicatos não se mostraram disponíveis pois o tema era objeto de negociação das federações sindicais.

O documento com as propostas da CGIL, CISL e UIL sobre o desenvolvimento, o Estado social e o emprego público – os três temas em negociação entre os parceiros sociais e o governo – foi preparado pelos três secretários gerais e aprovado pelos comitês executivos das três confederações reunidas. Este foi igualmente submetido a sufrágio aos trabalhadores e aos aposentados (GALANTINI, 2007b).

Enquanto isso, as negociações entre os parceiros sociais e o governo se concluem e a CGIL aprova, apesar de algumas objeções, o “Protocolo sobre previdência, trabalho e competitividade para um crescimento igualitário e sustentável” apresentado pelo executivo em julho de 2007. Além de uma avaliação positiva sobre o incremento das aposentadorias baixas, sobre as intervenções das políticas sociais, sobre o melhoramento dos subsídios de desemprego, sobre o reconhecimento social do trabalho pesado e extenuante, se acrescenta uma nota negativa, porque no final da negociação, caracterizada por altos e baixos devido a problemas internos da maioria de Centro-Esquerda, o acordo foi modificado na parte relativa ao mercado de trabalho (contratos a prazo, *staff leasing* e horas extras) sem uma negociação com os sindicatos (GALANTINI, 2007c).

Desta forma, os sindicatos submeteram o texto à avaliação dos trabalhadores e dos aposentados. Mais de cinco milhões de pessoas deram a sua opinião sobre o acordo e o resultado foi a sua aprovação por aproximadamente 78% dos votantes (GNETTI, 2007).

CGIL, CISL e UIL lançam, em 24 de Novembro de 2007 em Milão, uma plataforma para uma nova política de rendimentos que tem como eixo central o crescimento e o desenvolvimento das capacidade produtiva e competitiva do país, acompanhado de políticas redistributivas para o trabalho e os segmentos sociais mais vulneráveis. Mais uma vez, portanto, se colocam no centro das estratégias sindicais a valorização dos salários e a promoção da criação de emprego com direitos (NEROZZI, 2007).

Após a aprovação do Planejamento Orçamentário e do acordo sobre o Estado social, 2008 se abre com o tema do poder aquisitivo dos salários e das aposentadorias, assim como



proposto pela CGIL, CISL e UIL com a plataforma de Milão. Esta plataforma sindical chamava a atenção para dois grandes problemas: a relação entre os salários e a fiscalidade, e a questão do controle dos preços e das tarifas. Epifani reconheceu a importância de um governo que enfrentasse os problemas identificados pelos sindicatos e que o então governo Prodi II, apesar de não ter correspondido completamente às expectativas sindicais, representava um avanço político no sentido das preocupações sindicais (GALANTINI, 2008).

2008 se anunciava como um ano no qual o Governo e os parceiros sociais abririam um processo de concertação social com o objetivo de negociar uma nova política de rendimentos. Esta política deveria se fundamentar em três pilares:

- fisco: luta contra a evasão fiscal e contra o trabalho irregular, redução dos impostos sobre o trabalho e aposentadorias;
- produtividade: aumento dos salários reais através do crescimento e da redistribuição para o trabalho da maior parte da produtividade realizada, ou seja, o crescimento das retribuições deveria ser igual ao crescimento da produtividade do trabalho, enquanto a produtividade não redistribuída para o trabalho deveria tornar à empresa como forma de investimento;
- novos direitos: regularização por parte dos contratos nacionais de pessoas que eram excluídas destes (MEGALE e SANNA, 2008).

Com a crise do governo, porém, o tema da economia passa para o segundo plano na agenda política, exatamente no momento em que se começam a sentir os sintomas de uma recessão que já havia redimensionado fortemente as expectativas de crescimento para 2008. Uma crise de governo que se manifesta exatamente quando a questão dos salários e das aposentadorias foi reconhecida como uma emergência e quando a inflação começa a aumentar por causa de fatores externos: aumento do preço do petróleo e dos produtos alimentares de base (CARRA, 2008). Seria necessário, portanto, um estímulo monetário, enquanto o BCE continuava a se preocupar apenas com a inflação e não com o crescimento (LAPADULA, 2008).

## 2.2 Período da Crise

### Governo Berlusconi IV

Quando o Governo Prodi II cai, o presidente da República Giorgio Napolitano encarregou o Presidente do Senado, Franco Marini, de formar o novo governo. Este último, ao não conseguir fazê-lo, induziu Giorgio Napolitano a dissolver as duas Câmaras e a convocar novas eleições.

Desta forma, se extinguíram todos os compromissos que o Governo Prodi II tinha firmado com os sindicatos para enfrentar as questões de política econômica e de política de rendimentos. Além disso, os sindicatos exprimiram o seu descontentamento face a uma crise política nascida no pior momento possível para os interesses dos trabalhadores e dos aposentados, e continuaram a fazer pressão para que os temas da plataforma de Milão não caíssem no esquecimento durante a campanha eleitoral.

Infelizmente, a crise do governo colocou tudo em discussão novamente e o ano de 2008 se transformou em um pesadelo: a economia americana estava em recessão, o BCE aplicava políticas monetárias restritivas e a Itália estava de novo em campanha eleitoral (MAULUCCI, 2008).

A coalizão de Centro-Direita, liderada por Berlusconi e sem o partido centrista da UDC, venceu as eleições de abril de 2008 contra a coalizão do Partido Democrático (PD) e da IDV, liderada pelo secretário do PD Walter Veltroni. Fica fora do Parlamento a coalizão “Esquerda Arco-íris” e os socialistas. Nas listas do PD foram eleitos Paolo Nerozzi e Achille Passoni, que tinham deixado antecipadamente a secretaria confederal da CGIL. Segundo Epifani, o resultado do voto, portanto, criava novas responsabilidades para a CGIL, que se manteve como a única organização em que estavam presentes todas as várias almas e culturas do Centro-Esquerda (GALANTINI, 2008a).

Enquanto isso, para substituir os três secretários que saíram (Achille Passoni e Paolo Nerozzi, eleitos no Senado, e Carla Cantone, que passou a liderar o SPI-CGIL, a federação dos aposentados da CGIL), a CGIL se voltou para uma renovação mais ampla. De fato, entraram cinco novos membros na secretaria paritária de 10 componentes, entre eles Susanna Camusso (secretária geral da CGIL Lombardia).

Em 2008, além do novo governo liderado por Berlusconi, muda também a presidência da CONFINDUSTRIA. A nova presidente, Emma Marcegaglia (22 de Maio) no seu discurso

de posse enfatizou que na Itália, o custo do trabalho tinha aumentado de acordo com a média europeia, mas que não tinha ocorrido o mesmo com a produtividade. Para atingir este objetivo, a Presidente da CONFINDUSTRIA considerava necessário reduzir a negociação nacional para poder vincular o aumento dos rendimentos ao nível de empresa, em troca de um aumento do esforço produtivo dos trabalhadores. Uma ideia completamente contrária à da CGIL, que acreditava que, para fazer crescer a produtividade e a competitividade, eram necessários investimentos em inovação tecnológica e organizacional (LIUZZI, 2008).

O Governo Berlusconi IV se encontrava em uma situação melhor em relação a 2001. De fato, a maioria parlamentar que o apoiava era muito sólida, tanto na Câmara, como no Senado. A CGIL considerava que, na definição dos programas eleitorais, nem Berlusconi, nem Veltroni tinham dado atenção suficiente para a piora da conjuntura internacional. Epifani esperava que o Governo Berlusconi IV não repetisse os erros do passado e, em primeiro lugar, que não aumentasse o déficit: isso, de fato, faria com que a Itália ficasse sob os radares da UE e, sendo uma fase de desaceleração, que se alimentassem novas tensões (GALANTINI, 2008b).

Era evidente que a conjuntura econômica negativa teria atingido a Itália que, portanto, continuaria a manter uma distância consistente de crescimento em relação às outras economias europeias (LAPADULA, 2008a). Além disso, a política monetária do BCE, que indicava a moderação salarial como o caminho para frear a inflação, reduziu o PIB e os salários italianos. Uma linha tradicional considerada errada, porque a origem da inflação não era o excesso de demanda e porque piorava o poder aquisitivo (CARRA, 2008a).

A erosão do rendimento disponível das famílias, devido também ao aumento do custo das hipotecas, deveria induzir a implementação de algumas intervenções úteis específicas para aumentar o rendimento e, portanto, o consumo, e para incentivar uma dinâmica suportada mais pela produtividade (LAPADULA, 2008b). Assim, as propostas sindicais por políticas que melhorassem os rendimentos de trabalho e da aposentadoria que tinham sido colocadas ao Governo Prodi II são novamente colocadas ao novo executivo (CARRA, 2008b).

A nova estagnação não foi considerada culpa do Governo Berlusconi IV. Porém, levando em conta que as exportações cresciam e que a demanda interna estava parada, e visto que o governo Prodi II tinha se voltado muito para o saneamento das contas públicas e tinha adiado a expansão da demanda para um segundo momento, se considerava que o executivo de Centro-Direita estaria em condições, com as contas equilibradas, de iniciar essa fase de expansão da demanda. Entretanto, o executivo preferiu anular as intervenções gerais e

coletivas para implementar, pelo contrário, intervenções pequenas e limitadas que criavam divisões e pouca demanda (CARRA, 2008c).

Segundo Beniamino Lapadula, o governo Berlusconi tinha passado de uma ideologia populista e neoliberal dos anos 1994 e 2001 a uma ideologia populista e dirigista. O “bloco social” que serviu de referência para o ajuste econômico continuava o mesmo de sempre: microempresas, profissionais liberais empreendedores individuais. A política econômica do executivo foi considerada restritiva e sem nenhuma atenção à demanda interna e às infraestruturas sobre as quais Berlusconi vinha insistindo. Os trabalhadores e aposentados sofreram, por sua vez, os efeitos negativos dos cortes de gastos e do desmantelamento do acordo sobre o Estado Social assinado com o Governo Prodi II. Por este motivo, a CGIL expressiu uma avaliação negativa sobre o Planejamento Orçamentário e atacou o governo, alegando que este, embora expressasse vontade de dialogar com os parceiros sociais, acabava por decidir tudo sozinho (LONGHI, 2008).

A única missão do Ministro da Fazenda, Giulio Tremonti, no Planejamento Orçamentário parecia ser o de redimensionar os gastos, justificando-o como um objetivo para o equilíbrio orçamental (ANDRUCCIOLI, 2008). O ajuste de cerca de 36 bilhões de Euros realizado, fazia com que, para Epifani, fosse quase obrigatória uma “mobilização geral nas fábricas e nas cidades” (ANDRUCCIOLI, 2008a).

Além disso, algumas medidas do governo tinham como objetivo abandonar o acordo de Julho de 2007 sobre o qual votaram cinco milhões de trabalhadores no referendo organizado pelas Confederações. O governo propunha desregulamentar o mercado de trabalho e modificar leis de regulação do trabalho (sobre o horário de trabalho, os instrumentos de registro de emprego e segmentando os interesses salariais dos trabalhadores com medidas sobre as horas extras) e também alterando a lei das licitações e cancelando os índices de congruidade entre volume dos negócios e faturamento de declaradas à *Agenzia delle Entrate* (Receita Federal), com o objetivo de “encorajar a propensão das empresas para contratar” e para “promover a regularização das relações de trabalho” (FAMMONI, 2008).

Retorna, portanto, de forma prepotente a ideia berlusconiana de reduzir o papel dos parceiros sociais e de esvaziar os espaços da negociação coletiva nacional para sinalizar às empresas a solução do aumento da competitividade via redução dos custos do trabalho. Diante das escolhas do governo sobre a política econômica e social, consideradas de caráter recessivo (cortes de gastos e de investimentos, redução dos direitos e penalização dos rendimentos do trabalho assalariado e das aposentadorias, que são os mais expostos à inflação) e preocupada com o aumento da compensação salarial, do desemprego e da crise empresarial,

a CGIL convoca, sozinha (apesar de continuar a envolver CISL e UIL) manifestações nas praças italianas (27 de Setembro de 2008).

As consequências de impulsionar a economia italiana apenas pelas exportações sem olhar para a demanda interna (CARRA, 2008d), que a CGIL denunciou mais de uma vez em suas intervenções, tornaram-se mais claras com o passar das semanas. De fato, se passou rapidamente de um desaceleramento à recessão, exatamente porque à fraqueza da demanda interna – cuja origem se dava pela insuficiência de salários e aposentadorias – se somou rapidamente um enfraquecimento da demanda internacional. A CGIL acusou o governo de não colocar a crise como uma prioridade e de não abrir um processo de negociação com os parceiros sociais sobre como enfrentá-la, através de medidas para relançar a demanda, começando pela atualização das faixas de correção do imposto de renda (CARRA, 2008e).

Em 2008, a crise explodiu com toda a sua força e, segundo o FMI e o BCE, foi o pior choque desde os anos 30. Iludiram-se aqueles que pensaram que a explosão da bolha imobiliária e a inadimplência das hipotecas estadunidenses poderiam ficar confinadas no setor financeiro. Estas semelhanças com a grande crise de 1929 demonstraram a falência do neoliberalismo mas, segundo Lapadula, não podiam ser esquecidas as diferenças, que eram essencialmente duas: a intervenção ativa do Estado para salvar o mercado e a presença de novas potências asiáticas (LAPADULA, 2008c).

Na Itália, desenvolveu-se uma intensa atividade de mobilização para responder à crise, desde manifestações de estudantes às greves dos sindicatos confederais da educação e dos trabalhadores públicos, e começou-se a perceber a necessidade de convocar uma greve geral (IUCCI, 2008).

A CGIL convoca a conferência dos quadros e dos delegados em 5 de Novembro de 2008, em Roma, para poder lançar um “Plano Anticrise”, porque o aumento da *Cassa Integrazione Guadagni* (daqui em diante tratada como compensação salarial ou CIG), a queda da demanda e dos investimentos indicavam, para a CGIL, que a dimensão e o impacto poderiam ser mais relevantes que o da Grande Crise de 1929 (*Rassegna Sindacale* n.19, 2009). Para a CGIL, era indispensável uma política antirrecessiva que desse prioridade ao emprego, ao suporte do rendimento de trabalho e da aposentadoria e aos investimentos de qualidade. Estas propostas sindicais, porém, não foram levadas em consideração pelo governo.

Portanto, a gravidade da crise e subestimação desta por parte do governo induziram a CGIL a declarar uma greve geral para o dia 12 de Dezembro de 2008. Até a CONFINDUSTRIA, liderada por Marcegaglia, considerada próxima ao Berlusconi, admitiu

que não havia levado em consideração o efeito da crise sobre o PIB, sobre a produção e o consumo.

A maior crítica ao governo era a de ter decidido fazer uma manobra anticrise que se mostrou ineficaz e que deu prioridade aos bancos e às empresas, excluindo os trabalhadores e, em particular, os trabalhadores precários (ANDRUCCIOLI, 2008). A mobilização da CGIL tinha como objetivo levar o governo a abrir uma mesa de negociação com os sindicatos para definir medidas incisivas e urgentes para sair de uma grave crise. Além disso, era um convite à CISL e à UIL para formar uma unidade sindical indispensável e necessária, em um contexto de emergência, para fortalecer a posição negocial dos trabalhadores (IUCCI, 2008).

A CGIL queria evitar a típica espiral recessiva na qual as famílias, havendo recursos escassos e temendo o futuro, reduzem o consumo ao essencial e na qual as empresas, temendo produzir mais do que a demanda e com dificuldade de obter crédito, não investem, não produzem e reduzem o trabalho. Por isso, desejava-se um abaixamento das taxas de juros para favorecer a liquidez e a diminuição dos encargos fiscais sobre os salários médio-baixos e as aposentadorias (CARRA, 2008f).

A crise italiana tem origem, segundo Carra, na fraqueza da demanda interna causada pelo baixo poder aquisitivo dos salários e das aposentadorias. De fato, se antes a economia era impulsionada pelas exportações, no momento em que a crise começa a afetar os países da União Europeia, que são clientes da Itália, esta piora devido à falta de uma demanda interna sólida (CARRA, 2008g).

A queda muito rápida da demanda agregada estava ativando um risco de deflação que, levando à armadilha da liquidez, poderia levar à ineficácia da própria política monetária. A política anti-inflacionária do BCE tinha provocado uma valorização do Euro que freou o PIB, enquanto que os compromissos associados ao Tratado de Maastricht reduziram o potencial de crescimento da economia. Desta forma, no ano seguinte a Itália teria uma dinâmica negativa do PIB e apenas em 2011 o PIB voltaria aos níveis de 2007. Notam-se duas consequências principais para o mundo do trabalho: por um lado, o aumento do desemprego e, por outro, o debilitamento das finanças públicas, porque um PIB muito pequeno faria crescer a relação dívida/PIB e, com isso, a preocupação dos mercados financeiros com a capacidade da Itália de honrar as próprias dívidas (LAPADULA, 2008d).

As respostas à crise dadas pelo governo, são consideradas claramente insuficientes pela CGIL, cujos efeitos se sentiam sobre a renda fixa, o sistema produtivo e, conseqüentemente, sobre o emprego. Segundo o novo diretor da *Rassegna Sindicale*, Paolo Serventi Longhi, a crise não era um problema para o Ministro da Fazenda Tremonti na

medida em que esta era “importada” e, portanto, considerava que não eram necessárias intervenções de caráter extraordinário (LONGHI, 2009). Em contraposição, a CGIL considerava que a crise financeira já tinha passado para a economia real e que o Governo, ao continuar subestimando os efeitos, estava evitando enfrentá-la.

Em 22 de Janeiro de 2009, o governo forçou um acordo que dividiu o movimento sindical: a CGIL considerou o acordo entre o Governo, a CONFINDUSTRIA, CISL e UIL uma revisão das regras de negociação coletiva que reduziam o nível salarial, a função da negociação nacional e que não garantiam a recuperação do poder aquisitivo. A CGIL alegou, portanto, que era indispensável consultar os trabalhadores através de um referendo, explicando a eles as razões da escolha de não assinar o acordo, mostrando as diferenças entre o acordo proposto e a plataforma unitária sobre a negociação definida apenas alguns meses antes e, por fim, relançar a mobilização para mudar a política do Governo, defendendo medidas adequadas contra a crise (LONGHI, 2009a). Assim, 3.464.178 de trabalhadores votam “não” ao acordo do dia 22 de Janeiro.

A crise na Itália inscreve-se numa economia que não cresce há anos, diferentemente da de outros países europeus (CARRA, 2009a), com uma desigualdade que cresce desde meados dos anos 90, à medida que eram introduzidas modalidades atípicas e flexíveis de emprego, porém sem que o Estado social tenha assumido novas responsabilidades face a esta transformação profunda no tecido ocupacional (TREVES, 2009).

Na Itália, após uma fase de estagnação entre 2000 a 2007 (longo período com um crescimento próximo ao zero), a recessão instala-se em 2008 e desde 2009 se estavam manifestando todos os sintomas de uma depressão econômica: forte desemprego, aumento da compensação salarial e diminuição da inflação devido à queda do consumo, aumentando o risco de uma verdadeira deflação (CARRA, 2009b).

Walter Cerfeda, ex-dirigente da CGIL e secretário confederal da Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), indicou a necessidade de um forte protagonismo sindical para reafirmar a nível europeu o conceito “Direitos iguais por trabalhos iguais” - que ia além da nacionalidade dos trabalhadores - e indicou um Plano extraordinário para o emprego que deveria ser requerido à União Europeia (IUCCI, 2009).

A CGIL criticava a falta de uma política industrial e propôs o uso de políticas anticíclicas: desde o suporte adequado ao investimento, à inovação e a projetos de modernização do tecido produtivo. A CGIL também encaminhou uma série de propostas relacionadas ao rendimento: atualização das faixas de correção do imposto de renda, aumento das aposentadorias, além da taxação dos rendimentos acima de 150 mil euros. O Governo, ao

recusar as propostas da CGIL, se escondeu atrás do problema da dívida e propôs a redução das aposentadorias em troca de recursos para o sistema de proteção social. Além disso, o executivo colocava a ideia de privatizar os serviços públicos e a saúde e instituiu o *Social Card*, um cartão pré-pago que era concedido a determinadas categorias de cidadãos para pagar as despesas de alimentação, saúde e habitação. Para a CGIL, continuava sendo prioritário a existência de Estado Social que protegesse os setores mais excluídos da população e, assim, defendeu esta visão política com uma mobilização em 4 de Abril de 2009 no Circo Massimo em Roma (ANDRUCCIOLI, 2009a).

Neste contexto, nasce, em 2009, um suplemento mensal da *Rassegna Sindacale* de 8 páginas chamado “Economia”, dedicado às questões econômicas com o objetivo de abordar, de maneira mais articulada, um assunto que começava a fazer parte da realidade cotidiana.

Agostino Megale, secretário confederal da CGIL, reconhece que a CGIL não estava mais sozinha na reivindicação de uma intervenção mais determinada do Governo. De fato, também a CONFINDUSTRIA considerava as medidas governamentais insuficientes, tanto do ponto de vista quantitativo, como qualitativo (GALANTINI, 2009).

O IRES-CGIL calculou uma perda no PIB de cerca de 4% no triênio 2008-2010, um milhão de desempregados a mais em 2009 em relação a 2007, uma taxa de desemprego de 9% em 2009 e que poderia superar os 10% em 2010 e uma precarização laboral generalizada que afetava mais de três milhões e meio de pessoas. A proposta da CGIL para enfrentar esta realidade duríssima era de um bilhão e 769 milhões de euros para dar suporte ao emprego e aumentar os rendimentos mais frágeis (ANDRUCCIOLI, 2009b).

Segundo Riccardo Sanna, o impacto da crise na distribuição de renda, levando em conta que houve uma redução dos apoios sociais, produzia uma perda adicional de poder aquisitivo que era difícil de recuperar através da negociação. Era necessário, portanto, uma nova progressividade do sistema fiscal que permitisse o relançamento do crescimento através da demanda interna (SANNA, 2009).

Desta forma, a CGIL propôs a proibição das demissões por dois anos e a restituição de 100 euros ao mês aos aposentados, aos dependentes e aos colaboradores, através do aumento das devoluções do imposto de renda (CARRA, 2009c).

As propostas da CGIL, colocadas por Guglielmo Epifani no discurso de conclusão da manifestação de 4 de Abril de 2009, não foram, no entanto, levadas em consideração pelo Governo, apesar de algumas destas (como o prolongamento da compensação salarial) terem sido requisitadas por todos os parceiros sociais, inclusive pela CONFINDUSTRIA.



Apesar da divisão sindical, estavam ocorrendo mobilizações unitárias: desde aquelas tradicionais do Primeiro de Maio, até aquelas para levar ajuda e apoio às zonas de Abruzzo afetadas pelo terremoto de 2009.

Diante de um Governo que subestimava a crise, implementava políticas consideradas erradas e que tentava constantemente dividir as organizações sindicais, a CGIL pensou em um projeto abrangente para tirar a Itália da crise: um novo Plano de Trabalho que envolvesse o mundo da produção e do saber e que tivesse a revalorização do trabalho como dimensão fundamental. Tinha como três eixos fundamentais: 1) o repensar do modelo de desenvolvimento, pois não era suficiente atuar apenas na regulação dos sistemas financeiros; 2) o relançamento do papel do Estado na economia; 3) colocar no centro da análise as desigualdades já presentes que se acentuaram com a crise (ANDRUCCIOLI, 2009c).

Para o Governo, parecia prevalecer, segundo Lapadula, a manutenção das receitas de política econômica de sempre: mais liberalização, mais concorrência, mercado de trabalho mais flexível e menor despesa com a previdência. A promessa de que estas reformas assegurariam um crescimento mais sólido colidem com a realidade. Era exatamente contra esta abordagem, fundamentada em uma visão de “economia da oferta” contrária às políticas macroeconômicas e à intervenção pública na economia, que a CGIL estava lutando, propondo uma vasta gama de políticas públicas capazes de influenciar as grandes decisões econômicas (LAPADULA, 2009).

Com a previsão de uma queda do PIB de mais de 5 pontos percentuais, torna-se evidente o diagnóstico feito pela CGIL: uma economia muito centrada nas exportações para a Europa avançada era frágil se não se soubesse olhar também para outras áreas do mundo e, principalmente, para o consumo interno. Assim, os trabalhadores pagavam duas vezes o preço da crise: primeiro com um salário mais baixo e depois com a perda do trabalho (CARRA, 2009d).

Esta queda forte do PIB, segundo Epifani, poderia ser evitada através de investimentos, apoio à demanda interna e ajudando as empresas com benefícios fiscais (LONGHI, 2009b). A crise laboral mostrou toda a sua dimensão através das milhões de horas de compensação salarial e dos subsídios de desemprego em vencimento, além de uma parcela consistente de “invisíveis”, que perdiam o trabalho, mas não usufruíam de nenhuma proteção social. É por este motivo que Epifani pediu ao Governo, com insistência, uma força tarefa sobre a crise (ANDRUCCIOLI, 2009d).

A CGIL criticou o ajuste financeiro, que era financiado com as receitas provenientes do *scudo fiscale*, ou seja, a volta dos capitais de italianos existentes no exterior, e com maior

peso fiscal sobre os trabalhadores e aposentados. Lapadula destacou que o Governo Berlusconi IV se conformou com uma saída lenta da recessão com o objetivo de manter sob controle o déficit e de manter a estabilidade política do país. Estas medidas foram consideradas insuficientes porque, por motivos estruturais e de conjuntura, a única alternativa válida era o crescimento da demanda interna (LAPADULA, 2009a).

A CGIL se mobilizou contra os efeitos devastadores da crise sobre a política industrial e para protestar contra a inadequação das medidas do Governo, usando palavras de ordem claríssimas: “Para olhar para o futuro é preciso sair da crise. Não às demissões. Defender as fábricas”. Organizaram-se diversas iniciativas que culminaram na manifestação nacional de 14 de Novembro de 2009 em Roma, na qual se reivindicou a reforma do sistema de proteção social, a construção de uma nova política industrial e a reforma do sistema fiscal (*Rassegna Sindacale* n.39, 2009a).

Enquanto isso, em 28 de Novembro de 2009, ocorreram manifestações regionais em muitas cidades do Sul para chamar a atenção do Governo para o tema da crise do *Mezzogiorno* e para reivindicar uma mudança radical nas políticas econômicas e sociais para esta área do país, como parte essencial de um projeto de desenvolvimento de toda a Itália. Participaram destas manifestações delegações das regiões do Centro-Norte, exatamente para enfatizar o caráter nacional, de coesão social e de solidariedade, subjacente à mobilização (LAMONICA, 2009).

A crise de emprego e o aumento das desigualdades continuaram sendo bandeiras prioritárias para a CGIL, dada a consciência dos efeitos destas: o aumento da pobreza e do e o desemprego juvenil (LONGHI, 2010).

Sob a ótica da CGIL, a Itália estava dividida em duas: por um lado, ricos que conseguiam ficar ainda mais ricos através da evasão fiscal e de outros meios ilegais e, do outro, um país derrotado e humilhado que tentava sobreviver apesar da redução do próprio poder aquisitivo. A CGIL tentava negociar as medidas e as soluções que poderiam suavizar o impacto da queda do emprego, garantir o sistema de proteção social por um período mais longo e combater os deslocamentos e os fechamentos das empresas. Porém, nem sempre isso era possível com o Governo Berlusconi, que não apenas fragmentou o mercado de trabalho italiano, mas também tentava implementar uma nova fase de desregulamentação na qual todas as questões – excluindo o subsídio ao desemprego – seriam transferidas para os entes bilaterais, colocando, desta forma, fim à intervenção pública (ANDRUCCIOLI, 2010). Epifani, por sua vez, percebeu que, por trás da inatividade e da indiferença do Governo

Berlusconi IV, havia uma tentativa de usar a crise para enfraquecer os trabalhadores, os aposentados e as suas tutelas, aumentando as desigualdades.

Para responder à situação sempre mais dura e mais grave do país e diante de um Governo que não apenas não dava suporte à proteção dos rendimentos, mas que nem tentava relançar o desenvolvimento, a CGIL convocou uma greve geral para o dia 12 de Março de 2010, reivindicando medidas fiscais urgentes, defesa dos imigrantes e medidas de suporte aos desempregados, àqueles em compensação salarial, aos precários e a todos que não podiam usufruir do sistema de proteção social. Três objetivos que, portanto, exigiam uma ação social, política e cultural que, para serem atingidas, necessitavam de um alargamento do consenso, uma ampliação das alianças sociais e políticas (ANDRUCCIOLI, 2010a).

Um dos eixos centrais da mobilização prendia-se com a questão do sistema de proteção social. Sobre esta questão, a CGIL estava convencida de que este era fundamental para amenizar o impacto da crise mas que não abrangia todas as pessoas que dele necessitavam. A proposta que a CGIL lançava era a de alargar a intervenção pública de forma a permitir um acesso universal que abrangesse todos, independente das relações de trabalho, do setor de atividade e da dimensão da empresa (LONGHI, 2010a).

A CISL e a UIL, apesar de terem uma posição análoga à da CGIL sobre a questão fiscal, alegavam que não eram necessárias a mobilização e a luta. Este era um comportamento incompreensível para a CGIL, pois estes mesmos temas tinham sido a base de uma greve unitária da época do Governo Prodi II (LONGHI, 2010b). Apenas em Outubro de 2010 a CISL e a UIL voltariam à praça para reivindicar uma reforma fiscal.

A CGIL enfrentava, desta forma, a tentativa do Governo de dismantelar o direito do trabalho, as normas e as tutelas previstas pelo Estatuto dos Trabalhadores e se mobilizava com manifestações e outras iniciativas pacíficas em diversas cidades italianas e em frente à Câmara dos Deputados, com o objetivo de tentar modificar as medidas legislativas.

É neste clima de crise e de ataques à legislação trabalhista que ocorreu o XVI Congresso da CGIL, uma organização que, apesar da crise do emprego, assistia a um crescimento dos seus próprios inscritos. A um governo que acusava cotidianamente a CGIL de ter assumido posições deliberadamente hostis face ao Executivo e à maioria de Centro-Direita, a Confederação sempre reclamou pelo regresso ao diálogo social, elaborando múltiplas propostas de reformas económicas e sociais que nunca foram levadas em consideração (LONGHI, 2010c). A partir do Congresso da CGIL, renovou-se o convite ao Governo de aceitar o diálogo, se propôs aos empreendedores a criação de uma frente comum

para relançar o desenvolvimento e o emprego e se apelou à CISL e à UIL ao regresso à ação comum e unitária.

Quando, após algumas semanas, o Governo apresentou o ajuste fiscal, dizendo que este tinha sido exigido pela UE para evitar que a Itália acabasse como a Grécia, a avaliação da CGIL foi muito dura. Segundo a Confederação, o ajuste contradizia o Governo, que por meses escondeu a crise e não fez nada para combatê-la (CAMUSSO, 2010).

Contra o ajuste fiscal que atingia novamente o mundo do trabalho e, em particular, o setor público, por meio do congelamento dos salários por três anos e de cortes na despesa social (ANDRUCCIOLI, 2010b), a CGIL lançou uma manifestação nacional na qual o slogan era “todo o peso apenas sobre as nossas costas” (ANDRUCCIOLI, 2010c). Esta era apenas a primeira etapa da campanha nacional da CGIL para propor soluções de políticas econômicas alternativas para combater a crise. De fato, algumas semanas depois, foi convocada uma dupla greve geral, ocorrendo no dia 25 de Junho de 2010 (na maior parte das Regiões) e em 2 de Julho de 2010 (na Ligúria, na Toscana e no Piemonte) para reivindicar, uma vez mais, medidas de suporte ao emprego, ao crescimento e ao desenvolvimento.

O tema das políticas econômicas para tirar a Itália da crise era uma questão que se interligava de maneira insolúvel ao “Piano del Lavoro” da CGIL, que será analisado abaixo, mas que o Governo e a mídia recusaram sob a ideia de que geraria gastos públicos insustentáveis. O Piano del Lavoro, porém, enfrentava e relançava o tema do pleno emprego que, segundo a CGIL, era a única resposta realista para sair da crise e voltar a crescer.

O ajuste econômico, segundo a CGIL, continuava a piorar as condições econômicas e sociais das famílias. A título de exemplo, os dados do Observatório CIG do Departamento de Setores Produtivos da CGIL, com base na informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), apontava que mais de meio milhão de trabalhadores estava na compensação salarial, cuja situação trazia grandes efeitos sobre a diminuição dos salários (*Rassegna Sindacale* n.29, 2010).

Susanna Camusso recebeu de forma muito positiva a decisão da Confederação Europeia dos Sindicatos (CES) de organizar um dia de mobilização para o dia 29 de Setembro de 2010, mas chamou a atenção para as diferenças com o resto da Europa, na qual os sindicatos se moviam unitariamente, ao passo que, na Itália, apenas a CGIL estava se mobilizando, considerando a negociação como um dos vários instrumentos à sua disposição. Era por esta razão que esta continuava a receber ataques e críticas por parte do Governo, dos empregadores e das outras confederações (ANDRUCCIOLI, 2010d). Na Itália, este protesto europeu teve a participação de representantes de sindicatos da França, Espanha, Alemanha e

Grécia, todos unidos para reivindicar medidas eficazes contra a crise e para relançar o desenvolvimento e o emprego, contra as políticas recessivas dos governos e para defender a política social duramente atacada pelas políticas de austeridade (*Rassegna Sincadale* n.34, 2010a).

Desta forma, a CGIL era a única confederação sindical italiana que, em um estado de profunda crise no país, enfrentava o forte ataque aos direitos, à regulação do trabalho, à negociação coletiva, ao emprego e aos rendimentos. Por estas razões, a CGIL, cuja secretária geral no meio tempo tornou-se Susanna Camusso, decidiu continuar as iniciativas de mobilização e de luta. No dia 27 de Novembro de 2010, organiza uma manifestação cuja palavra de ordem era “jovens não mais dispostos a tudo”.

No final de 2010, assiste-se ao início de uma crise política com a saída de ministros e subsecretários do governo próximos ao Presidente da Câmara, Gianfranco Fini, que passou de aliado a forte opositor de Berlusconi. Portanto, acrescenta-se à crise econômica em curso uma crise política cujo tempo de duração era incerto. O único ponto de referência, num país sem rumo, virou o Presidente da República, Giorgio Napolitano, que não deixou de fazer as suas indicações ao Governo e ao Parlamento.

Neste contexto europeu e nacional de crise econômica e política, a CGIL não conseguiu concertar posições com as outras duas confederações sobre a importância de pressionar o Governo Berlusconi IV a mudar as suas políticas econômicas e sociais.

A proposta da CGIL era a de instituir um imposto patrimonial (*patrimoniale*) sobre as grandes riquezas que evitaria, segundo a secretária geral Camusso, a saída da Itália da Zona Euro – que estava já se dividindo em duas grandes subáreas – e a realização de três ajustes financeiros sucessivos num total de 45 bilhões de euros. Para evitar escolhas que seriam dramáticas, como ocorreu na Espanha com Zapatero, que foi obrigado a cortar gastos sociais, a CGIL propôs, mais uma vez, que se buscassem os recursos onde eles existiam, ou seja, nos grandes patrimônios e no combate à evasão fiscal (ANDRUCCIOLI, 2010e).

Se a crise piorou as contas públicas e afetou a produção e o emprego, certamente as políticas econômicas, industriais, fiscais e sociais do Governo Berlusconi IV não permitiram nem uma recuperação, nem a defesa do trabalho. A Itália encontrava-se, assim, com uma dívida elevada, uma baixa capacidade de efetuar gastos de estímulo anticíclico, uma taxa de desemprego ao seu nível máximo e uma forte queda do PIB. A uma dramática conjuntura internacional se unia, segundo a CGIL, a ausência de um Governo capaz de enfrentar uma crise que atingia o trabalho, a produção e os rendimentos dos mais expostos e que tolhia qualquer esperança para as gerações mais jovens.

Para a CGIL, era incompreensível o comportamento antiunitário da CISL e da UIL, que pareciam fazer de tudo para dar suporte a um governo enfraquecido pelo desmantelamento da própria maioria parlamentar e que continuava a atacar o sindicalismo e a prosseguir com a retirada de direitos.

Na Itália, enquanto o Presidente do Conselho dos Ministros Silvio Berlusconi estava ocupado defendendo-se no tribunal de Milão das acusações de corrupção, extorsão, fraude fiscal, indução à prostituição infantil (*Rassegna Sindacale* n.13, 2011) e a maioria de Centro-Direita estava ocupada em protegê-lo, na União Europeia procediam-se mudanças importantes das regras fiscais que afetavam os Estados Membros. De fato, os países da Zona do Euro discutiam a aprovação dos indicadores que fixavam o nível de endividamento em relação ao próprio PIB, levando à sua redução nos anos sucessivos até atingir o nível indicado por Masstricht (60% do PIB) e que, por fim, fixavam a porcentagem do PIB dedicada à pesquisa, inovação, infraestrutura e produtividade. A avaliação da Confederação Europeia dos Sindicatos (CES) era particularmente dura, pois considerava essencial incluir, também, indicadores sociais e alertava para a intenção de colocar o equilíbrio orçamental como um princípio nas Constituições nacionais. Os sindicatos europeus reforçavam, portanto, a importância de não se enfatizar apenas a despesa, mas de olhar também para as receitas, tendo proposto a taxação das transações financeiras (ROCCHI, 2011).

As pressões para que Berlusconi renunciasse aumentavam de intensidade, vindas de muitos setores políticos, sociais e econômicos e os motivos iam desde a ausência de uma política econômica às leis *ad personam*, do ataque ao Poder Judiciário à Constituição. Apesar disto, o Governo Berlusconi IV e a sua maioria conseguiu resistir e continuaram a manter o país em suspenso por causa das questões privadas do Presidente do Conselho de Ministros.

A CGIL continuava a sofrer, após dois anos do acordo separado de 2009 que dividiu os sindicatos, uma espécie de *conventio ad excludendum* pela maior parte das reuniões entre o Governo e os parceiros sociais, sob a acusação de “fazer política” (LONGHI, 2011) e de ser o sindicalismo do “não” e dos “vetos” (ANDRUCCIOLI, 2011).

O agravamento da situação do país, bem representado pela abertura das mesas de negociação sobre a crise das empresas no Ministério do Desenvolvimento Econômico, pelos ataques contínuos ao trabalho, pelas propostas do Governo de modificar o artigo 41 da Constituição e pela exclusão das reuniões, levam a CGIL a proclamar uma greve geral para o dia 6 de Maio de 2011. Esta greve tinha como objetivo reivindicar junto ao Poder Executivo a tirada da crise de aproximadamente 5.000 empresas que estavam em compensação salarial, que fizesse uma intervenção extraordinária para favorecer os processos de reconversão

industrial, dando suporte e incentivando as inovações, que implementasse políticas fiscais e de crédito que fossem adequadas às exigências reais, que criasse um sistema público e universal de proteção social e que criasse um subsídio de desemprego de 80% do salário por 2 anos, com a possibilidade de modulação do seu valor e duração para favorecer as pessoas acima de 50 anos e o *Mezzogiorno*.

Com a greve geral de 6 de Maio de 2011, com manifestações em toda a Itália e em diversos setores, a CGIL chamou para a luta o mundo do trabalho e se dirigiu não apenas aos empregados, mas também aos desempregados, aos precários, àqueles em compensação salarial e aos jovens desmotivados, para tentar recolocar no centro da agenda política, mais uma vez, o tema do emprego, do poder aquisitivo dos assalariados e inativos, dos serviços sociais e da reforma fiscal sobre os grandes patrimônios e rendimentos financeiros (*Rassegna Sindacale* n.9, 2011a).

A proposta elaborada pelo Departamento de Políticas Econômicas da CGIL relacionada à taxação das grandes riquezas consistia em um imposto extraordinário – baseado no modelo francês – necessário para enfrentar a crise e que atingiria as rendas superiores a 800 mil euros, sendo destinado ao suporte do emprego e do sistema de proteção social e ao cancelamento dos cortes previstos para o sistema público (educação, pesquisa, assistência social, saúde, transportes e aposentadorias). Esta proposta afetaria apenas 5% dos italianos e permitiria que os outros 95% voltassem a ter condições de vida decentes.

A CGIL lançou ainda propostas adicionais ao Governo, como a redução para quatro dos tipos de contratos que não eram de tempo indeterminado, o aumento do custo do trabalho precário para diminuir a sua utilização pelas empresas, além da contratação por tempo indeterminado daqueles com contratos não regulares de horário parcial e estágio (*Rassegna Sindacale* n.14, 2011b). Todas estas propostas foram ignoradas pelo Governo Berlusconi IV, que a CGIL considerava como desacreditado e concentrado exclusivamente em cortar gastos sociais e retirar direitos trabalhistas.

A greve de 6 de Maio representou o ápice da união dos protestos dos trabalhadores e dos aposentados com os protestos dos jovens, dos precários e dos estudantes. Em 18 de Junho de 2011, a CISL e a UIL também se manifestaram a nível nacional para reivindicar maior equidade fiscal. As divisões sindicais eram tão fortes que até o Presidente da República, Giorgio Napolitano, chamou a atenção para a importância da unidade sindical (LONGHI, 2011a).

Não eram apenas os sindicatos a avaliar como insuficientes as ações do Governo Berlusconi IV. Também a presidente da CONFINDUSTRIA, Emma Marcegaglia, declarou

que o Governo tinha abandonado as empresas. Agostino Megale, ex-secretário confederal da CGIL e então secretário geral da Federação dos Bancários da CGIL (FISAC-CGIL), considerava que, com esta afirmação da presidente, rompeu-se uma subalternidade política e cultural da CONFINDUSTRIA em relação a um Governo capaz apenas de anunciar planos a favor do crescimento econômico e do desenvolvimento das empresas, mas sem as condições de realizá-los (BINELLO, 2011).

As preocupações sobre o estado do país não eram apenas dos sindicatos, mas também dos empreendedores; de fato, até Mario Draghi, Diretor do Banco da Itália, na sua fala anual de 2011 alegou que a crise era grave e que o grupo das economias mais avançadas, exceto a Alemanha, estava tendo dificuldade em reencontrar o ritmo de crescimento precedente e que a recuperação seria fraca demais para poder reabsorver o desemprego. Além disso, o mesmo Draghi destacou que os cortes uniformes em todas as categorias do Orçamento de Estado impediam a alocação dos recursos onde eram mais necessários, e sugere a concretização do ajuste financeiro de maneira mais atenta (ANDRUCCIOLI, 2011a).

Nas eleições municipais de Maio-Junho de 2011 prevalece o Centro-Esquerda e houve uma vitória, em um referendo nacional, das posições que fortalecem os serviços públicos na questão da água e condenam a utilização da energia nuclear. Isto, somado a um governo desacreditado, ao envolvimento dos jovens e à mobilização de muitos italianos fora dos partidos, levava a pensar que a situação estivesse mudando.

Para Gaetano Sateriale, da CGIL Nacional, tinha chegado o momento de traduzir a palavra “inovação” em atos concretos, e para fazer isto era necessário abandonar uma abordagem repetitiva e descredibilizada: não mais do lado da oferta, mas sim do lado da demanda. De fato, seria mais produtivo, na ótica da CGIL, partir das necessidades expressas pelos cidadãos nos próprios territórios, como transporte local, saúde, coleta de lixo e bioconstrução, envolvendo os representantes institucionais regionais e locais (ANDRUCCIOLI, 2011b).

O ajuste financeiro apresentado pelo Governo Berlusconi IV era, para a CGIL, a enésima medida errônea, injusta, desigual e inútil do Governo, porque não dava suporte ao crescimento e ao emprego e que, se por um lado, enfrentava de maneira insuficiente a emergência, por outro, utilizava o tradicional corte de gastos públicos (LONGHI, 2011b). Ou seja, um país à beira do precipício com um Presidente do Conselho de Ministros mais concentrado nos próprios problemas judiciais do que na situação da Itália.

A crise se agravava cada vez mais, as Bolsas caíam e o espectro do *default* se aproximava. O governo, portanto, decidiu aprovar rapidamente o ajuste. A CGIL, consciente



da gravidade da situação, se mobilizou para combatê-lo, considerando-o ineficaz, recessivo e perigoso (LONGHI, 2011c). Esta começou a reivindicar outro governo e mudanças na política econômica do Ministro da Fazenda, Giulio Tremonti (ANDRUCCIOLI, 2011c). A greve geral da CGIL se desenvolveu em *Cento Piazze d'Italia* (Cem praças da Itália), de onde foram lançadas propostas da única organização sindical italiana que não se conformava e que continuava a lutar para mudar a política econômica de um governo deslegitimado (*Rassegna Sindacale* n.31, 2011c).

A CGIL alegava que as causas reais da crise do sistema eram a degeneração das finanças e o aumento das desigualdades, e que a aliança entre lucros e rendas – contra o trabalho – eram a base de um modelo pós-neoliberal sem igualdade, crescimento, emprego, coesão social e desenvolvimento. Criticava-se a política europeia, na qual os países industrializados que eram pressionados pelo BCE enfrentavam a crise apenas através do controle da dívida e das finanças públicas e, também, do novo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), que se concentrava apenas na estabilidade e não no crescimento. A CGIL defendia que era errado inserir o equilíbrio orçamental na Constituição italiana e que o crescimento não podia ser subordinado à correção das contas públicas, pois este era tanto o objetivo da estabilidade, como a única garantia da dívida. Portanto, a CGIL propôs a modificação do PEC para liberar recursos e mudar a lógica do ajuste financeiro (*Rassegna Sindacale* n.31, 2011d).

No momento em que se tornou claro que o Governo Berlusconi IV tinha chegado ao seu fim, Susanna Camusso explicou que a questão não era tanto o tipo de governo que o substituiria (técnico ou político), mas sim as políticas econômicas e sociais que este implementaria. Segundo a CGIL, tais políticas deveriam ter como objetivo o desenvolvimento, o consumo e o emprego. Também defende que os esforços para evitar um risco *default* deveriam ser igualmente repartidos entre todos, incluindo aqueles com grandes patrimônios e rendas e aqueles que evadiam e eludiam o fisco (LONGHI, 2011d). Resumindo, a CGIL reivindicava um governo que recuperasse a credibilidade internacional da Itália, que tivesse a confiança também dos cidadãos e que modificasse radicalmente o ajuste anticrise, fazendo com que todos contribuíssem de acordo com o seu rendimento (LONGHI, 2011e).

No contexto de uma crise dramática, com cerca de 6 milhões de pessoas entre desempregados, trabalhadores irregulares, precários e em compensação salarial, e com a chamada “Troika” – ou seja, BCE, Comissão Europeia e FMI – à porta, o Governo Berlusconi IV foi obrigado a renunciar em 16 de Novembro de 2011. Era o fim de era berlusconiana.

### **Governo Monti**

Para dirigir um governo “técnico” foi chamado o economista Mario Monti, nomeado Senador vitalício pelo Presidente da República alguns dias antes, e que também era ex-comissário europeu para o mercado interno (1995-1999) e para a concorrência (1999-2004). A ele foi delegada a função de tomar conta de um país à beira da falência, em que a crise foi negada constantemente por quatro anos de Governo Berlusconi IV. Dada a emergência econômica e a crise política, Mario Monti se encarregou da Presidência do Conselho de Ministros e também do Ministério da Fazenda até Julho de 2012.

O Professor Monti, cujo estilo era diferente do seu predecessor, colocou em vigor um programa baseado no trinômio “rigor, igualdade e crescimento”. Estas três palavras definiram, em um primeiro momento, um programa de governo em descontinuidade com o precedente, que a CGIL apreciou, mas ao qual se reservou o direito de avaliar com base em medidas concretas (LONGHI, 2011f).

Nos encontros que Monti teve com os atores sociais, a CGIL voltou a propor a plataforma que foi a base da greve de 6 de Setembro de 2011 (LONGHI, 2011g) e pediu ao governo um conjunto de medidas opostas às do governo Berlusconi IV e que se ocupassem das pessoas em dificuldades (LONGHI, 2011h). A CGIL, no entanto, não considerava a composição do governo, composto por técnicos e políticos, suficientemente em ruptura com o passado.

As questões ligadas ao trabalho que a CGIL pediu ao Governo Monti para enfrentar foram retomadas na assembleia organizada em Roma em 3 de Dezembro de 2011: emprego – especialmente aos jovens e mulheres –, luta contra a precariedade, reforma do sistema de proteção social e a crise das empresas italianas. O Governo Monti, comprometido com um ajuste adicional de 10-15 bilhões de euros, explicou que as medidas serviam para tranquilizar os mercados financeiros, responder às solicitações das instituições europeias e iniciar um saneamento do país, cuja dívida elevada trouxe a preocupação de uma eventual falência.

O Governo Monti, não tendo modificado os termos do ajuste, em que os sacrifícios caíam sobre os trabalhadores e os aposentados (estes últimos atingidos pela suspensão da revalidação das aposentadorias), leva a CGIL a declarar quatro horas de greve geral no dia 12 de Dezembro de 2011, enquanto a CISL e a UIL declaram apenas duas horas. Monti, em continuidade com o governo precedente, não teve a coragem de introduzir um imposto sobre as grandes riquezas, justificando-se com o fato de que isto causaria uma fuga de capital.

Segundo a CGIL, o ajuste era composto por muito rigor fiscal e pouco crescimento. Apesar de algumas medidas positivas que visavam o suporte ao tecido econômico e produtivo, a abordagem era a mesma de sempre: suporte à liquidez dos bancos e das empresas para uma recuperação que ficava nas mãos dos mercados, ou seja, toda do lado da oferta, sem resolver as causas da crise, que era a falta de demanda. No ajuste de Monti, se reforçava que o crescimento econômico e o desenvolvimento eram fatores espontâneos. O risco que a CGIL apontava era o de continuar a perseguir os objetivos do equilíbrio das contas públicas, mas reduzindo o âmbito da sua intervenção e esquecendo-se de recuperar o emprego (*Rassegna Sindacale* n.45, 2011e).

Na parte final de 2011, ocorreu uma reaproximação das três confederações que, em 24 de Dezembro, voltaram a protestar juntas contra um ajuste que não introduzia nenhum imposto aos grandes patrimônios e que, ao contrário, afetava os rendimentos médio-baixos, empobrecendo ainda mais os trabalhadores e aposentados.

Para Riccardo Sanna, na Europa perseguiu-se uma política de rigor financeiro público para responder à especulação dos mercados, ou seja, do privado. Confirmou-se, assim, uma política de redução da intervenção pública e de contenção da dívida, do déficit e da inflação, que deveriam ter dado confiança aos mercados para investir e, assim, criar empregos. Esta era a clássica teoria da oferta, que via a menor rigidez do mercado de trabalho como um fator essencial para aumentar a concorrência entre os trabalhadores, reduzir os salários e atrair capitais ou favorecer as exportações (SANNA, 2012).

O contexto europeu, como sempre, refletia imediatamente no contexto nacional: de um lado, o Presidente do Conselho, Mario Monti, e a Ministra do Trabalho, Elsa Fornero, voltaram a insistir no cancelamento do artigo 18 do Estatuto dos Trabalhadores, que era uma defesa contra as demissões sem justa causa (*Rassegna Sindacale* n.3, 2012), e, do outro, os *mass media* se ocupavam quase exclusivamente de temas como o *spread*, o déficit, a dívida e o *default* e apenas esporadicamente de trabalho, salário, produção e consumo (CARRA, 2012a). Mesmo Mario Draghi estava convencido de que uma maior flexibilização da regulação das relações de trabalho relançaria os investimentos vindos do exterior, quando até a OCED afirmou que não havia qualquer tipo de demonstração econométrica e estatística de que a rigidez laboral possuísse qualquer efeito negativo na criação de emprego (TREVES, 2012).

Em resposta à resistência do Governo Monti em aceitar as lógicas de negociação com os atores sociais e de encontrar uma mediação, e a tentativa de dividir os sindicatos, a CGIL, mais uma vez, lançou a proposta de reformar o sistema de proteção social, dar suporte ao

rendimento daqueles que foram expulsos do mercado de trabalho e que não conseguiam se aposentar, e reduzir as formas de precariedade (*Rassegna Sindacale* n.4, 2012a).

Enquanto o país mostrava todas as suas fragilidades, o Governo Monti levava adiante, sem qualquer tipo de negociação com os atores sociais e fortemente apoiados pela direita, uma reforma do mercado de trabalho e da previdência que condenava milhares de trabalhadores – chamados *esodati* – sem trabalho, sem compensação salarial e sem outros subsídios a quem não pode se aposentar.

O ataque do Governo ao sistema de proteção social era forte, reduzindo os seus valores e duração. Esta era uma representação prática da ideia de uma incompatibilidade entre crescimento econômico e Estado social, em que o combate ao desemprego e à marginalização é visto como um desperdício de recursos quando, na verdade, é parte importante do desenvolvimento (DEL FATTORE, 2012).

A CGIL, mais uma vez, pediu que fosse aplicado o imposto sobre as rendas mais altas, sobre os grandes patrimônios e sobre o luxo, para poder ajudar as rendas mais fracas a superar a crise e para evitar a falência das pequenas e médias empresas, ou seja, uma redistribuição da riqueza em direção aos mais pobres, para favorecer o consumo, a produção e, assim, o PIB (*Rassegna Sindacale* n.7, 2012b).

A negociação sobre o mercado de trabalho foi considerada anômala e se concluiu com a chegada ao Parlamento das medidas governamentais que a CGIL considerava injustas em relação aos trabalhadores e aposentados, e contra as quais preparou mobilizações adicionais com as outras confederações: distribuição de panfletos na frente de igrejas aos domingos, várias greves, manifestações, assembleias etc.

A avaliação da CGIL era de que o Governo Monti, dos três eixos que deveriam ter caracterizado as suas ações – rigor, crescimento e igualdade -, tinha perseguido apenas o primeiro (LONGHI, 2012) e que os técnicos tinham executado muito bem as diretivas impostas pelo BCE e pela Alemanha de reduzir o *spread*, mesmo piorando as condições dos que se encontram na base da pirâmide social, principalmente os trabalhadores e os aposentados. A intervenção do Governo Monti podia ser resumida com rigor sim, igualdade não e crescimento talvez. Isto era exatamente o contrário do que teria sido necessário; de fato, vários boletins do ISTAT e de diversos centros de pesquisa mostraram que os rendimentos das famílias continuavam a cair, que a produção industrial estava quebrando, que o desemprego real chegava a 5 milhões de pessoas, que as exportações não estavam servindo para compensar a queda na demanda e que, portanto, era necessária uma política expansiva (CARRA, 2012b).

Em um contexto de crise tão aguda, o quadro político mostrava mudanças importantes: nas eleições municipais, o partido de Berlusconi e da *Lega Nord* estavam em crise, o PD se mantinha e se afirmava o *Movimento 5 Stelle* (M5S), liderado por Beppe Grillo. Aumentou a abstenção eleitoral, crescia a raiva e aumentaram os suicídios de trabalhadores e pequenos empreendedores que não conseguiam pagar multas, impostos e empréstimos.

Mais uma vez, em um contexto sempre mais difícil, a CGIL se mobilizou contra as medidas do Governo Monti, que previam cortes indiferenciados nos gastos sociais e ataques indiscriminados aos direitos sociais, sem qualquer redução dos desperdícios da administração pública. A mobilização começou com as manifestações dos jovens e dos precários programadas para o dia 10 de Maio de 2012 (LONGHI, 2012a) e se concluíram com uma manifestação nacional da CGIL, CISL e UIL sobre o tema “trabalho e fisco”, programada para o dia 2 de Junho de 2012. Este é o dia da República, data escolhida exatamente para lembrar, como escrito no artigo 1º da Constituição, que esta foi fundada sobre o trabalho, mas, devido ao terremoto em Emilia Romagna, a manifestação foi atrasada em duas semanas, para o dia 16 de Junho de 2012.

Os sindicatos pediam uma mudança substancial do sistema fiscal e a suspensão das medidas que exigiam custos sociais imediatos à coletividade e que atrasavam continuamente os benefícios.

A Itália era um país que, com o Governo Monti, recuperou a credibilidade internacional comprometida pelos anos de Berlusconi e que iniciou a luta contra a evasão fiscal, mas no qual não se via nenhum crescimento e em que o desemprego piorava apesar dos grandes sacrifícios dos segmentos sociais médio-baixos. Esta era uma política que não funcionava e que perdeu o estímulo inovativo (KUSH, 2012), junto com Monti, que declarava abertamente não praticar a concertação, pois a considerava como um mal da economia italiana (*Rassegna Sindacale* n.30, 2012c).

Com a situação do emprego em evidente piora e com milhares de trabalhadores, jovens e precários protagonistas de diversas lutas espalhadas pela Itália, a CGIL decidiu organizar uma manifestação nacional no dia 20 de Outubro de 2012, para tentar dar voz ao trabalho. A palavra de ordem era “antes de tudo o trabalho!” e era uma mobilização pensada para reunificar as diversas lutas sindicais, abrir um diálogo e propor uma ação comum entre todos os sujeitos afetados pela crise e que corriam o risco de ficarem excluídos: sem subsídio e sem aposentadoria, precários, desempregados, especialmente jovens e mulheres e, por fim, os aposentados.

A CGIL continuava, desde a greve geral de 2003, a denunciar de forma persistente os efeitos da crise e a reivindicar uma mudança das políticas económicas de carácter neoliberal. Se no início esta era uma única voz no deserto, agora a mesma crítica era compartilhada por intelectuais, economistas e sindicatos europeus (IOCCA, 2012).

Em 14 de Novembro de 2012, no âmbito de uma mobilização europeia lançada pela CES, a CGIL, sozinha – após ter buscado um entendimento com a CISL e a UIL -, organizou uma greve geral de quatro horas para mudar as políticas europeias e da Itália. Em resumo, uma greve de dimensão europeia para reivindicar um pacto social para a Europa, um diálogo social e políticas de estímulo ao emprego, na qual a CGIL pedia mudanças profundas no ajuste do Governo Monti que, entre outras medidas, aumentou o imposto sobre o valor agregado (IVA).

Em Dezembro de 2012, o Governo Monti perdeu o apoio parlamentar do partido de Berlusconi e foi obrigado a renunciar. O Presidente da República decidiu, então, dissolver as Câmaras e convocar eleições gerais para Fevereiro de 2013.

A avaliação da CGIL do Governo Monti foi que, apesar deste ter arquivado o período Berlusconi e ter sabido evitar a quebra dos bancos italianos, foi capaz de aplicar apenas rigor às políticas económicas, sem pensar na igualdade e no crescimento como havia anunciado no início do mandato. Esta política de rigor foi aplicada com muita autossuficiência e pouca sensibilidade à população italiana e, segundo a CGIL, acentuou a recessão, piorando o desemprego (KUSH, 2012a) e não atingindo o objetivo de redução da dívida (IOCCA, 2012a).

Definitivamente, Monti não soube interpretar as reais necessidades da Itália: desenvolvimento e redistribuição. É por este motivo que a CGIL considerava necessário construir alternativas às políticas económicas adotadas até aquele momento e contribuir para a mudança através do seu próprio *Piano del Lavoro*.

### **Governo Letta**

Com a renúncia antecipada de Monti, a Itália entrou imediatamente em plena campanha eleitoral. Monti e Grillo se colocaram contra os sindicatos. O primeiro considerava que estes eram os obstáculos principais à ideia de tecnocracia política em que as escolhas iriam automaticamente na melhor direção se não fossem distorcidas pelos interesses das partes. O segundo, por sua vez, após ter pedido a eliminação das organizações sindicais, afirmou que, na verdade, estas já tinham sido esquecidas pela história (*Rassegna Sindacale* n.3, 2013).

Ao fazer um balanço dos últimos anos, Elena Lattuada, secretária confederal da CGIL, alegou que não foi realizada nenhuma intervenção significativa e nenhuma escolha estratégica para combater a crise. De fato, os governos Berlusconi e aquele de Monti intervieram no mercado de trabalho sem aprofundarem as causas da perda de competitividade (qualidade, preço, tecnologia) do sistema industrial (*Rassegna Sindacale* n.7, 2013a).

É neste contexto, em que a avaliação sobre os governos precedentes – incapazes de reconhecer a crise e de fazer escolhas a favor da recuperação, do desenvolvimento e do crescimento – era ruim, em uma campanha eleitoral com ataques ao sindicalismo e com a ausência da questão “trabalho” no debate político, que a CGIL colocou à disposição o seu próprio *Piano del Lavoro* ao Centro-Esquerda, que provavelmente teria a futura maioria parlamentar.

O resultado das eleições de fevereiro de 2013 e a impossibilidade da coalizão de Centro-Esquerda de formar um governo estável induziram o Presidente da República, Giorgio Napolitano, a indicar como única solução a formação de um governo de grande coalizão, liderado pelo Vice-secretário do PD, Enrico Letta, e composto principalmente por dois grandes partidos – o Partido Democrático e o Povo da Liberdade – e pela coalizão centrista liderada por Monti.

O Governo Letta não é o governo que a CGIL esperava e, considerando a composição da maioria parlamentar que o sustentava, a possibilidade de concretizar o *Piano del Lavoro* desapareceu. Este projeto abrangente é, de qualquer modo, merecedor de atenção pelo pensamento econômico que o inspirou, pela profundidade das propostas, pela contabilização dos recursos e pelo impacto previsto sobre a economia italiana.

Além disto, em 2013 ocorreram diversas mobilizações sindicais que estão resumidas no quadro 2, após o *Piano del Lavoro*.

### **2.3 *Piano del Lavoro* (2013)**

O *Piano del Lavoro* (Plano do Trabalho) foi apresentado publicamente na Conferência de Programa da CGIL de 25 e 26 de Janeiro de 2013 em Roma, após discussões e elaboração que envolveram estruturas da CGIL e estudiosos a nível nacional, regional e local, e que teve como interlocutores empresas, forças políticas, instituições, universidades, centros de pesquisa e associações de voluntariado (PIANO DEL LAVORO, 2013)

O Plano pelo Trabalho de 2013 nasce da convicção da CGIL de que não é possível iniciar uma nova fase de crescimento e desenvolvimento em um país imerso em uma crise econômica e social se não começar pelo trabalho e pela criação de emprego devidamente remunerado e com direitos.

Este Plano de Trabalho retira inspiração de um plano com o mesmo nome lançado em 1949-50 por Giuseppe Di Vittorio, secretário geral da CGIL (1944-1957), num país que havia acabado de sair de uma guerra devastadora. As semelhanças com o Plano de 1949-50 estão na necessidade de que o sindicalismo não se limite à defesa de quem (ainda) trabalha e que olhe, também, para os desempregados, os jovens e o futuro (CAMUSSO, 2013).

O contexto no qual foi proposto o presente Plano era, claramente, bem diferente: a crise global iniciada em 2008 conduziu, segundo a CGIL, a uma diminuição do crescimento a nível mundial, uma depressão a nível europeu e uma recessão na Itália.

As instituições europeias vincularam a ajuda aos países em dificuldade a políticas nacionais de austeridade segundo uma visão tipicamente neoliberal, que não foram capazes nem de conter a crise, e nem de produzir um novo crescimento. Segundo a CGIL, os cortes de despesas públicas para reduzir as dívidas soberanas e reequilibrar o orçamento agiram só no lado do rigor fiscal, na esperança de obter a confiança dos mercados (*Rassegna Sindacale* n.3, 2013), mas aumentaram o desemprego e as desigualdades, reduziram os salários e levaram a uma queda no nível da renda e da demanda.

Se a Europa sofre das insuficiências da demanda agregada e dos desequilíbrios macroeconômicos internos à União Econômica e Monetária (UEM) que se acumularam desde a adoção do Euro, segundo a CGIL as políticas de caráter neoliberal implementadas na Itália - como as medidas do lado da oferta e de competição com base na redução dos custos salariais - levaram a considerar irrelevante e residual a qualidade do trabalho, da produção e do valor agregado do sistema industrial italiano (PIANO DEL LAVORO 2013)

Esta visão, somada à falta de investimentos e à perda de produtividade, determinou um declínio da Itália que a CGIL denunciava desde a greve geral de 2003, tentando chamar a atenção principalmente do Governo, mas também dos Partidos, das outras Confederações Sindicais italianas e europeias e das organizações patronais e empresariais.

A inexistência de um espaço de definição da política econômica comum para toda Europa não permitiu nem regular as finanças privadas, nem compartilhar a dívida pública da Europa e, tampouco, escolher linhas macroeconômicas expansivas que favorecessem os investimentos.



A CGIL, pensando que os custos sociais e econômicos da saída da Itália da Zona do Euro seriam dramáticos, além do custo político de colocar fim à unidade europeia, relança com convicção a ideia dos Estados Unidos da Europa, com o objetivo de construir um novo equilíbrio que prevê a renúncia aos poderes nacionais, mas de forma diferente à situação atual, que mais parece uma tutela externa através das políticas monetárias (CAMUSSO, 2013).

Se a crise europeia é devida, na ótica da CGIL, a uma insuficiência da demanda, a Itália registra também insuficiências estruturais tanto do lado da demanda como da oferta, unificando assim a crise financeira a uma crise estrutural. As políticas de austeridade constringiram a redução dos investimentos públicos tanto nas atividades tradicionais, como construção civil e infraestrutura, como naquelas estratégicas, como ensino e pesquisa (PIANO DEL LAVORO, 2013).

Além disso, a CGIL considera que a financeirização da economia, junto com a tentativa de manter as posições adquiridas sem fazer investimentos, paralisaram a capacidade industrial italiana levando a pouca qualidade, conhecimento e inovação nos processos produtivos; pouca renda nacional para redistribuir e reinvestir, e a uma repartição injusta da riqueza.

Por este motivo a CGIL, com o Plano de Trabalho, tentou recolocar o trabalho e a demanda no centro da proposta política. Considerando que o Plano segue uma linha keynesiana – sustentada pela pretensão sindical e política de assegurar o trabalho e de manter juntos empregados e desempregados - e prevê um desenvolvimento impulsionado pela demanda, esta tarefa não é concretizada apenas pela despesa pública (SATERIALE, 2013). De fato, a demanda pública pode, segundo a CGIL, atrair e mobilizar recursos e investimentos privados e elevar o efeito multiplicativo sobre a renda.

O pensamento neoliberal dominante na Itália se baseou em uma aliança entre lucros e rendas fixas em detrimento do trabalho, do emprego e dos salários, que foi favorecida por intervenções legislativas que patrocinaram a precarização, a menor sindicalização e uma desregulação das relações laborais.

Tudo isso acentuou as diferenças e a segmentação do mercado de trabalho que, segundo a CGIL, se fragmentou ulteriormente em muitos segmentos separados e não comunicantes entre si: jovens e pessoas com mais de 50 anos, estáveis e precários, homens e mulheres, regulares e irregulares, escolarizados e não, públicos e privados, Norte e Centro contra o *Mezzogiorno*, etc. O resultado é que aumentou a espera para entrar no mercado de trabalho e ficou mais difícil o reingresso daqueles que saíram.

A falta de uma política industrial, o ataque contínuo às organizações sindicais e aos direitos trabalhistas, junto com as fraquezas estruturais do tecido produtivo italiano, tornou o trabalho mais inseguro, pior remunerado e menos regulado.

Neste contexto, a precariedade laboral tornou-se crônica. O trabalho com contrato de curta duração foi usado para substituir o trabalho estável, enquanto houve um aumento do trabalho “autônomo” que, na realidade, esconde relações de trabalho assalariado. Desta forma, foram desperdiçados recursos profissionais, geradas baixa produtividade e salários baixos, e freados os indispensáveis processos de inovação de produto, de processos e de organização.

Neste sistema produtivo, cuja fraqueza está no escasso investimento, na dimensão reduzida das empresas e baixa aposta em inovação e pesquisa, os lucros se deslocaram para os rendimentos financeiros e imobiliários, o trabalho se empobreceu e se precarizou, e, ainda, prevaleceu a ideologia que quer a redução da intervenção pública e que vê o Estado social como um custo. Desta forma, a intervenção na economia, junto com a austeridade, que dificulta qualquer ideia de crescimento econômico, comprometeu a renda disponível, reduziu o consumo, levou à crise muitas empresas que produzem para o mercado interno e, consequentemente, reduziu o emprego. De fato, a CGIL está convencida da importância da demanda interna, considerando que não é suficiente olhar para as exportações, pois esta é uma receita que se baseia exclusivamente na espontaneidade dos mercados.

### **Objetivos**

O Plano de Trabalho, que tem como objetivo o desenvolvimento e o pleno emprego, está no centro de uma grande batalha cultural e quer ser, também, um grande projeto político que recupere o significado do pensamento econômico e da economia pública (SANNA, 2013).

O Plano de Trabalho, partindo da insuficiência do sistema produtivo atual em gerar os empregos necessários para o país, coloca no centro da proposta o patrimônio histórico, artístico e cultural da Itália e valoriza o valor da educação, formação e da qualidade de trabalho que as políticas neoliberais desvalorizaram.

O objetivo primário da CGIL é o desenvolvimento e a criação de novos empregos ligados à atividade de reabilitação ambiental, colocada a favor da segurança do território e da valorização dos bens culturais; ao desenvolvimento de inovações tecnológicas na tutela de bens artísticos, à reforma e renovação da administração pública, à economia do conhecimento e à inovação e sustentabilidade na construção civil, energia e transportes.

Outro objetivo do Plano de Trabalho é a defesa e a requalificação do trabalho nos setores mais tradicionais - agricultura, indústria e setor terciário -, através da reorganização e da criação de demanda pública, do suporte à pesquisa pública e do incentivo àquela privada, da qualificação dos investimentos e de uma política de facilitação de crédito.

A ideia da CGIL é um plano extraordinário de criação direta de trabalho em setores públicos que não são expostos à concorrência internacional, como a reabilitação ambiental do território através de modalidades inovadoras; um concurso para contratação de jovens na Administração Pública; o apoio para a contratação - com contrato e sem termo - de jovens e mulheres; e produção de bens e serviços coletivos e públicos.

O patrimônio italiano - artístico, arquitetônico, paisagístico, cultural, histórico, etc – não é empregado como deveria e se trata de bens e profissões que tendem a desaparecer. Por isso, na visão da CGIL, a venda de tais patrimônios gera receitas temporárias e de baixo valor agregado, enquanto o investimento público e privado sobre estes bens geram empregos.

De fato, a CGIL acredita que, em uma Itália caracterizada por desigualdades profundas - concentradas principalmente no *Mezzogiorno*, nos jovens, nas mulheres, nos homens acima de 50 anos -, estas disparidades podem ser reduzidas aumentando a inclusão social, solidariedade intergeracional e unidade territorial através da geração de emprego e distribuição de renda.

Sob esta visão, portanto, a intervenção pública se torna essencial para a construção de um novo modelo de desenvolvimento que possa deter o declínio, contrariar a desindustrialização em curso e reorganizar a intervenção pública através de uma política industrial, de construção de demanda pública, de novas infraestruturas e processos de inovação.

Para alcançar o objetivo fundamental, que é o pleno emprego, a CGIL acha que são indispensáveis reformas estruturais na educação (começando pelo aumento do ensino escolar obrigatório até os 18 anos, contraposição ao abandono escolar, pela aprendizagem ao longo da vida, políticas para aumentar os inscritos nas universidades e os graduados) na legislação (como, por exemplo, reforçar a legislação contra a corrupção, contra a Máfia nas licitações, fazer um plano de combate à evasão fiscal, desencorajar trabalho irregular e valorizar os bens confiscados das organizações mafiosas para criar empregos juvenis) e nos incentivos fiscais para facilitar a contratação de jovens e de mulheres nas regiões mais desfavorecidas, reabsorver o desemprego de longa duração, regularizar os trabalhadores imigrantes, incentivar os setores vinculados à economia verde e azul e, por fim, fazer uma reforma das políticas

ativas de trabalho e repensar o sistema de proteção social universal para garantir a continuidade de renda entre um trabalho e outro.

Em conclusão, o Plano de Trabalho da CGIL é uma proposta abrangente e compreensiva que não é apenas uma plataforma reivindicativa da central, mas que também está aberto às várias contribuições de estudiosos. Além disto, ele é importante para o país, pois procura contribuir para encerrar um longo período de transição de políticas neoliberais e de negação da crise italiana, que é parte da crise mundial e que aumentou o mal estar e a tensão social porque, junto com um desemprego crescente, houve também uma diminuição da renda (CAMUSSO, 2013).

### **Sustentabilidade**

A CGIL alega, portanto, que é necessária uma política econômica expansiva e que tenha como objetivo o crescimento baseado na criação de empregos, que supere a lógica de desvalorização competitiva sobre os custos de produção e de trabalho (SANNA, 2013). As diretrizes desta mudança no rumo da política econômica, envolvendo políticas fiscais, industriais, ambientais e sociais, são a inovação e os bens comuns, e se baseia em três linhas de intervenção:

1. Os “Projetos prioritários”, que são elaborados e compartilhados entre as Instituições e os parceiros sociais e são baseados em novos investimentos e em uma nova regulação, com o objetivo de implementar uma política de ativação, multiplicação e aceleração da demanda através da requalificação da oferta por inovação e trabalho (SANNA, 2013).
2. Um “Plano de criação direta de emprego”, baseado em uma forte injeção de recursos públicos nos setores da economia com alto conteúdo de conhecimento, não expostos à concorrência internacional e não desenvolvidos pelo mercado, para que se aumente o crescimento e o emprego e se produzam novos bens e serviços públicos, “bens comuns” e novos multiplicadores de crescimento (SANNA, 2013).
3. Um Plano para um “Novo Estado social”, com o objetivo de estender, alargar e inovar o Estado Social, partindo das prioridades não universais – pobreza, falta de autossuficiência e infância – para chegar a uma reforma das políticas de trabalho, do sistema da previdência e proteção social (SANNA, 2013).

Para realizar o Plano de Trabalho, os recursos deveriam ser dedicados principalmente a:

- Projetos operativos e prioritários (4-10 bilhões de euros);
- Plano extraordinário de criação direta de trabalho (15-20 bilhões de euros);
- Iniciativas de apoio ao emprego, reforma do mercado de trabalho e amortecedores sociais (5-10 bilhões de euros);
- Plano para um “Novo Estado Social” (10-15 bilhões de euros);
- Restituição fiscal (15-20 bilhões de euros).

Segundo a CGIL, os recursos totais, que são aproximadamente de 50-60 bilhões de euros em três anos, podem ser recuperados principalmente através de: 1) Reforma do sistema fiscal, aumentando a progressividade para que se possa recuperar a evasão fiscal e alargar a base da matéria coletável (*base imponibile*): 40 bilhões de euros anuais; 2) Redução dos custos da política e dos desperdícios e redistribuição das despesas públicas, que podem produzir pelo menos 20 bilhões de euros em economia estrutural; 3) Reorganização de auxílios e transferências para empresas, para recuperar pelo menos 10 bilhões de euros; 4) Utilização de uma parte dos recursos das fundações bancárias, dos fundos europeus e das aposentadorias; não contagem dos investimentos para efeitos de contabilização do déficit de acordo com o Pacto de Estabilidade e Crescimento; consolidação da missão da *Cassa Depositi e Prestiti*, para atrair capitais de projetos de desenvolvimento e infraestrutura.

### **Impacto**

A partir dos recursos recuperados pelas reformas contidas no Plano de Trabalho proposto pela CGIL, foi realizada uma simulação econométrica pelo Centro Europa de Pesquisas (*Centro Europa Ricerche*, CER), que calculou os efeitos indiretos e diretos da nova política econômica no curto prazo sobre a demanda agregada e no longo prazo sobre o nível de crescimento potencial (SANNA, 2013).

Com relação ao cenário de base, a ativação do Plano de Trabalho, ou seja, de 50-60 bilhões de euros, poderia gerar um novo crescimento cumulativo do PIB de 3,1 pontos anuais, 2,9 pontos anuais de empregos novos, a partir de novos investimentos (+10,3%), além de um aumento da renda disponível (+3,4%) e do consumo das famílias (+2,2 %), junto com um aumento adicional das exportações (+1,8), reduzindo a taxa de desemprego em 2015 aos níveis pré-crise (7 %), conforme tabela abaixo. (PIANO DEL LAVORO 2013).

Tabela 13. O cenário econômico e social do *Piano del Lavoro*

	Scenario Base			Impatto Piano del lavoro		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
<b>Prodotto Interno Lordo</b>	-0,5	0,7	1	2,2	0,8	0,1
<b>Importazioni</b>	1,7	4,5	4,8	6,4	0,2	1,3
<b>Consumi famiglie</b>	-1	0,6	0,5	1,4	0,3	0,5
<b>Investimenti fissi lordi</b>	-1,5	1,4	2,8	6,7	2,5	1,1
<b>Esportazioni</b>	3,2	4	4,6	1,4	0,4	0
<b>Inflazione</b>	2,4	2,1	2,2	-0,3	-0,3	-0,3
<b>QLP settore privato</b>	1,8	1,3	1,7	-2	-0,2	0,3
<b>Ocupazione</b>	-0,4	0,5	1	1,9	0,6	0,4
<b>Tasso di disoccupazione</b>	11,3	10,8	9,7	9,6	8,5	7
<b>Reddito disponibile reale</b>	-0,8	-0,2	0,3	2,4	0,3	0,7
<b>Debito pubblico (%del PIL)</b>	127,3	125,5	122,8	126,7	125,9	124,8

Fonte: Piano del Lavoro, CGIL (2013)

Além disto tudo, as simulações econométricas do CER esclarecem como o impacto do plano de trabalho é um forte impulso às políticas anticíclicas e, através das análises das sete diferentes modalidades de intervenção pública para o triênio 2013-2015 – quatro cenários que preveem redução das taxas, impostos e contribuições e três que simulam uma injeção de investimentos públicos, novo emprego público e maior eficiência da Administração Pública – evidencia-se que apenas as intervenções públicas diretas poderiam reduzir a dívida, além de melhorar o crescimento do PIB (PIANO DEL LAVORO, 2013).

Estas elaborações econométricas oferecem, portanto, a possibilidade de reabrir o espaço de um debate político, econômico e cultural dominado por convicções acadêmicas ortodoxas. Segundo Leonello Tronti, acompanhar o Plano de Trabalho destas simulações econométricas sobre o seu impacto constitui um motivo de grande reconhecimento. Além disto, isto se relaciona idealmente com o projeto do economista Ezio Tarantelli, morto pelas Brigadas Vermelhas em 1985, de dotar o sindicato confederal dos instrumentos técnicos necessários para avaliar os impactos dos ajustes econômicos do governo e discuti-los, corrigi-los e propor alternativas através de um diálogo em pé de igualdade (TRONTI, 2013).

Estas simulações, portanto, permitem analisar o impacto macroeconômico de soluções alternativas, através de uma abordagem inovativa que oferecem mais perspectivas e indicam soluções mais apropriadas, não apenas no objetivo de novo crescimento e emprego, mas também na redução da dívida pública que as políticas de austeridade, inspiradas pela lógica neoliberal, não conseguiram resolver (SANNA, 2013).

Quadro 2. Resumo das ações da CGIL (2004-2013)

Secretário Geral	Governo	Ações da CGIL	Pauta	Participação
<b>Guglielmo Epifani</b>  12/09/2002 03/11/2010	Berlusconi II	21/02/2003 <b>Greve Geral (4 horas)</b>	Contra o declínio da Itália.	CGIL
		26/03/2004 <b>Greve Geral (4 horas)</b>	Papel ativo do Governo para reforçar as grandes empresas e ajudar as médio-pequenas; Aumento do gasto nacional em pesquisa e desenvolvimento; Maior investimento em formação e amortecedores sociais; Política de renda visando crescimento, desenvolvimento e trabalho de qualidade; Política fiscal igualitária e redistributiva, na qual o Governo controla as dinâmicas de preços e de tarifas; Fornecimento de um quadro de negociação para proteger e aumentar a renda do trabalho assalariado; Reavaliação da renda de aposentadoria; Políticas sociais que garantam direitos de cidadania para crescimento duradouro e sustentável do sistema econômico.	CGIL, CISL, UIL
		30/11/2004 <b>Greve Geral (4 horas)</b>	Contra o Planejamento Orçamentário e políticas econômicas do Governo Berlusconi II.	CGIL, CISL, UIL
		19-20/01/2005 <b>Mobilização em Roma</b>	Chamar a atenção para a questão do <i>Mezzogiorno</i> .	CGIL, CISL, UIL e participantes externos (economistas, estudiosos, representantes de instituições locais, empresas)
	Berlusconi III	25/11/2005 <b>Greve Geral</b>	Contra o Planejamento Orçamentário e políticas econômicas do Governo Berlusconi II.	CGIL, CISL, UIL
		17/12/2005 <b>Manifestação “Estados Gerais do</b>	Chamar a atenção para a questão do <i>Mezzogiorno</i> .	CGIL, CISL, UIL, CONFINDUSTRIA e

		<b>Mezzogiorno” em Reggio Calabria</b>		Regiões meridionais
		1-4/03/2006 <b>XV Congresso da CGIL</b>	Apresentação de um documento único sobre democracia e políticas de negociação; Reprojetar o país através da relação entre Governo e parceiros sociais; Novo modelo de desenvolvimento; Novas políticas econômicas e de renda; Manter recuperação econômica e desenvolvimento juntos, e não separados; Recolocar sob controle as finanças públicas.	CGIL
	Prodi II	24/11/2007 <b>Lançamento da Plataforma de Milão</b>	Plataforma para nova política de renda; Relação entre salários e o fisco; Controle dos preços sobre as tarifas.	CGIL, CISL, UIL
	Berlusconi IV	27/09/2008 <b>Manifestação nas praças da Itália toda</b>	Contra as políticas econômicas e sociais de caráter depressivo (cortes de gasto e de investimentos, redução dos direitos, penalização das rendas de trabalho e de aposentadoria); Para o aumento da compensação salarial, do desemprego e da crise empresarial.	CGIL
		05/11/2008 <b>Conferência dos Quadros e dos Delegados</b>	Plataforma sobre emprego, salário e investimentos; Política antidepressiva com prioridade ao emprego, suporte às rendas de trabalho e aposentadoria e aos investimentos de qualidade.	CGIL
		12/12/2008 <b>Greve Geral</b>	Contra a subestimação do Governo em relação à gravidade da crise econômica; Contra ajuste anticrise do Governo, que deu prioridade aos bancos e às empresas e excluiu os trabalhadores; A favor de uma mesa de negociação do Governo com os sindicatos; Convite à CISL e a UIL para formar unidade sindical.	CGIL
		22/01/2009 <b>Referendo sobre o acordo da negociação</b>	Contra o acordo entre Governo, CONFINDUSTRIA, CISL e UIL que revê as regras de negociação que reduzem o nível salarial, a função da negociação nacional e não garante recuperação do poder aquisitivo.	CGIL
		04/04/2009 <b>Mobilização no Circo Massimo (Roma)</b>	Defesa de um Estado social que inclua todas as classes excluídas; Políticas anticíclicas (suporte aos investimentos, inovações, produção);	CGIL



			Atualização das faixas de correção do imposto de renda; Aumento das aposentadorias; Taxação das rendas acima de 150 mil euros.	
		14/11/2009 <b>Manifestação Nacional em Roma</b>	Reforma do sistema de amortecedores sociais; Construção uma nova política industrial; Repensamento das intervenções fiscais; Palavras de ordem: “Para olhar para o futuro é preciso sair da crise. Não às demissões. Defender as fábricas”.	CGIL
		28/11/2009 <b>Manifestações regionais em cidades do Sul</b>	Chamar a atenção para a questão do <i>Mezzogiorno</i> ; Mudança radical nas políticas econômicas e sociais desta área do país.	CGIL (delegações - Sul e Centro-Norte)
		12/03/2010 <b>Greve Geral</b>	Medidas fiscais urgentes; Defesa dos imigrantes; Medidas de suporte aos desempregados, àqueles em compensação salarial, aos precários e àqueles que não usufruíam dos amortecedores sociais.	CGIL
		5-8/05/2010 <b>XVI Congresso da CGIL</b>	Renovação do diálogo com o Governo; Propor aos empreendedores a criação de uma frente comum para relançar o desenvolvimento e o emprego; Propor à CISL e à UIL a renovação de uma plataforma unitária.	CGIL
		<b>Manifestação Nacional</b>	Contra o ajuste fiscal que congelava os salários por 3 anos e cortava gastos sociais; A favor de políticas econômicas alternativas para combater a crise.	CGIL
		25/06/2010 e 02/07/2010 <b>Greve Geral</b>	Medidas de suporte ao emprego, ao crescimento e ao desenvolvimento.	CGIL
		29/09/2010 <b>Mobilização da CES</b>	Medidas eficazes contra a crise; Relançar crescimento e desenvolvimento; Contra as políticas recessivas dos governos; Defender a política social, duramente comprometida pela austeridade.	CGIL, CES (Confederação Europeia dos Sindicatos)
		27/11/2010 <b>Manifestação</b>	Combate à austeridade; Recolocar trabalho no centro da discussão.	CGIL
		06/05/2011	Pedir ao Executivo para tirar da crise	CGIL

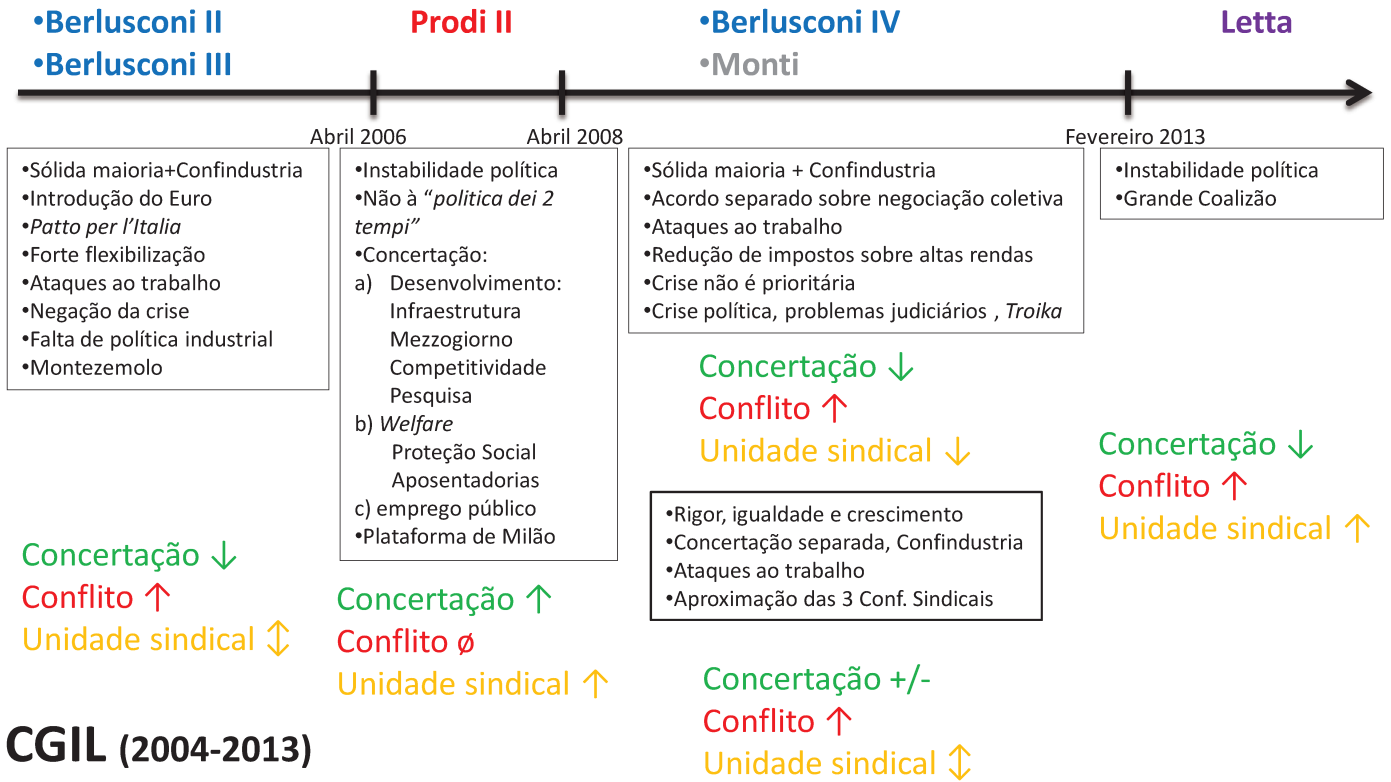
<b>Susanna Camusso</b>  03/11/2010 em curso		<b>Greve Geral</b>	cerca de 5000 empresas em compensação salarial; Intervenção extraordinária para favorecer os processos de reconversão industrial, dando suporte e incentivando as inovações; Implementação de políticas fiscais e de créditos adequadas; Criação de um sistema público e universal de amortecedores sociais; Criação de um seguro-desemprego correspondente a 80% do salário por 2 anos.	
		06/09/2011 <b>Greve Geral em Cento Piazza d'Italia</b>	Contra o ajuste do Governo; Reivindicar novo Governo; Mudança na política econômica do Ministro da Fazenda, Giulio Tremonti.	CGIL
	Monti	03/12/2011 <b>Assembleia em Roma</b>	Emprego (especialmente jovens e mulheres); Luta contra a precariedade; Reforma dos amortecedores sociais; Crise das empresas italianas.	CGIL
		12/12/2011 <b>Greve Geral (4 horas)</b>	Contra o ajuste econômico do Governo Monti, que não introduziu nenhum imposto sobre os grandes patrimônios e afeta as rendas média-baixas, empobrecendo trabalhadores e aposentados.	CGIL
		24/12/2011 <b>Manifestação</b>	Contra o ajuste econômico do Governo Monti, que não introduziu nenhum imposto sobre os grandes patrimônios e afeta as rendas média-baixas, empobrecendo trabalhadores e aposentados.	CGIL, CISL, UIL
		10/05/2012 <b>Manifestação</b>	Contra as medidas do Governo Monti, que cortava gastos sociais, diminuía direitos, não reduzia desperdícios da administração pública e não taxava grandes patrimônios.	CGIL (Jovens e precários)
		16/06/2012 <b>Manifestação Nacional</b>	Contra as medidas do Governo Monti, que cortavam gastos sociais, diminuía direitos, não reduzia desperdícios da administração pública e não taxava grandes patrimônios. Tema “Trabalho e fisco”.	CGIL, CISL, UIL
		20/10/2012 <b>Manifestação Nacional</b>	Palavra de ordem “antes de tudo o trabalho!”; Reunificar lutas sindicais, abrir diálogo e propor ação comum entre todos os sujeitos afetados pela crise.	CGIL
		14/11/2012	Pacto social para a Europa; Diálogo	CGIL, CES

		<b>Greve Geral (4 horas)</b>	social; Políticas de estímulo ao emprego; Contra o ajuste do Governo; Contra o aumento do imposto sobre o valor agregado (IVA).	
	Letta	<b>Piano del Lavoro</b>	Projeto prioritários; Plano de criação direta de emprego; Plano para um novo Estado Social.	CGIL
		16/04/2013 <b>Manifestação em Roma</b>	Refinanciamento dos amortecedores sociais.	CGIL, CISL, UIL
		30/04/2013 <b>Reunião Unitária</b>	Plataforma sobre a representação sindical.	CGIL, CISL, UIL
		31/05/2013 <b>Protocolo sobre a Representação</b>	Representação sindical.	CGIL
		22/06/2013 <b>Manifestação em Roma</b>	Contra as políticas laborais, fiscais e industriais do Governo; Contra o aumento do IVA; A favor de medidas eficazes que criem emprego.	CGIL, CISL, UIL
		09/07/2013 <b>Fórum CGIL sobre Economia</b>	Tema “Europa e Itália na crise”.	CGIL
		15/11/2013 <b>Greve Geral (4 horas)</b>	Diminuir impostos dos trabalhadores, aposentados e empresas que criam emprego com direitos; Refinanciar amortecedores sociais; Cortar gastos públicos e com a política; Requalificar serviços; Criar impostos sobre grandes patrimônios e riquezas.	CGIL, CISL, UIL
		14/12/2013 <b>Mobilizações Regionais</b>	Modificar o Planejamento Orçamentário; Políticas regionais.	CGIL, CISL, UIL

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3. Esquema da relação entre os Governos e a CGIL (2004-2013)

## Governos (2004-2013)



## CGIL (2004-2013)



Fonte: Elaboração própria.



## CONCLUSÕES

A presente dissertação buscou apresentar as posições, as propostas e as ações da CGIL, a principal confederação sindical italiana, sobre o crescente problema do desemprego e da precariedade do mercado de trabalho, que se agravou fortemente após a crise de 2008.

O contexto no qual essas manifestações foram desenvolvidas é caracterizado por acentuadas transformações sociais e econômicas na Itália. Agravadas por um desempenho econômico pior do que a média dos países da Zona do Euro e da União Europeia.

As políticas neoliberais implementadas nesta área - e cujas linhas características são a flexibilização das relações de trabalho, o desmantelamento do *Welfare State*, a obsessão no controle da inflação, a redução dos serviços públicos e o rigor fiscal – foram moduladas de formas diferentes em cada Estado Membro. De fato, o impacto dessas medidas econômicas, sociais e políticas no período após a crise de 2008 acentuaram as desigualdades entre os países europeus, sobretudo naqueles que compartilham a moeda única, e também aprofundaram as diferenciações sociais e territoriais dentro dos países, tal como pode ser observado no caso italiano. Por exemplo, existem estudos que indicam uma “*mezzogiornificazione*” de áreas em diferentes países.

A Itália já vinha de um período de redução do peso do setor público, mudanças no sistema de proteção social e flexibilização das relações de trabalho. Desta forma, isso gerou um aumento das formas de emprego atípicas e precárias, uma forte insegurança no mercado de trabalho e o crescimento do desemprego, colocando, assim, o movimento sindical na defensiva.

No período pré-crise, alguns indicadores relativos à Itália mostraram-se positivos com a queda do desemprego e aumento dos ocupados, em um contexto em que a economia cresceu pouco apesar do *boom* do comércio internacional. A crise internacional de 2008 atingiu a Itália fortemente, colocando a Itália em forte recessão e piora dos indicadores do mercado de trabalho e sociais. Por exemplo, o desemprego dobrou entre 2007 e 2013. Além dos problemas internacionais, as questões sociais e econômicas foram agravadas por problemas internos, inclusive pela crise política, que não conseguiu articular uma saída naquele contexto. Em 2011, o país estava a beira de uma falência. A partir de então, os ‘governos técnicos’ simplesmente administraram a situação sem engendrar um processo de retomada do crescimento.

A CGIL chamou a atenção sobre a desindustrialização italiana já em 2003, mas o seu diagnóstico nunca foi considerado. Ela ocorre com o deslocamento de empresas para áreas

com baixos custos de produção. Ao mesmo tempo, a política olha o problema como sendo meramente de custos, o que implica em reduzir direitos e proteção social. A CGIL, nas suas análises sobre as políticas econômicas adotadas pelos governos que se sucederam entre 2004 e 2013, mostra o que as estatísticas oficiais não conseguem captar: o sofrimento e mal estar da população ativa, que aumentou com a piora da renda e as formas de inserção das pessoas ficaram cada vez mais instáveis e inseguras.

Nos dez anos considerados, a CGIL lançou propostas que tinham no cerne a valorização do trabalho, do emprego e da renda através de um crescimento econômico fundado no fortalecimento da demanda interna, dos investimentos públicos e com um fisco mais equitativo. Propostas que não foram levadas em consideração e, pelo contrário, as maiorias das políticas implementadas pelos governos italianos foram caracterizadas por uma retirada de direitos trabalhistas e por contínuos ataques ao Estado Social.

Neste contexto, pode-se encontrar traços comuns e característicos da análise da CGIL extremamente críticos a praticamente todas as políticas econômicas adotadas e contras as quais não hesitou a promover várias mobilizações quando não havia a possibilidade de dialogar com o governo.

As críticas da CGIL não ficaram somente na política econômica, mas também se concentraram nas proposições dos governos de mexer nas questões sociais e trabalhistas. Esta contraposição aos governos poucos (ou nada) disponíveis a um diálogo com os parceiros sociais se reduziu durante o governo Prodi II, que ensaiou uma aproximação.

De fato, nestes dez anos, houve um breve período no qual o conflito não foi necessário porque o governo de Prodi se demonstrou disponível a retomar a concertação sobre as questões que a CGIL vinha levantando há tempos. A central ficou em um compasso de espera no governo, utilizando o espaço aberto das negociações para mudar a política econômica, melhorar o sistema de proteção social e ampliar os direitos dos trabalhadores.

No plano das ações sindicais, a CGIL consegue realizar muitas mobilizações e ações coletivas e, inclusive, percebe a necessidade de se articular com outros movimentos e grupos sociais na tentativa de agrupar as várias lutas e ampliar a frente social. A CGIL nem sempre consegue articular-se com as outras duas centrais sindicais (CISL e a UIL), porque elas são menos críticas e menos disponíveis a recorrer à mobilização para enfrentar o governo.

De fato, com um cenário de desempenho econômico negativo, com o aumento do desemprego e uma forte crise política interna, a CGIL foi a única central a se mobilizar e a continuar a propor uma política econômica que olhasse para a demanda e a defesa de um

Estado com maior protagonismo na articulação de um projeto de desenvolvimento, com o trabalho no cerne de sua elaboração.

Ao longo dos dez anos a CGIL é uma confederação sindical que apresenta proposições em diferentes temáticas e que as converge em um proposta global, denominada de *Piano del Lavoro*, elaborada juntos com intelectuais, estudiosos e lideranças dos movimentos sociais. O Plano de Trabalho, elaborado em uma ótica keynesiana, é uma proposição alternativa na definição de um outro modelo de desenvolvimento do país. As propostas apresentadas nele envolvem questões de mercado de trabalho, do fisco e do *Welfare*, reestabelecendo uma intervenção estatal, trazendo como foco a carência de demanda agregada e tendo como objetivo o pleno emprego.

A CGIL, apesar de todas as formulações e ações, não consegue influenciar na definição da política econômica e sua proposição de pensar estrategicamente o desenvolvimento da Itália não encontra ressonância nas autoridades públicas que têm a prerrogativa de definir os rumos do País. Portanto, pode-se afirmar que a hipótese se mostra coerente com que ocorreu com as ações e proposições da CGIL.

É preciso considerar que a margem de manobra da CGIL foi muito estreita em um contexto tão adverso ao trabalho e a qualquer projeto alternativo nacional, dadas as características do capitalismo contemporâneo (financeirização, liberalização, internacionalização e reorganização da produção de bens e serviços e redefinição do papel do Estado) e as limitações impostas pela adesão da Itália à Zona do Euro e à União Europeia – respectivamente sob hegemonia do BCE e da Alemanha - que privilegiam a solvência do sistema financeiro e os mecanismos de mercado na regulação da economia em detrimento das questões nacionais, regionais e sociais, ou seja, das pessoas.





## REFERÊNCIAS

- ACCORNERO, A. (1992) *La parabola del sindacato: ascesa e declino di una cultura*, Il Mulino.
- ALTIERI, G. (2009) *Un mercato del lavoro atipico*, EDIESSE.
- ALTIERI, G.; FERRUCCI, G. (2009) “Dalla disoccupazione al lavoro flessibile: l’evoluzione del mercato del lavoro italiano” in *Un mercato del lavoro atipico*, EDIESSE.
- ALTIERI, G. (2010) “L’esercito dei nuovi disoccupati”. *Rassegna Sindacale*, Suplemento *Economia* 8/2010, p. 17.
- ANDRUCCIOLI, P. (2008) “Precari e sociale”. *Rassegna Sindacale* n. 30, p. 1-2.
- ANDRUCCIOLI, P. (2008a) “La Finanziaria prodigio del ministro Joker”. *Rassegna Sindacale* n. 31, p. 1-2.
- ANDRUCCIOLI, P. (2009) “Il dramma del lavoro a rischio”. *Rassegna Sindacale* n. 42, p. 1-3.
- ANDRUCCIOLI, P. (2009a) “I temi caldi della mobilitazione”. *Rassegna Sindacale* n. 10, p. 7-8.
- ANDRUCCIOLI, P. (2009b) “1.768 milioni per arrestare la valanga”. *Rassegna Sindacale* n. 11, p. 1-2.
- ANDRUCCIOLI, P. (2009c) “Contro le disuguaglianze”. *Rassegna Sindacale* n. 19, p. 1,4-5.
- ANDRUCCIOLI, P. (2009d) “Un autunno drammatico”. *Rassegna Sindacale* n. 32, p. 1-2.
- ANDRUCCIOLI, P. (2010) “Le tre ragioni”. *Rassegna Sindacale* n. 09, p. 1-4.
- ANDRUCCIOLI, P. (2010b) “Se il lavoro diventa intermittente”. *Rassegna Sindacale* n. 04, p. 4-5.
- ANDRUCCIOLI, P. (2010a) “Sindrome greca”. *Rassegna Sindacale* n. 21, p. 1-2.
- ANDRUCCIOLI, P. (2010c) “Ora la protesta”. *Rassegna Sindacale* n. 22, p. 1.
- ANDRUCCIOLI, P. (2010d) “Giovani bruciati”. *Rassegna Sindacale* n. 30, p. 1-2.
- ANDRUCCIOLI, P. (2010e) “Un paese a forte rischio”. *Rassegna Sindacale* n. 45, p. 1-3.
- ANDRUCCIOLI, P. (2011) “La CGIL per un futuro diverso”. *Rassegna Sindacale* n. 08, p. 1-2.
- ANDRUCCIOLI, P. (2011a) “Basta con i tagli lineari”. *Rassegna Sindacale* n. 21, p. 1-2.
- ANDRUCCIOLI, P. (2011b) “La sfida vera dell’innovazione”. *Rassegna Sindacale* n. 23, p. 1.
- ANDRUCCIOLI, P. (2011c) “Cambiare, subito”. *Rassegna Sindacale* n. 27, p. 1-2.
- ARTONI, R. (2005), Entrevista com Roberto Artoni. *Rassegna Sindacale*, nº 44, p. 5.

- BACCARO L.; PULIGNANO V. (2009), "Employment relations in Italy" in *International and Comparative Employment Relations*, London: Sage.
- BELLUZZO, L. G. M. (2013), *O capital e suas metamorfoses*, Editora UNESP.
- BERNACIAK M.; GUMBELL-McCORMIC R.; HYMAN R. (2015). *El sindicalismo europeo: ¿de la crisis a la renovación?*, Cuadernos n. 40, Fundacion 1º de Mayo, Madrid.
- BINELLO, D. (2011) "Se fallisce il rigorismo di Tremonti". *Rassegna Sindacale* n. 20, p. 6.
- CAMMELLI, A. (2007) *Rassegna Sindacale* n. 12, p. 9.
- CAMUSSO, S. (2010) "Ingiusta e immorale". *Rassegna Sindacale* n. 22, p. 1-2.
- CAMUSSO, S. (2013) "Relazione introduttiva alla Conferenza di Programma del 25-26 gennaio". *Rassegna Sindacale* n. 4, p. 1,10-12.
- CANTONE, C. (2004), "Un confronto vero sulle vere priorità del paese". *Rassegna Sindacale*, n° 29, p. 1-2.
- CANTONE, C. (2004a), "Montezemolo: un buon inizio. Adesso la prova dei fatti". *Rassegna Sindacale*, n° 22, p. 1 e 3.
- CANTONE, C. (2004b), "Oltre duecentomila i posti di lavoro a rischio". *Rassegna Sindacale*, n° 09, p. 1-2.
- CANTONE, C. (2004c), "Un'occasione da non perdere". *Rassegna Sindacale*, n° 02, p. 9.
- CARRA, A. (2005), "Ma quale ripresa...". *Rassegna Sindacale*, n° 36, p. 3.
- CARRA, A. (2005a), "Quattro colpi al governo". *Rassegna Sindacale*, n° 8, p. 3.
- CARRA, A. (2006) "Le verità nascoste". *Rassegna Sindacale* n. 01, p. 3.
- CARRA, A. (2006a) "Ma è vera ripresa". *Rassegna Sindacale* n. 22, p. 3.
- CARRA, A. (2006b) "Una ripresa altalenante". *Rassegna Sindacale* n. 26, p. 3.
- CARRA, A. (2006c) "Ripresa sì, crescita forse". *Rassegna Sindacale* n. 30, p. 3.
- CARRA, A. (2006d) "Questa ripresa fragile". *Rassegna Sindacale* n. 32, p. 3.
- CARRA, A. (2006e) "Economia su e giù". *Rassegna Sindacale* n. 36, p. 3.
- CARRA, A. (2006f) "L'Europa sorpassa gli USA?". *Rassegna Sindacale* n. 46, p. 3.
- CARRA, A. (2007) "Effetto domanda estera". *Rassegna Sindacale* n. 01, p. 3.
- CARRA, A. (2007a) "L'industria tira la ripresa". *Rassegna Sindacale* n. 05, p. 3.
- CARRA, A. (2007b) "Il doppio sorpasso Europa e Cina sostituiscono gli Usa come 'locomotiva' ". *Rassegna Sindacale* n. 17, p. 3.
- CARRA, A. (2007c) "Continua la ripresina". *Rassegna Sindacale* n. 30, p. 3.
- CARRA, A. (2007d) "Aboliamo i disoccupati". *Rassegna Sindacale* n. 36, p. 3.
- CARRA, A. (2007e) "Più risorse ai redditi bassi". *Rassegna Sindacale* n. 27, p. 3.
- CARRA, A. (2008) "È ripresina. Forse". *Rassegna Sindacale* n. 01, p. 3.

- CARRA, A. (2008a) *Rassegna Sindacale* n. 13, p. 3.
- CARRA, A. (2008b) “L’Italia delle nicchie”. *Rassegna Sindacale* n. 18, p. 3.
- CARRA, A. (2008c) “Segnali di fumo”. *Rassegna Sindacale* n. 22, p. 3.
- CARRA, A. (2008d) “Ricette keynesiane”. *Rassegna Sindacale* n. 26, p. 3.
- CARRA, A. (2008e) “Piove sul bagnato”. *Rassegna Sindacale* n. 35, p. 13.
- CARRA, A. (2008f) “Grave emergenza”. *Rassegna Sindacale* n. 40, p. 3.
- CARRA, A. (2008g) “Rilanciare i consumi”. *Rassegna Sindacale* n. 45, p. 3.
- CARRA, A. (2009) “Ottimismo e cecità”. *Rassegna Sindacale*, Suplemento *Economia* 4/2009, p.8.
- CARRA, A. (2009a) “Di male in peggio”. *Rassegna Sindacale* n. 04.
- CARRA, A. (2009b) “Recessione - Il male “intermedio” dell’economia”. *Rassegna Sindacale*, Suplemento *Economia* 1/2009.
- CARRA, A. (2009c) “Più impulso ai consumi interni”. *Rassegna Sindacale*, Suplemento *Economia* 2/2009, p. 8.
- CARRA, A. (2009d) “Nel pieno della crisi”. *Rassegna Sindacale*, Suplemento *Economia* 5/2009, p. 8.
- CARRA, A. (2010) “Disoccupazione”. *Rassegna Sindacale*, Suplemento *Economia* 2/2010, p. 24.
- CARRA, A. (2010a) “Tra regolarizzati e scoraggiati”. *Rassegna Sindacale*, Suplemento *Economia* 9/2010, p. 24.
- CARRA, A. (2010b) “La ‘non occupazione’”. *Rassegna Sindacale*, Suplemento *Economia* 8/2010, p. 23.
- CARRA, A. (2012) “Non tutti i disoccupati rientrano nelle statistiche”. *Rassegna Sindacale* n. 43, p. 4-5.
- CARRA, A. (2012a) *Rassegna Sindacale* n. 03, p. 4-5.
- CARRA, A. (2012b) “Aspettando (invano) crescita e ripresa economica”. *Rassegna Sindacale* n. 15, p. 4-5.
- CENTORRINO, M. (2005), “I tre nodi del Mezzogiorno”. *Rassegna Sindacale*, n° 22, p. 13.
- CGIL (2006), “Riprogettare il Paese – Lavoro, Saperi, Diritti, Libertà”, documentos do XV Congresso CGIL Nazionale.
- CGIL (2010), “I diritti e il lavoro oltre la crisi”, documentos do XVI Congresso CGIL Nazionale.
- DEL FATTORE, S. (2004), “Un nuovo legale Sociale”. *Rassegna Sindacale*, n° 04, p. 8-9.

- DEL FATTORE, S. (2012) “Il welfare è un volano formidabile per lo Sviluppo”. *Rassegna Sindacale* n. 08, p. 2-3.
- DOTA, F. (2010) “Quel mercato del lavoro bloccato”. *Rassegna Sindacale*, Suplemento *Economia* 5/2010, p. 18.
- EPIFANI, G. (2004), “Senza una vera svolta, il paese è destinato a galleggiare”. *Rassegna Sindacale*, n° 01, p. 1-2.
- EPIFANI, G. (2004a), “Ora spetta a noi incalzare il governo”. *Rassegna Sindacale*, n° 15, p. 4.
- EPIFANI, G. (2004b), “La relazione di Epifani”. *Rassegna Sindacale*, n° 11, p. 7,8 e 10.
- EPIFANI, G. (2005), Intervenção no III Congresso dos Democratas de Esquerda (*Democratici di Sinistra*, DS). *Rassegna Sindacale*, n° 6, p. 6.
- FAMMONI, F. (2004), *Rassegna Sindacale*, n° 39, p. 2.
- FAMMONI, F. (2005), “Oltre la legge 30”. *Rassegna Sindacale*, n° 7, p. 1-2.
- FAMMONI, F. (2006) “La dura realtà dei fatti e delle cifre”. *Rassegna Sindacale* n. 11, p. 1-2.
- FAMMONI, F. (2008) “La furia demolitrice del governo”. *Rassegna Sindacale* n. 28, p. 1-2.
- FERRUCCI, G. (2012), “Gli effetti della crisi sul lavoro in Italia – settembre 2012”, *Osservatorio sul mercato del lavoro*, IRES-CGIL.
- GALANTINI, E. (2004), “Se il governo non risponde ancora”. *Rassegna Sindacale*, n° 04.
- GALANTINI, E. (2004a), “Cambia il ministro non la politica economica”. *Rassegna Sindacale*, n° 27, p. 1-2.
- GALANTINI, E. (2004b) *Rassegna Sindacale*, n° 37.
- GALANTINI, E. (2005), “Uno sciopero sacrosanto”. *Rassegna Sindacale*, n° 43.
- GALANTINI, E. (2006) “Sì al confronto e niente due tempi”. *Rassegna Sindacale* n. 23.
- GALANTINI, E. (2006a) “Concertazione vera politica equa”. *Rassegna Sindacale* n. 27, p. 1-2.
- GALANTINI, E. (2006b) “Sotto il segno dell’equità - La manovra piace ai sindacati ma non alle imprese”. *Rassegna Sindacale* n. 36, p. 1-2.
- GALANTINI, E. (2007) “Emergenza retribuzioni”. *Rassegna Sindacale* n. 43, p. 1-2.
- GALANTINI, E. (2007a) “La sfida che il paese ha di fronte”. *Rassegna Sindacale* n. 01, p. 1-2.
- GALANTINI, E. (2007b) “Le nostre priorità per lo sviluppo”. *Rassegna Sindacale* n. 06, p. 1-2.
- GALANTINI, E. (2007c) “La Cgil dice sì, ora la consultazione”. *Rassegna Sindacale* n. 29, p. 1-2.

- GALANTINI, E. (2008) “Da giugno primi sgravi a lavoratori e pensionati”. *Rassegna Sindacale* n. 02, p. 1-2.
- GALANTINI, E. (2008a) “Se l’Italia svolta a destra”. *Rassegna Sindacale* n. 15, p. 1-2.
- GALANTINI, E. (2008b) “Aspettiamo la prova dei fatti”. *Rassegna Sindacale* n. 16, p. 1-2.
- GALANTINI, E. (2009) “Contro la crisi si fa troppo poco”. *Rassegna Sindacale*, Suplemento *Economia* 1/2009.
- GALLINO, L. (2005), Intervenção “Il bel paese sul viale del tramonto”. *Rassegna Sindacale*, p. 4, 5 e 16.
- GENOVESI, A. (2005), “Nel 2004 si ferma la crescita di nuovi posti di lavoro iniziata nel 1998”. *Rassegna Sindacale*, n° 3, p. 8-9.
- GENOVESI, A. (2005a), “Siamo alla fine del ciclo positivo di crescita occupazionale iniziato nel 1996”. *Rassegna Sindacale*, n° 12, p. 10-11.
- GENOVESI, A. (2006a) “Donne e mercato del lavoro: ancora lontani da Lisbona”. *Rassegna Sindacale*
- GNETTI, C. (2006) “Povera Italia sempre più povera”. *Rassegna Sindacale* n. 6, p. 4-5.
- GNETTI, C. (2007) “Il nocciolo della democrazia”. *Rassegna Sindacale* n. 38, p. 1-3.
- GUZZONATO, M. (2007) “Trasformare la ripresa in sviluppo”. *Rassegna Sindacale* n. 22, p. 9.
- HYMAN, R. (2001). *Understanding European Trade Unionism between market, class and society*, London: Sage.
- IOCCA, G. (2012) “Le voci dell’Italia invisibile”. *Rassegna Sindacale* n. 36, p. 1-2.
- IOCCA, G. (2012a) “Tanto rigore, nessuna equità”. *Rassegna Sindacale* n. 46, p. 1.
- IRES-CGIL (2013). “Gli effetti della crisi sul lavoro in Italia – maggio 2013”, *Osservatorio sul mercato del lavoro*, IRES-CGIL.
- ISTAT (2014), “Rapporto Annuale 2014”, ISTAT.
- ISTAT (2011), “La disoccupazione tra passato e presente”, argomenti n. 41, ISTAT.
- IUCCI, S. (2006) “Quella scossa che serve al paese”. *Rassegna Sindacale* n. 20, p. 2.
- IUCCI, S. (2008) “Ora si sciopera”. *Rassegna Sindacale* n. 38, p. 1-2.
- IUCCI, S. (2009) “Ue, dramma occupazione”. *Rassegna Sindacale* n. 06, p. 1-2.
- KREIN, J. D. (2013), “A flexibilização das relações de trabalho na era neoliberal”, São Paulo, LTR.
- KREIN, J. D.; DIAS H.; FREGNANI COLOMBI A. P. (2015), “As centrais sindicais e a dinâmica do emprego nos governos do PT”, *Estudos avançados*, vol.29 no.85, São Paulo.
- KUSH (2012) *Rassegna Sindacale* n. 27, p. 3.

- KUSH (2012a) *Rassegna Sindacale* n. 44, p. 5.
- LAMONICA, V. (2009) “Il Sud contro la deriva”. *Rassegna Sindacale* n. 44, p. 1-2.
- LAPADULA, B. (2004) *La scossa. Un patto tra produttori per la ripresa*. Ediesse
- LAPADULA, B. (2005), “Per la politica economica del governo è Caporetto”. *Rassegna Sindacale*, n° 21, p. 2.
- LAPADULA, B. (2005a), “Produzione industriale, segnali di recessione”. *Rassegna Sindacale*, n° 7, p. 2.
- LAPADULA, B. (2005b), “Una crisi strutturale”. *Rassegna Sindacale*, n° 29, p. 5.
- LAPADULA, B. (2006) “La sfida dell’equità”. *Rassegna Sindacale* n. 12, p. 3.
- LAPADULA, B. (2007) “Foto di paese in ripresa ma con problemi”. *Rassegna Sindacale* n. 21, p. 3.
- LAPADULA, B. (2007a) “Manovra “leggera” con luci e ombre”. *Rassegna Sindacale* n. 36, p. 1-2.
- LAPADULA, B. (2008) “Crisi Economica – Mercati finanziari e trasparenza - Nuove regole per ridare fiducia”. *Rassegna Sindacale* n. 04, p. 1-3.
- LAPADULA, B. (2008a) *Rassegna Sindacale* n. 13, p. 1-2.
- LAPADULA, B. (2008b) “Le spine di Tremonti”. *Rassegna Sindacale* n. 16, p. 3.
- LAPADULA, B. (2008c) “Il grande crollo”. *Rassegna Sindacale* n. 37, p. 2.
- LAPADULA, B. (2008d) “La recessione”. *Rassegna Sindacale* n. 47, p. 1-2.
- LAPADULA, B. (2009) “Per uscire dalla crisi occorrono più politiche pubbliche”. *Rassegna Sindacale*, Suplemento *Economia* 5/2009, p. 2-3.
- LAPADULA, B. (2009a) “Una finanziaria lilliput”. *Rassegna Sindacale* n. 36, p. 2.
- LEONARDI, S. (2009) “La *flexicurity* italiana: la fallita riforma degli ammortizzatori sociali” in *Un mercato del lavoro atipico*, EDIESSE.
- LIUZZI, F. (2005), “Quattro anni buttati al vento”. *Rassegna Sindacale*, n° 22, p. 2.
- LIUZZI, F. (2008) “La carota di Macegalgia”. *Rassegna Sindacale* n. 21, p. 2.
- LONGHI, P. S. (2008) “Epifani: diciamo no”. *Rassegna Sindacale* n. 26, p. 1-2.
- LONGHI, P. S. (2009) “Governo immobile”. *Rassegna Sindacale* n. 03, p. 1-2.
- LONGHI, P. S. (2009a) “Il tempo della protesta”. *Rassegna Sindacale* n. 04, p. 1-2.
- LONGHI, P. S. (2009b) “Epifani: e ora la svolta”. *Rassegna Sindacale* n. 28, p. 1-7.
- LONGHI, P. S. (2010) “L’anno più duro”. *Rassegna Sindacale* n. 01, p. 1-7.
- LONGHI, P. S. (2010a) “Il lavoro che non c’è”. *Rassegna Sindacale* n. 04, p. 1-4.
- LONGHI, P. S. (2010b) “Epifani: per il lavoro”. *Rassegna Sindacale* n. 10, p. 1-7.
- LONGHI, P. S. (2010c) “Un congresso per l’Italia”. *Rassegna Sindacale* n. 18.

- LONGHI, P. S. (2011) *Rassegna Sindacale* n. 08.
- LONGHI, P. S. (2011a) *Rassegna Sindacale* n. 20, p. 1.
- LONGHI, P. S. (2011b) *Rassegna Sindacale* n. 27, p. 1.
- LONGHI, P. S. (2011c) *Rassegna Sindacale* n. 30, p. 3.
- LONGHI, P. S. (2011d) *Rassegna Sindacale* n. 32.
- LONGHI, P. S. (2011e) *Rassegna Sindacale* n. 33.
- LONGHI, P. S. (2011f) *Rassegna Sindacale* n. 41.
- LONGHI, P. S. (2011g) “Monti, quale equità?”. *Rassegna Sindacale* n. 41, p. 1-2.
- LONGHI, P. S. (2011h) *Rassegna Sindacale* n. 42.
- LONGHI, P. S. (2012) *Rassegna Sindacale* n. 15, p. 5.
- LONGHI, P. S. (2012a) *Rassegna Sindacale* n. 16.
- MAULUCCI, M. (2005), “Tutti gli errori del governo e di un capitalismo senza coraggio”. *Rassegna Sindacale*, n° 22, p. 3.
- MAULUCCI, M. (2006) “Manovra pesante. Regge se c’è equità”. *Rassegna Sindacale* n. 26, p. 1-2.
- MAULUCCI, M. (2008) “Redistribuire verso il lavoro si può”. *Rassegna Sindacale* n. 06, p. 1-2.
- MEGALE, A. (2006) “Concertazione e contrattazione”. *Rassegna Sindacale* n. 29, p. 1-2.
- MEGALE, A. (2006a) “Ecco i frutti di scelte sbagliate”. *Rassegna Sindacale* n. 6, p. 5.
- MEGALE, A.; SANNA, R. (2008) “Le strade per rispondere alla questione salariale”. *Rassegna Sindacale* n. 02, p. 6.
- NENCINI, R.; DURANTE, F. (2004), “Globalizzazione dell’economia e dei mercati. Siamo tutti in ritardo”. *Rassegna Sindacale*, n° 01, p. 6.
- NEROZZI, (2004), “Ripartiamo dal Mezzogiorno”. *Rassegna Sindacale*, n° 42, p. 1-2.
- NEROZZI, P. (2005), “Sud: la nostra priorità”. *Rassegna Sindacale*, n° 02, p. 1-2.
- NEROZZI, P. (2005a), “Da Reggio Calabria tante voci per il sud”. *Rassegna Sindacale*, n° 46, p. 1-2.
- NEROZZI, P. (2007) “Le bandiere e le cose concrete”. *Rassegna Sindacale* n. 45, p. 1-2.
- PALMIERI, E. (2005), “Un gap nel gap”. *Rassegna Sindacale*, n° 2, p. 13.
- PASSONI, A. (2004), “Una strada per il futuro del nostro welfare”. *Rassegna Sindacale*, n° 03, p.1.
- PEPE, A.; IUSO, P.; LORETO, F. (2003) *La CGIL e il Novecento italiano*, Ediesse.
- PIANO DEL LAVORO (2013), “Piano del Lavoro – Creare lavoro per dare futuro e sviluppo al Paese”, CGIL.



- Rassegna Sindacale (2004), “Contro il declino industriale proteste ovunque”. *Rassegna Sindacale*, n° 08, p. 5.
- Rassegna Sindacale (2004a), “Lo sciopero del 26 marzo per costruire un futuro all’Italia”. *Rassegna Sindacale*, n° 10, p. 1-2.
- Rassegna Sindacale (2005), “Prima che sia davvero troppo tardi”. *Rassegna Sindacale*, n° 06, p. 1-2.
- Rassegna Sindacale (2005a), “Sciopero generale il 25 novembre 2005”. *Rassegna Sindacale*, n° 37, p. 1-2.
- Rassegna Sindacale, (2006) “Possibile una crescita al 2% se le imprese ci credono”. *Rassegna Sindacale* n. 42, p. 3.
- Rassegna Sindacale, (2007) “Tre tavoli per rilanciare l’economia italiana”. *Rassegna Sindacale* n. 03, p. 1-2.
- Rassegna Sindacale (2009) “Nuove strategie e nuove alleanze”. *Rassegna Sindacale* n. 19, p. 5.
- Rassegna Sindacale (2009a) “La crisi e le piazze di Roma”. *Rassegna Sindacale* n. 39.
- Rassegna Sindacale (2010) “660.000 lavoratori in CIG”. *Rassegna Sindacale* n. 29, p. 1.
- Rassegna Sindacale (2010a) “In piazza con i sindacati”. *Rassegna Sindacale* n. 34.
- Rassegna Sindacale (2011) *Rassegna Sindacale* n. 13.
- Rassegna Sindacale (2011a) *Rassegna Sindacale* n. 9.
- Rassegna Sindacale (2011b) “Lavoro, proposte concrete”. *Rassegna Sindacale* n. 14, p. 1.
- Rassegna Sindacale (2011c) “Una grande giornata di lotta”. *Rassegna Sindacale* n. 31, p. 1.
- Rassegna Sindacale (2011d) “Equità, crescita, occupazione, risanamento dei conti e sviluppo per contrastare la crisi”. *Rassegna Sindacale* n. 31, p. 4.
- Rassegna Sindacale (2011e) “Le nostre osservazioni sulle misure anticrisi, a cura di tutti i dipartimenti della CGIL Nazionale”. *Rassegna Sindacale* n. 45, p. 10.
- Rassegna Sindacale (2012) *Rassegna Sindacale* n. 03, p. 5.
- Rassegna Sindacale (2012a) *Rassegna Sindacale* n. 04, p. 5.
- Rassegna Sindacale (2012b) *Rassegna Sindacale* n. 07.
- Rassegna Sindacale (2012c) *Rassegna Sindacale* n. 30.
- Rassegna Sindacale (2013) *Rassegna Sindacale* n. 03, p. 5.
- Rassegna Sindacale (2013a) *Rassegna Sindacale* n. 07.
- Rassegna Sindacale (2013b) “Piena e buona occupazione”. *Rassegna Sindacale* n. 03, p. 2-3.
- ROCCHI, N. (2011) “La faccia dura dell’Europa”. *Rassegna Sindacale* n. 06, p. 15.
- SANNA, R. (2005), “Quell’eredità pesantissima”. *Rassegna Sindacale*, n° 41.

SANNA, R. (2009) “Questo paese troppo disuguale”. *Rassegna Sindacale*, Suplemento *Economia* 2/2009, p. 2-3.

SANNA, R. (2012) “L’austerità non può funzionare”. *Rassegna Sindacale* n. 03.

SANNA, R. (2013) “L’economia pubblica per il Piano del Lavoro: l’impatto macroeconomico di una nuova regolazione, di nuovi investimenti pubblici e di un intervento pubblico diretto alla creazione di nuova occupazione” in “Tra crisi e <<grande trasformazione>>”. Libro bianco per il Piano del Lavoro 2013, EDIESSE.

SATERIALE, G. (2013) “Un’impostazione dal basso”. *Rassegna Sindacale* n. 03, p. 4.

TREVES, C. (2006) “I paradossi dell’economia e dell’occupazione”. *Rassegna Sindacale* n. 14, p. 9.

TREVES, C. (2007) “Buona occupazione”. *Rassegna Sindacale* n. 12, p. 1.

TREVES, C. (2009) “L’Europa, l’Italia e le politiche di contrasto alla crisi”. *Rassegna Sindacale* n. 09, p. 9.

TREVES, C. (2012) *Rassegna Sindacale* n. 12, p. 2.

TRONTI, L. (2013) “Piano del Lavoro CGIL, una prova notevole di coraggio civile”. *Rassegna Sindacale* n. 28, p. 4-5.

Dados ISTAT: [dati.istat.it](http://dati.istat.it)

Dados FMI: [www.imf.org](http://www.imf.org)

Dados CGIL: [www.cgil.it](http://www.cgil.it)

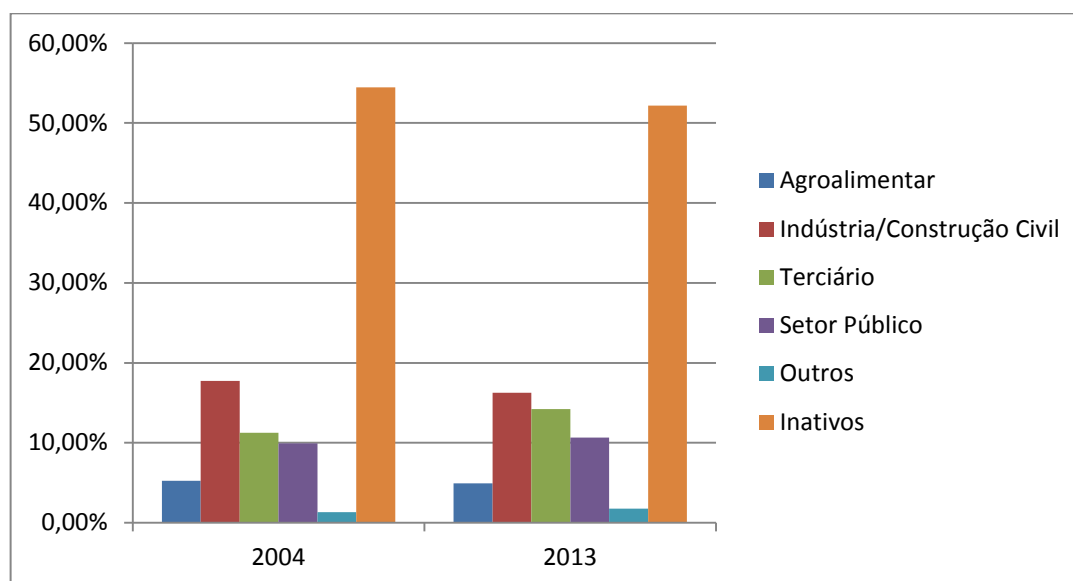


## ANEXOS

## Anexo 1. Tabela dos afiliados da CGIL por Federações (2004-2013)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
FLAI	289.359	289.170	289.979	287.786	288.369	283.642	282.576	281.912	281.780	277.346
<b>AGROALIMENTAR</b>	<b>289.359</b>	<b>289.170</b>	<b>289.979</b>	<b>287.786</b>	<b>288.369</b>	<b>283.642</b>	<b>282.576</b>	<b>281.912</b>	<b>281.780</b>	<b>277.346</b>
FIOM	363.326	360.207	359.407	359.669	358.889	363.507	362.667	358.722	356.976	351.432
FILCTEM	286.304	278.984	271.191	264.650	255.414	252.482	241.936	233.900	232.642	224.447
FILLEA	331.258	335.475	343.389	357.955	368.452	367.768	361.878	359.120	353.975	341.530
<b>INDÚSTRIA/ CONSTRUÇÃO CIVIL</b>	<b>980.888</b>	<b>974.666</b>	<b>973.987</b>	<b>982.274</b>	<b>982.755</b>	<b>983.757</b>	<b>966.481</b>	<b>951.742</b>	<b>943.593</b>	<b>917.409</b>
FILCAMS	307.778	320.989	331.442	345.372	356.608	372.268	379.786	399.819	432.193	462.294
FILT	136.875	140.636	144.040	147.225	150.672	152.953	153.785	155.418	157.038	154.150
SLC	91.580	92.564	93.476	95.909	96.737	97.632	97.178	99.294	100.126	100.435
FISAC	85.772	86.710	87.515	87.962	88.870	89.163	89.233	87.497	85.057	84.357
<b>TERCIÁRIO</b>	<b>622.005</b>	<b>640.899</b>	<b>656.473</b>	<b>676.468</b>	<b>692.887</b>	<b>712.016</b>	<b>719.982</b>	<b>742.028</b>	<b>774.414</b>	<b>801.236</b>
FP	383.738	390.650	397.468	404.697	407.671	407.716	409.389	411.473	411.499	404.986
FLC	164.658	171.779	174.783	181.596	187.781	191.901	186.390	201.918	198.801	196.976
<b>SETOR PÚBLICO</b>	<b>548.396</b>	<b>562.429</b>	<b>572.251</b>	<b>586.293</b>	<b>595.452</b>	<b>599.617</b>	<b>595.779</b>	<b>613.391</b>	<b>610.300</b>	<b>601.962</b>
NIDIL	18.640	22.320	29.408	32.799	36.026	41.628	53.304	61.006	70.952	67.632
DESEMPREGADOS	35.887	32.589	19.445	17.277	20.209	22.706	15.112	11.885	13.523	15.133
MISTOS	19.079	21.207	31.482	30.196	24.013	18.586	27.949	25.588	21.957	17.294
<b>OUTROS</b>	<b>73.606</b>	<b>76.116</b>	<b>80.335</b>	<b>80.272</b>	<b>80.248</b>	<b>82.920</b>	<b>96.365</b>	<b>98.479</b>	<b>106.432</b>	<b>100.059</b>
<b>SPI</b>	<b>2.926.473</b>	<b>2.899.388</b>	<b>2.879.511</b>	<b>2.886.628</b>	<b>2.881.060</b>	<b>2.887.511</b>	<b>2.832.217</b>	<b>2.790.293</b>	<b>2.751.868</b>	<b>2.735.161</b>
SPI provisórios	81.830	100.009	114.073	105.020	113.886	106.692	140.829	166.758	201.975	205.924
<b>INATIVOS</b>	<b>3.008.303</b>	<b>2.999.397</b>	<b>2.993.584</b>	<b>2.991.648</b>	<b>2.994.946</b>	<b>2.994.203</b>	<b>2.973.046</b>	<b>2.957.051</b>	<b>2.953.843</b>	<b>2.941.085</b>
<b>TOTAL CGIL</b>	<b>5.522.557</b>	<b>5.542.677</b>	<b>5.566.609</b>	<b>5.604.741</b>	<b>5.634.657</b>	<b>5.656.155</b>	<b>5.634.229</b>	<b>5.644.603</b>	<b>5.670.362</b>	<b>5.639.097</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da CGIL.

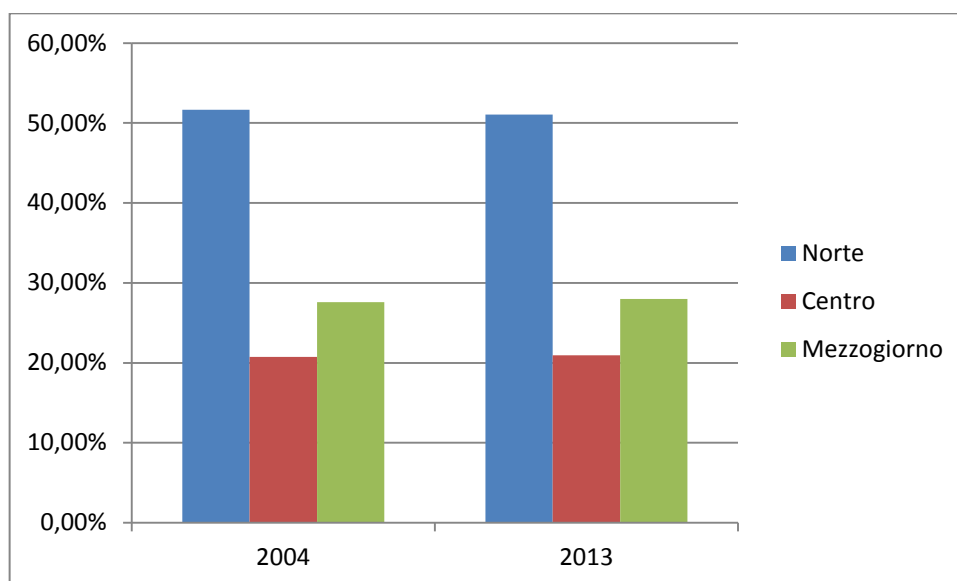
**Anexo 2. Gráfico dos afiliados da CGIL por Macrossetores (2004-2013)**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da CGIL.

**Anexo 3. Tabela dos afiliados da CGIL por Regiões (2004-2013)**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Valle D'Aosta	12.228	12.406	12.450	12.767	12.479	12.598	12.494	12.150	12.153	12.003
Piemonte	378.793	378.297	378.585	378.648	377.280	379.710	379.112	377.201	377.954	371.753
Liguria	185.354	185.807	188.606	189.440	188.862	187.646	186.204	183.003	182.908	180.350
Lombardia	897.781	903.183	906.465	913.341	914.819	915.875	912.272	912.905	915.736	914.362
Veneto	375.553	373.421	374.834	377.750	381.867	384.087	384.122	385.779	389.991	392.368
Trentino-Alto Adige	68.724	69.154	69.012	69.341	69.604	69.460	69.708	71.261	73.009	74.813
Friuli Venezia Giulia	119.499	119.758	116.726	116.433	116.476	115.934	114.024	113.906	113.775	110.855
Emilia Romagna	814.924	815.283	815.348	815.604	816.643	819.955	811.210	809.236	820.191	821.758
<b>NORTE</b>	<b>2.852.856</b>	<b>2.857.309</b>	<b>2.862.026</b>	<b>2.873.324</b>	<b>2.878.030</b>	<b>2.885.265</b>	<b>2.869.146</b>	<b>2.865.441</b>	<b>2.885.717</b>	<b>2.878.262</b>
Toscana	504.892	503.893	506.133	508.789	507.604	510.151	504.583	505.314	509.267	511.215
Marche	180.520	180.582	182.123	184.125	186.904	189.601	189.426	191.454	193.834	195.955
Umbria	118.631	119.882	120.484	121.176	123.458	123.107	121.465	122.502	121.162	121.314
Lazio	342.805	347.394	349.756	355.945	359.291	360.425	361.209	358.737	355.867	353.748
<b>CENTRO</b>	<b>1.146.848</b>	<b>1.151.751</b>	<b>1.158.496</b>	<b>1.170.035</b>	<b>1.177.257</b>	<b>1.183.284</b>	<b>1.176.683</b>	<b>1.178.007</b>	<b>1.180.130</b>	<b>1.182.232</b>
Abruzzo	117.814	117.991	118.973	120.178	122.004	123.429	121.904	123.044	124.857	123.469
Molise	24.220	23.997	24.952	24.888	25.607	26.020	26.391	26.533	27.109	27.023
Campania	328.332	329.416	331.439	336.944	338.331	341.388	342.125	343.850	343.454	335.220
Puglia	292.871	293.725	295.947	297.887	302.212	299.839	300.601	300.761	304.460	305.164
Basilicata	62.182	62.110	62.423	63.215	65.119	65.415	65.493	66.189	64.981	66.006
Calabria	175.045	178.297	178.555	179.063	179.085	179.701	177.685	178.430	174.275	170.323
Sicilia	370.930	376.651	380.910	384.028	387.333	390.116	390.699	396.462	397.035	383.365
Sardegna	151.459	151.430	152.888	155.179	159.679	161.698	163.502	165.886	168.344	168.033
<b>MEZZOGIORNO</b>	<b>1.522.853</b>	<b>1.533.617</b>	<b>1.546.087</b>	<b>1.561.382</b>	<b>1.579.370</b>	<b>1.587.606</b>	<b>1.588.400</b>	<b>1.601.155</b>	<b>1.604.515</b>	<b>1.578.603</b>
<b>TOTAL ITÁLIA</b>	<b>5.522.557</b>	<b>5.542.677</b>	<b>5.566.609</b>	<b>5.604.741</b>	<b>5.634.657</b>	<b>5.656.155</b>	<b>5.634.229</b>	<b>5.644.603</b>	<b>5.670.362</b>	<b>5.639.097</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da CGIL.

**Anexo 4. Gráfico dos afiliados da CGIL por Macrorregiões (2004-2013)**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da CGIL.